

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO  
SUPERIOR NA ILHA DE SANTIAGO – CABO VERDE**

**Neusa Maria Rocha Barbosa Vicente**

**Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação**

**Área de especialização - Administração Educacional**

**Dissertação de mestrado**

**Trabalho orientado pela Professora Doutora Luísa Cerdeira**

**2017**



**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

**A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO  
SUPERIOR NA ILHA DE SANTIAGO – CABO VERDE**

**Neusa Maria Rocha Barbosa Vicente**

**Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação**

**Área de especialização - Administração Educacional**

**Dissertação de mestrado**

**Trabalho orientado pela Professora Doutora Luísa Cerdeira**

**2017**



## **Agradecimentos**

À minha família, que esteve sempre ao meu lado, mesmo nas horas mais difíceis, que direta ou indiretamente contribuiu para o meu desenvolvimento científico e intelectual.

À Professora Doutora Luísa Cerdeira, pela atenção, paciência e apoio incansável durante o processo de definição e orientação.

À Fundação Calouste Gulbenkian de Portugal, pela concessão da bolsa de mestrado e apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Às Instituições de Ensino Superior de Cabo Verde, principalmente as da ilha de Santiago, pela atenção que me dispensaram e colaboração durante todo o processo de pesquisa.

Ao Professor Osvaldo Borges, pela colaboração e apoio que me deu durante a fase de tratamento e análise de dados.

A todos os estudantes, que prontificaram em responder ao questionário aplicado e fornecer as informações.

Aos funcionários da ORTEG, Lda., pela incansável colaboração durante todo o processo de investigação.

À professora e colega Conceição Mattos, da Escola Secundária Pedro Gomes que me ajudou incansavelmente na revisão do texto.



## **Resumo**

### **A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde**

Este trabalho de investigação que ora se apresenta tem como tema “A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde”. Foi orientado pela seguinte pergunta de partida: em que situação socioeconómica se encontram os estudantes do ensino superior na ilha de Santiago, no período escolar? Para a obtenção da resposta a esta questão, foi usado um inquérito e aplicado um questionário com perguntas fechadas e semifechadas aos estudantes das Instituições de Ensino Superior da ilha de Santiago. Fez-se um estudo das condições de vida dos estudantes e do seu agregado familiar, o acesso e as condições de permanência dos estudantes no ensino superior na ilha. A investigação teve um cunho essencialmente exploratório de compreensão dos diversos indicadores de caracterizações socioeconómicas, sendo dividida em duas partes fundamentais. Na primeira parte, fez-se o enquadramento teórico e, na segunda, a apresentação e discussão dos resultados alcançados, seguido da conclusão do estudo e das propostas de melhoria.

Concluiu-se que na ilha de Santiago, no período escolar, a maioria dos estudantes vive com os familiares e amigos para minimizar os custos. A maioria é desempregada, utiliza os transportes públicos, percorre em média cerca de trinta minutos entre a residência e a Instituição de Ensino superior que frequenta. Não possuem nem computador, nem portátil e raramente compram livros. A biblioteca é muito pouco frequentada. O agregado familiar da maioria dos alunos fez o nível de ensino básico ou secundário. Os apoios sociais, bolsas de estudo e subsídios, são concedidos a uma minoria e não chegam para cobrir todas as despesas escolares, ficando o grosso do financiamento sob responsabilidade do estudante ou da sua família.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, instituições de ensino superior, acesso e financiamento do ensino superior.

## **Abstract**

### **The socioeconomic situation of students of higher education in the Santiago Island – Cabo Verde.**

This research paper is about "The socioeconomic situation of students of higher education in the Santiago Island – Cabo Verde". It was guided by the following question: in what socioeconomic situation are the students of higher education in the Santiago Island during the school period? To obtain the answer to this question, a survey was used and a questionnaire was applied with closed and semi-closed questions to the students of the Institutions of Higher Education in the Santiago Island. A study was made of the living conditions of the students and their household, the access and conditions while they are studying. The research had an essentially exploratory character of understanding the various socioeconomic characterizations, and it was divided in two fundamental parts. In the first part the theoretical framework was made and in the second the presentation and discussion of the results achieved, followed by the conclusion of the study and the proposals for improvements.

It was concluded that in the Santiago Island, during the school period, most of the students live with family and friends to minimize costs. The majority of them are unemployed, who use public transportation, travel on average about thirty minutes between residence and IES. They do not have computer or laptop, they rarely buy books and they rarely go to the library. The majority household has completed elementary or secondary education. Scholarships and grants are awarded to a minority and do not cover all school expenses, so most of financial expenses are under the responsibility of the student or of his family.

**Keywords:** Cabo Verde, higher education institutions, access and financing of higher education.



## Índice Geral

Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vii
Abstract .....	viii
Índice.....	ix
Índice das tabelas.....	xiii
Índice de Figuras .....	xiv
Índice dos gráficos.....	xx
Lista de siglas e acrónimos .....	xxi
Introdução .....	1
1 - Apresentação do tema e problemática da investigação.....	1
2 - Objetivos e finalidades da investigação .....	3
3 - Pressupostos da investigação .....	4
4 - Importância do tema e motivações pessoais.....	5
5 - Perspetivas metodológicas da dissertação e estudo empírico da investigação	7
6 - Estrutura do trabalho.....	11
Capítulo I - Enquadramento teórico e definição dos conceitos .....	14
1.1- Educação e ensino .....	14
1.2 - Ensino superior: público e privado .....	19
1.3 - O financiamento do ensino superior e a sua acessibilidade .....	23
1.4 - Modelos de Financiamento do ensino superior .....	28
Nota síntese do capítulo I .....	32
Capítulo II – Caraterização de Cabo Verde .....	34
2.1 - A situação geográfica .....	34
2.2 - A situação sociodemográfica .....	35

2.3 - A situação económica .....	39
2.4 - A situação dos transportes .....	45
2.5 - Situação do ensino .....	46
2.5.1 - Ensino básico e secundário.....	46
2.5.2 - O ensino superior .....	52
Nota síntese do capítulo II.....	60
Capítulo III - As instituições de ensino superior em Cabo Verde .....	62
3.1 - Instituições de ensino superior públicas .....	62
3.1.1 - Universidade de Cabo Verde .....	62
3.1.2 - Instituto Universitário da Educação .....	64
3.2 - As instituições de ensino superior privadas .....	65
3.2.1 - Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.....	65
3.2.2 - Universidade Jean Piaget de Cabo Verde .....	67
3.2.3 - Universidade de Mindelo .....	69
3.2.4 - Universidade de Santiago .....	70
3.2.5 - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais .....	71
3.2.6 - Universidade Intercontinental de Cabo Verde .....	71
3.2.7 - Universidade Lusófona Baltasar Lopes da Silva de Cabo Verde .....	72
3.2.8 - MINDELO - Escola Internacional de Artes .....	73
Nota síntese do capítulo III.....	73
Capítulo IV - O financiamento do ensino superior em Cabo Verde .....	76
4.1 - Os modelos de financiamento do ensino superior em Cabo Verde.....	76
4.2 - O papel dos apoios sociais para a acessibilidade do ensino superior em Cabo Verde .....	85
Nota síntese do capítulo IV.....	91

Capítulo V – Metodologia.....	95
5.1 - Enquadramento do estudo .....	95
5.2 - População alvo e construção da amostra.....	96
5.3 - Objeto de estudo .....	98
5.4 - Importância da escolha do tema e motivações pessoais.....	99
5.5 - Instrumentos de recolha de dados .....	100
5.6 - Técnicas de tratamento e análise de dados.....	101
Nota síntese do capítulo V .....	102
Capítulo VI - Apresentação e análise dos resultados do inquérito .....	104
6.1 - Caracterização pessoal dos estudantes inquiridos .....	105
6.1.1 - Tipo de instituição, sexo e nacionalidade .....	106
6.1.2 - Faixa etária e estado civil .....	107
6.1.3 - Número de irmãos .....	110
6.1.4 - Número de filhos.....	112
6.2 - Situação do estudante face ao alojamento.....	114
6.3 - A situação socioeconómica e educacional dos pais dos estudantes .....	124
6.3.1 - Nível de ensino dos pais .....	124
6.3.2 - Profissão dos pais.....	128
6.3.3 - Nível de rendimento dos pais .....	135
6.4 - Processo de acesso dos estudantes ao ensino superior .....	139
6.4.1 - O acesso ao ensino superior e a probabilidade da oscilação do valor da propina .....	151
6.5 - Situação laboral do estudante .....	154
6.6 - Fontes de apoio e suporte financeiro dos estudantes do ensino superior.	162
6.7 - Situação dos estudantes face aos empréstimos .....	172

6.8 - Meios de pagamento das despesas utilizados pelos estudantes .....	177
6.9 - Acesso aos equipamentos e materiais didáticos.....	178
6.10. A distância percorrida e os meios de transporte utilizados pelos estudantes na deslocação à instituição de ensino, no período escolar .....	180
6.11 - Acesso aos serviços: cantina e biblioteca .....	182
6.12 - Opinião sobre o ensino superior .....	184
Nota síntese do capítulo VI.....	187
Considerações finais .....	194
Bibliografia .....	203
Legislação Consultada.....	214
APÊNDICE.....	223

## Índice das tabelas

Tabela 1 - População de Assomada por sexo, número de residentes, número de agregados familiares por sexo do representante e idade.....	38
Tabela 2 - Estrutura dos empregados por grupo de profissões em Cabo Verde, em 2014 (em percentagem).....	44
Tabela 3 - Evolução dos alunos no ensino básico de 2000/2001 a 2013/2014 ...	47
Tabela 4 - Evolução da taxa de escolarização em Cabo Verde de 2000/2001 a 2013/2014 .....	48
Tabela 5 - Evolução da taxa de rendimento escolar do ensino básico de 2000/2001 a 2013/2014 (em percentagem).....	51
Tabela 6 - Alunos inscritos no ensino superior de 2006/2007 a 2013/2014.....	59
Tabela 7 - Número de estudantes beneficiados pela FICASE, por instituição, no ano letivo 2014/2015 .....	79
Tabela 8 - Número de bolseiros do ensino superior de 2011/2012 a 2014/2015	81
Tabela 9 - Despesas públicas com o ensino superior em Cabo Verde, de 2000 a 2010.....	83
Tabela 10 - Evolução do número de estudantes no ensino superior de 2000/2001 a 2013/2014.....	88
Tabela 11 - Beneficiários do programa "Mundo Novu" por instituição de ensino e por tipo de equipamento informático recebido pelos estudantes ....	91

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Modelos de Financiamento do ensino superior .....	29
Figura 2 - Subcategorias dos modelos de financiamento do ensino superior .....	30

## Índice dos Quadros

Quadro 1 - Distribuição das respostas por Instituição de Ensino Superior.....	99
Quadro 2 - Distribuição das respostas por instituição e tipo de ensino .....	105
Quadro 3 - Distribuição das respostas por tipo de ensino e sexo .....	106
Quadro 4 - Distribuição das respostas por tipo de ensino e nacionalidade .....	107
Quadro 5 - Distribuição das respostas por estado civil e faixa etária .....	108
Quadro 6 - Distribuição dos estudantes por sexo e faixa etária .....	109
Quadro 7 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e faixa etária .....	110
Quadro 8 - Número de filhos dos estudantes, por tipo de instituição .....	113
Quadro 9 - Número de filhos dos estudantes por sexo .....	114
Quadro 10 - Distribuição dos estudantes de acordo com a sua residência habitual e no período letivo, no último ano escolar.....	115
Quadro 11 - Distribuição dos estudantes de acordo com as deslocações que fazem entre a residência habitual e a residência no período escolar .....	117
Quadro 12 - Principal residência dos estudantes, no último ano, por tipo de instituição .....	118
Quadro 13 - Situação dos deslocados, por tipo de ensino.....	119
Quadro 14 - Grau de importância das razões que determinaram a escolha de residência, no período escolar, por tipo de instituição.....	121
Quadro 15 - Distribuição das respostas dos estudantes em relação às condições de residência, no período escolar, no último ano escolar .....	122
Quadro 16 - Classificação do ambiente de estudo dos estudantes, segundo o tipo de instituição de ensino superior .....	124
Quadro 17 - Habilitação dos pais dos estudantes .....	125
Quadro 18 - Nível de habilitação da mãe, por tipo de ensino .....	126
Quadro 19 - Nível de habilitação do pai, por tipo de ensino .....	126

Quadro 20 - Escolaridade do pai, por sexo dos alunos .....	127
Quadro 21 - Escolaridade da mãe, por sexo dos alunos .....	128
Quadro 22 - Profissão dos pais dos estudantes.....	130
Quadro 23 - Distribuição das respostas por nível de ensino e profissão do pai	132
Quadro 24 - Distribuição das respostas por nível de ensino e profissão da mãe .....	134
Quadro 25 - Distribuição dos alunos por tipo de ensino e nível de rendimento dos pais.....	136
Quadro 26 - Classificação do rendimento do agregado familiar dos beneficiários de apoios sociais (bolsas de estudo e/ou subsídios).....	137
Quadro 27 - Distribuição das respostas consoante o tipo de ensino e processo de entrada no ensino superior (em percentagem) .....	140
Quadro 28 - Distribuição dos estudantes por sexo e entrada imediata ou não no ensino superior (em percentagem) .....	141
Quadro 29 - Distribuição dos alunos por tipo de ensino superior e tipo de escola secundária frequentada (em percentagem) .....	142
Quadro 30 - Os fatores que influenciaram a escolha da instituição e do curso, no ensino superior, por tipo de ensino (em percentagem) .....	143
Quadro 31 - Influência do status económico da família na escolha da instituição e do curso, no ensino superior, por tipo de ensino (em percentagem) .....	144
Quadro 32 - Efeito do status económico da família dos estudantes na escolha da instituição e/ou curso .....	145
Quadro 33 - Acesso ao ensino superior, por tipo de instituição (em percentagem) .....	146
Quadro 34 - Situação dos estudantes face à escolha do curso e estabelecimento de ensino que frequenta como 1ª opção, por tipo de instituição...	148



Quadro 35 - Razões por não ter entrado no ensino superior de acordo com o grau de importância .....	150
Quadro 36 - Probabilidade de se encontrar numa das situações apontadas, num cenário de não entrada no ensino superior .....	151
Quadro 37 - Probabilidade dos estudantes se encontrarem numa das situações indicadas, com um aumento de até 50% do valor atual da propina (em percentagem) .....	152
Quadro 38 - Probabilidade dos estudantes se encontrarem numa das situações indicadas, com um aumento em mais de 50% do valor atual da propina, por tipo de ensino superior (em percentagem) .....	153
Quadro 39 - Que tipo de IES escolheria caso o valor da propina fosse igual ..	154
Quadro 40 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação em relação ao emprego (em percentagem) .....	155
Quadro 41 - Situação de emprego, no último ano escolar, por faixa etária (em percentagem) .....	156
Quadro 42 - Situação de emprego por sexo, no último ano escolar (em percentagem) .....	156
Quadro 43 - Situação de emprego, no último ano escolar, por tipo de rendimento familiar (em percentagem) .....	157
Quadro 44 - Opinião dos estudantes que trabalharam no último ano escolar e consequências desse facto na vida académica (em percentagem) .	159
Quadro 45 - Nível de rendimento auferido no emprego, por tipo de ensino (em percentagem) .....	160
Quadro 46 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação face aos apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios) .....	163
Quadro 47 - Distribuição dos estudantes por tipo de bolsa e instituição .....	163
Quadro 48 - As fontes de financiamento que os estudantes consideram mais vantajosas (em percentagem) .....	164

Quadro 49 - Distribuição dos estudantes por valor dos apoios sociais recebidos (bolsas de estudo/subsídios) e por nível de rendimento do agregado familiar .....	166
Quadro 50 - Habilitação do "pai" do estudante bolseiro .....	166
Quadro 51 - Habilitação da mãe do estudante bolseiro .....	167
Quadro 52 - Distribuição dos estudantes que trabalharam face aos que receberam apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios) .....	168
Quadro 53 - Utilidade dos apoios sociais recebidos .....	169
Quadro 54 - Nível de importância das várias fontes de apoio e suporte financeiro, de acordo com a opinião dos estudantes, por tipo de ensino (em percentagem) .....	171
Quadro 55 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação de obtenção de empréstimo (em percentagem).....	172
Quadro 56 - Fonte de empréstimo e responsável pelo pagamento da dívida....	173
Quadro 57 - Razões por não ter contraído empréstimo, no último ano escolar	174
Quadro 58 - Obtenção de empréstimo por estudante e nível de rendimento do agregado familiar (em percentagem) .....	174
Quadro 59 - As razões que levaram os estudantes a contrair empréstimos .....	175
Quadro 60 - Distribuição dos estudantes por idade e obtenção de empréstimo financeiro .....	176
Quadro 61 - Situação dos estudantes face à sua residência e a obtenção de empréstimos financeiros (em percentagem) .....	176
Quadro 62 - Estudantes que contraíram empréstimos ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro e situação face ao emprego ...	177
Quadro 63 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação de posse de cartão de débito ou Vinti4 (em percentagem) .....	178
Quadro 64 - Distribuição dos estudantes por acesso aos equipamentos informáticos e internet .....	179

Quadro 65 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e meios de transporte utilizados na deslocação à instituição de ensino .....	181
Quadro 66 - Razões da não frequência das cantinas, por tipo de ensino .....	183
Quadro 67 - Opinião dos estudantes da ilha de Santiago, sobre o ensino superior .....	186

## Índice dos gráficos

Gráfico 1 - Número de irmãos por estudante inquerido .....	111
Gráfico 2 - Estudantes com irmãos no ensino superior (em percentagem) .....	112
Gráfico 3 - Distribuição dos estudantes de acordo com a residência, no último ano escolar .....	117
Gráfico 4 - Distribuição dos estudantes, por rendimento do agregado familiar	135
Gráfico 5 - Outras fontes de rendimento dos pais dos estudantes .....	138
Gráfico 6 - Tipo de escola secundária frequentada pelos estudantes .....	140
Gráfico 7 - Número de anos em que os estudantes que não entraram no ensino superior, à primeir vez, repetiram a candidatura (em percentagem) .....	147
Gráfico 8 - Número de horas por semana que os estudantes trabalharam .....	158
Gráfico 9 - Opinião sobre a utilidade do rendimento dos estudantes que trabalharam .....	161
Gráfico 10 - Tipo de vínculo laboral dos estudantes trabalhadores .....	162
Gráfico 11 - Distribuição dos beneficiários de apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios), por valor da bolsa recebida (em percentagem)	165
Gráfico 12 - Distância entre a residência no período letivo e as IES .....	180
Gráfico 13 - Frequência à cantina para fazer as refeições .....	182

## **Lista de siglas e acrónimos**

ANSA - Agência Nacional de Segurança Alimentar

ARE - Agência de Regulação Económica.

BCA – Banco Comercial do Atlântico

CESP - Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes

CFN - Centro de Formação Náutico

CFPES - Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário

CNAES - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

CR - Constituição da República

DGES - Direcção-Geral de Ensino Superior

ECV - Escudos Cabo-verdianos

ESTG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão

ESTNA - Escola Superior de Turismo Negócios e Administração

FAEF - Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação

FAEME - Fundo de Apoio à Edição de Manuais Escolares

FICASE - Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar

FMI - Fundo Monetário Internacional

ICASE - Instituto Cabo-Verdiano de Ação Social Escolar

ICHEFAP - International Comparative Higher Education Finance and  
Accessibility Project

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IES - Instituições de Ensino Superior

IESIG – Instituto de Estudos Superiores “Isidoro da Graça”

INAG - O Instituto de Administração e Gestão

INE - Instituto Nacional de Estatística

INIDA - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

INIT - Instituto Nacional de Investigação Tecnológica  
IP - Instituto Pedagógico  
ISCEE - Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais  
ISCJS - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais  
ISE - Instituto Superior da Educação  
ISECMAR - Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar  
IUE - Instituto Universitário de Educação  
LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo  
M\_EIA - Mindelo, Escola Internacional de Artes  
ME – Ministério da Educação  
MED - Ministério da Educação e Desporto  
MESCI - Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação  
OGE - Orçamento Geral do Estado  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONDS – Organização Nacional da Diáspora Solidária  
PI EFE - Plano Estratégico da Política Integrada Educação, Formação e Emprego  
PIB - Produto Interno Bruto  
REDISA - Rede de Educação e Informação  
RJIES - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior  
TAC - Teste de Aferição de Competências  
TBE - Taxa Bruta de Escolarização  
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação  
ULCV- Universidade Lusófona Baltasar Lopes da Silva de Cabo Verde  
UM - Universidade do Mindelo  
UN - Nações Unidas  
UNDAF - Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento  
UNICA - Universidade Intercontinental de Cabo Verde

Uni-CV - Universidade de Cabo Verde

Uni-Piaget - Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

US - Universidade de Santiago

Uni-Santiago – Universidade de Santiago

## **Introdução**

Na parte introdutória, pretende-se apresentar o que se vai desenvolver ao longo deste trabalho científico de investigação, salientando-se a apresentação do tema e a problemática da investigação. Segue-se a pergunta de partida principal bem como as secundárias, que se procura responder no final do trabalho, a finalidade e os objetivos, geral e específicos, os pressupostos da investigação, a importância do tema e as motivações pessoais, a metodologia utilizada, destacando-se a população alvo, a construção da amostra, os instrumentos utilizados na recolha e análise dos dados. Por último, apresenta-se a estrutura que dará forma a este trabalho.

### **1 - Apresentação do tema e problemática da investigação**

O trabalho que ora se apresenta, insere-se no âmbito do curso de mestrado em Educação, vertente Administração Educacional, com o seguinte tema: “A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago”.

O ensino superior em Cabo Verde teve um crescimento muito lento até finais da década de 90. A partir de 2000, as Instituições de Ensino Superior [IES] começaram a surgir a um ritmo mais acelerado, obrigando o Estado a criar novas bases de sustentabilidade e funcionamento do sistema educativo, tendo criado em 1990 a Lei de Bases do Sistema Educativo [LBSE], alterado em 1999 e posteriormente em 2010.

Apostou-se num modelo assente na universalidade de acesso, observância dos parâmetros de qualidade, na equidade e sustentabilidade financeira deste subsistema, bem como na introdução de inovações em relação à redefinição do regime dos estabelecimentos de ensino, os critérios de acesso, ao alargamento de



graus académicos e diplomas correspondentes, incluindo a fase de pós-doutoramento.

O Estado pretendia financiar os estabelecimentos de ensino superior, com base nos princípios de: “a) da comparticipação financeira do Estado; b) da co-gestão; c) da universalidade; d) da socialização dos custos; e) da não exclusão; f) da equidade; g) da autonomia; e h) da sustentabilidade” (Decreto-Legislativo nº 2/2010). Neste contexto, foi autorizado a harmonização do novo regime do ensino superior em Cabo Verde com o chamado modelo de Bolonha desenvolvido no Ensino Superior Europeu, com vista a aproximar o sistema educativo cabo-verdiano dos patamares almejados e em experimentação a nível internacional, designadamente na Europa, assegurando as vantagens da mobilidade e do sistema de créditos para efeito das equivalências de formação e qualificação a nível internacional, de modo mais abrangente possível (idem).

Esta investigação foi orientada por uma pergunta de partida principal e algumas secundárias. A pergunta de partida principal é: “em que situação socioeconómica se encontram os estudantes do ensino superior na ilha de Santiago, no período escolar?

Das perguntas secundárias destacam-se as seguintes:

- Como se caracteriza o agregado familiar do estudante do ensino superior, na ilha de Santiago?
- Com quem o estudante reside no período escolar?
- Qual o meio de transporte que o estudante utiliza no percurso IES - residência?
- Qual é a razão da escolha da residência pelo estudante, no período escolar?
- Qual é o nível de rendimento do agregado familiar do estudante?
- Quais as habilitações académicas do pai e da mãe dos estudantes?

- Quais as fontes de financiamento existentes no ano letivo 2014/2015?
- Qual é a percepção que o estudante tem em relação a quem deve financiar o ensino superior?
- O que pensam sobre os apoios recebidos?
- Qual é a situação do estudante face ao emprego?
- Como comportariam face a uma oscilação do valor da propina praticada, nas Instituições de Ensino Superior?

## **2 - Objetivos e finalidades da investigação**

Pretende-se com esta investigação, a nível geral, conhecer a situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior, na ilha de Santiago, no contexto cabo-verdiano; obter informações que, quando divulgadas, contribuirão para situar, conhecer e compreender a real situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior, no período escolar; os desafios que enfrentam durante o percurso estudantil, mais concretamente no ano letivo 2014/2015.

Para a compreensão da situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior, na ilha Santiago, no ano letivo 2014/2015, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o agregado familiar do estudante do ensino superior, na ilha de Santiago;
- Caracterizar a origem socioeconómica dos estudantes, através das habilitações do pai e da mãe, dos estudantes;
- Caracterizar o seu ambiente de estudo no período escolar;
- Identificar o meio de transporte mais utilizado pelo estudante, na deslocação às Instituições de Ensino Superior, na ilha de Santiago;
- Identificar as fontes de financiamento do ensino superior em Cabo Verde;

- Saber qual é a opinião do estudante, face a uma oscilação do valor da propina praticada, nas Instituições de Ensino Superior;
- Descrever a sua situação face ao emprego;
- Saber qual a opinião do estudante sobre a quem cabe a responsabilidade de financiar o ensino superior.

Pretende-se ainda cumprir os requisitos exigidos pela Universidade de Lisboa, Instituto da Educação, para a obtenção do grau de mestre em Educação, ramo Administração Educacional.

### **3 - Pressupostos da investigação**

No decurso desta investigação, partiu-se de três pressupostos básicos.

O primeiro pressuposto é de que os estudantes do ensino superior, embora tenham legalmente acesso ao ensino superior, a capacidade de frequentar as instituições de ensino superior e sustentar financeiramente os seus estudos, dependem fortemente das condições socioeconómicas dos seus familiares, das políticas de apoio social e instrumentos privilegiados para a concretização dos apoios (bolsas de estudo, subsídios para alojamento, transporte e alimentação, bem como dos programas de empréstimos).

O segundo pressuposto é de que, sendo Cabo Verde um país com alta taxa de agregados familiares com baixos rendimentos, os estudantes do ensino superior provavelmente enfrentam grandes dificuldades financeiras, o que limita a sua capacidade de aquisição de materiais didáticos e equipamentos, que de certo modo, os ajudariam a conseguir melhores resultados académicos e adquirir conhecimentos mais abrangentes sobre os cursos que frequentam.

O terceiro pressuposto é de que, sendo Cabo Verde um país arquipelágico, formado por dez ilhas, com concentração das Instituições de Ensino Superior em duas ilhas, Santiago e S. Vicente, os estudantes das outras ilhas sentem-se

obrigados a deslocarem-se, durante o período letivo, para as ilhas onde estudam acarretando diversas dificuldades em termos de alojamento e estadia. A ilha de Santiago, sendo uma ilha montanhosa, constituída por nove concelhos, com uma certa distância entre si, os estudantes para se deslocarem aos três concelhos onde existem IES, Praia, Santa Catarina e Tarrafal, precisam de condições financeiras para suportarem os custos de deslocação.

### **4 - Importância do tema e motivações pessoais**

O tema revela-se de extrema importância para o conhecimento da situação socioeconómica em que os estudantes do ensino superior se encontram, no período escolar, como conseguem superar as adversidades do dia-a-dia, num país pequeno, que tem ambicionado muito em termos de desenvolvimento de capacidades intelectuais da população, onde o Estado é confrontado constantemente com novos desafios, dado ao crescimento da população estudantil e aparecimento de novas exigências sociais.

A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na Ilha de Santiago é um tema que ainda não tinha sido estudado em Cabo Verde, pelo que, se pode considerar que, é um tema inovador no país. Certamente, a informação que põe à disposição das entidades competentes, no domínio da educação em Cabo Verde, nomeadamente, no ensino superior, contribuirá para que possam conhecer melhor a realidade dos estudantes, identificando os seus pontos fortes e as fragilidades económicas e sociais.

Servirá, ainda, para reforçar e complementar os estudos já realizados a nível do ensino superior, nomeadamente, pelo Instituto Nacional de Estatística [INE], Banco Mundial (2012) entre outros organismos internacionais, parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, e por Varela, nos seus vários trabalhos de investigação e artigos publicados, principalmente o artigo cujo tema é “Financiamento e sustentabilidade do ensino superior cabo-verdiano – A

centralidade das bolsas de estudo” (2015), onde põe tónica na problemática das bolsas de estudo e apoios sociais.

Na linha dos estudos realizados por Cerdeira (2009), bem como outros estudos europeus, arriscou-se a efetuar esta investigação em Cabo Verde, de modo a contribuir para o desenvolvimento das políticas da educação e do ensino superior, que têm vindo a ser implementadas no país, pelos sucessivos Governos, com especial enfoque a partir de 2000, devido aos seguintes fatores principais: a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, a melhoria das condições de acesso ao ensino superior, o aumento do número de estudantes que terminam o ensino secundário e que procuram formações superiores, bem como o aumento do número de Instituições de Ensino Superior.

A nível pessoal, pode-se dizer que, a experiência vivida pela investigadora como estudante, foi determinante na escolha do tema, pois, já frequentou diversas instituições, por vezes, bolseira, nomeadamente no Instituto Superior de Educação [ISE], aquando dos seus estudos a nível de bacharelato, onde foi beneficiada com bolsa de estudos oferecido pelo Estado de Cabo Verde, de 1997 a 2000, a princípio reembolsável, mas que depois passou a fundo perdido.

De realçar ainda, como motivação pessoal, o facto de ter frequentado em 2002, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde [Uni-Piaget], no complemento da primeira licenciatura, onde teve que abrir mão da redução da propina oferecida pela universidade, para deixar que as duas irmãs que, também, estudavam na mesma universidade, concorressem à bolsa e apoios oferecidos pela mesma. Nessa altura, uma das irmãs ganhou bolsa de estudos e a outra foi beneficiada com redução do valor da propina, isso porque pertencem a uma família monoparental, de rendimentos baixos, onde a mulher é chefe de família, como na maioria das famílias cabo-verdianas, facto realçado no Censo 2010 (INE, 2012).

A investigadora conheceu de perto o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, pois, passou cinco anos nesta instituição, quando

fez a sua segunda licenciatura, de 2009 a 2012, na condição de estudante/trabalhador.

O percurso efetuado a nível escolar, contribuiu bastante para a concretização desta investigação, já que a investigadora contou com o apoio, tanto dos seus antigos professores como dos funcionários, na aplicação e recolha dos questionários.

Como professora e quadro do Ministério da Educação [ME], recebeu apoio dos ex-alunos que se disponibilizaram a ajudar a distribuir e recolher os questionários, durante todo o processo, sempre dando aquela motivação e força para prosseguir, o que fez com que atingisse a amostra pretendida.

Tendo conhecimento do ambiente vivido pelos estudantes do ensino superior, considera que, a situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior é um tema muito interessante, que vale a pena estudar e compreender melhor.

Espera-se que as informações partilhadas venham a ser úteis às entidades competentes, para que possam ter um melhor posicionamento e tomarem decisões mais acertadas, face às exigências da sociedade cabo-verdiana, em prol da educação e do ensino superior em Cabo Verde.

## **5 - Perspetivas metodológicas da dissertação e estudo empírico da investigação**

Neste trabalho seguiu-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com realização de um inquérito, suportado por um questionário estruturado, com perguntas fechadas e semifechadas, de autopreenchimento, adaptado do questionário utilizado por Cerdeira (2009) na sua investigação, “tendo proveniência no questionário que o ICHEFAP – Internacional Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project”, que tem sido aplicado a

nível internacional (Cerdeira, 2009, p. 353) e em Portugal pelos projetos CESTES (2010/2011) e CESTES 2 (2015/2016).

O desenvolvimento do estudo seguiu duas etapas distintas:

- Na primeira etapa, procedeu-se ao enquadramento teórico do tema, a definição dos conceitos-chave utilizados ao longo do trabalho, sendo a pesquisa bibliográfica relevante para a recolha de dados.

- Na segunda etapa, realizou-se o inquérito por questionário a uma amostra representativa dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes na Ilha de Santiago, exceto a Universidade Lusófona, que não respondeu ao pedido de autorização para a aplicação do referido questionário.

Na fase inicial, centrou-se o estudo na análise documental, na recolha de informações e trabalhos realizados sobre o ensino superior em Cabo Verde, bem como a situação socioeconómica da população em geral e em particular sobre os estudantes do ensino superior, com a procura, também, da história e evolução do sistema de ensino em Cabo Verde, nomeadamente do nível de ensino superior. Nesta fase, a colaboração dos organismos públicos e instituições foram fundamentais, principalmente, colaborando com o arquivo bibliográfico, principalmente o Instituto Nacional de Estatística, a Direção Geral do Ensino Superior e Ciência, as Instituições de Ensino Superior e a FICASE.

O questionário foi aplicado de forma presencial, pela investigadora, aos estudantes nas Instituições de Ensino Superior, com a colaboração dos funcionários, docentes e alunos, durante os meses de maio, junho, julho e agosto de 2015, com autorização das sete Instituições de Ensino Superior em estudo.

No caso dos estudantes da UNICA e da Uni-Piaget, dado ao período de férias escolares, além dos questionários aplicados nas salas de aula, foram aplicados nas residências de alguns alunos, pela investigadora e por alguns estudantes universitários que ajudaram na distribuição e recolha dos questionários.

No questionário aplicado, foi condensado uma diversidade de indicadores de caracterização social e económica, das condições de vida dos estudantes, constituído por diversas perguntas, subdivididas em oito grupos, fechadas e semifechadas, tendo por referência as seguintes partes: caracterização pessoal e familiar; condições de vida; acesso ao ensino superior; acesso aos equipamentos, materiais didáticos e serviços; fontes de apoio e suporte financeiro; situação laboral e a opinião do estudante relativamente ao ensino superior.

O questionário foi aplicado a 913 estudantes, com pelo menos segunda inscrição no ensino superior, de forma aleatória, de um total de 6.315 estudantes, considerado hipoteticamente, que se encontravam matriculados no ano letivo 2014/2015 na ilha de Santiago. Embora não tenha sido publicado o número exato dos inscritos no ano letivo 2014/2015, optou-se por calcular a amostra e a população, com base nos dados do ensino superior, referente ao ano letivo 2013/2014 (MESCI, 2014).

Foram algumas hipóteses levantadas:

1º - No ano letivo 2013/2014 estiveram inscritos em Cabo Verde 13.397 estudantes (MESCI, 2014).

2º - Nas instituições da ilha de Santiago, estiveram inscritos 9.462 estudantes, no ano letivo 2013/2014.

3º - Foram excluídos os estudantes dos cursos de grau de mestrado, doutoramento, cursos de ensino superior profissionalizante e os de complemento de licenciatura, num total de 2.151 estudantes, de acordo com os dados do ano letivo 2013/2014.

4º - Hipoteticamente, considerou-se que, a taxa de abandono esteve à volta de 10% e a taxa de reprovação à volta de 4%.

5º - Considerou-se a possibilidade de uma margem de erro de (+/-) 3% para um intervalo de confiança de 95%, no cálculo da amostra.



6º - Com base no cálculo amostral, considerou-se que, estavam inscritos na ilha de Santiago 6.315 estudantes, que fariam parte da população em estudo.

7º - Com base nos pressupostos dos pontos anteriores, foi determinado uma amostra constituída por 913 estudantes, sendo os inquiridos distribuídos pelas sete instituições de ensino superior, públicas e privadas.

Constituiu-se uma amostra aleatória, em que a população compreende os dois tipos de Instituições de Ensino Superior [IES], na ilha de Santiago, pública e privada. A seleção das unidades amostrais foi feita por conveniência, na Universidade de Cabo Verde, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, pólo da Praia, Universidade de Santiago, campus da Praia, Assomada e Tarrafal [Uni-Santiago], Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais [ISCJS], Universidade Intercontinental de Cabo Verde [UNICA], Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, pólo da Praia [ISCEE] e Instituto Universitário de Educação [IUE]. Após a recolha dos questionários, passou-se à introdução dos dados no programa informático SPSS 21. Posteriormente, fez-se a apresentação dos dados e análise dos resultados obtidos.

No decorrer da aplicação dos questionários foi necessário entrevistar alguns alunos que não se dispuseram a fazer o autopreenchimento e aos que não responderam a todas as perguntas. Depois de finalizada o inquérito, foram controlados 15% dos questionários através de uma entrevista telefónica, com o fim de verificar os dados demográficos e completar as informações em falta.

Nesta investigação, foram usados dois tipos de análise estatística: a univariada e a multivariada. Na análise univariada, com uma só variável, os valores foram apresentados em valores absolutos e em percentagens da totalidade das observações, para cada uma das perguntas. Na análise multivariada, procurou-se verificar as relações existentes entre várias variáveis. Para o efeito, usou-se o teste *Qui-Quadrado* (ou de Pearson), que permite testar se as variáveis são independentes, ou se existe uma relação de dependência (quando o nível de

significância do teste do Qui-Quadrado é inferior a 0,05 rejeita-se a hipótese das variáveis serem independentes), permitindo assim concluir sobre a associação entre variáveis.

## **6 - Estrutura do trabalho**

Este trabalho foi dividido em seis capítulos.

Na introdução, destacou-se o tema do trabalho, os objetivos gerais e específicos, os pressupostos da investigação, a importância do tema e motivações pessoais, as perspetivas metodológicas da dissertação e estudo empírico da investigação, bem como a estrutura do trabalho.

No primeiro capítulo, enquadramento teórico e definição dos conceitos, apresentou-se a definição e contextualização da educação, do ensino, das instituições de ensino superior, do financiamento do ensino superior, dos mecanismos e fontes de financiamento, bem como a acessibilidade do ensino superior, na visão de diferentes autores, nacionais e internacionais. Neste capítulo, ainda, fez-se um apanhado sobre os diversos benefícios do financiamento do ensino superior na vida dos estudantes, famílias e da sociedade em geral.

No segundo capítulo, caracterização de Cabo Verde, foram realçados os dados a nível geográfico, social, demográfico, económico e do ensino primário, secundário e superior.

No terceiro capítulo, as instituições de ensino superior em Cabo Verde, descreveu-se, de forma breve, as dez instituições de ensino superior no ano letivo 2014/2015, sendo duas públicas e oito privadas.

No quarto capítulo, o financiamento do ensino superior em Cabo Verde, apresentou-se os modelos de financiamento e o papel dos apoios sociais na acessibilidade dos estudantes ao ensino superior.

No quinto capítulo, metodologia, fez-se a apresentação da população em estudo, a construção da amostra, o objeto de estudo, os instrumentos de recolha de dados, bem como as técnicas de análise a que se recorreu, para que fosse possível a concretização deste estudo.

No sexto capítulo, apresentação e análise dos dados do inquérito, salientou-se a situação socioeconómica dos estudantes das Instituições de Ensino Superior, na Ilha de Santiago, no ano letivo 2014/2015, com enfoque para o apuramento dos resultados das respostas dos estudantes, às diversas questões relacionadas com: a identificação pessoal, os dados referentes ao sexo, à nacionalidade, à idade, ao estado civil, ao número de irmãos e ao número de filhos.

Segue-se a descrição da situação dos estudantes face ao alojamento e ao emprego, no período letivo, a distância que percorrem, os transportes que usam, bem como a situação socioeconómica, educacional, profissional e o nível de rendimento dos pais dos estudantes. É de salientar que, o processo de acesso ao ensino superior, as fontes de financiamento, o apoio financeiro, os acessos à internet, aos equipamentos e materiais didáticos e aos serviços de cantina, também, foram tidos em conta.

Ainda, foram incluídos no capítulo sexto os resultados conseguidos do questionário aplicado em relação ao local onde residem habitualmente e no período escolar, a escola secundária que frequentaram (pública ou privada), as condições físicas e ambientais da residência dos estudantes, no período escolar, a influência do status económico da família na escolha da IES ou do curso, as condições de acesso e permanência no ensino superior, bem como os fatores que influenciaram na escolha da IES e do curso que estão a frequentar, as suas opiniões relativamente à oscilação do valor da propina aplicada nas IES.

Referiu-se ainda, a forma de financiamento do ensino superior, as fontes de financiamento e suporte financeiro do ensino superior, nomeadamente, as respostas sobre a suficiência ou não dos apoios sociais recebidos, as bolsas e os subsídios, na cobertura das despesas de educação, bem como a perceção que os

estudantes têm sobre a quem cabe a responsabilidade de financiar o ensino superior.

Segue-se as considerações finais, as propostas de melhoria e as direções para uma investigação futura.

## **Capítulo I - Enquadramento teórico e definição dos conceitos**

No capítulo I, pretende-se apresentar a definição dos conceitos de educação, ensino e instituições de ensino superior, fazendo um apanhado sobre as várias conceções que estes conceitos têm merecido ao longo dos anos, destacando-se as de Varela (2011), Cabrito (2002) e Gadotti (2000), bem como a visão apresentada na Constituição da República de Cabo Verde, dando relevância ao nível de ensino superior, no qual se enquadra o objeto de estudo desta investigação. Os referidos conceitos foram enquadrados no contexto cabo-verdiano, salientando-se a Lei de Bases do Sistema Educativo [LBS] e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior [RJIES].

A discussão sobre os benefícios que o ensino superior tem oferecido aos estudantes e à sociedade mereceu uma certa atenção neste estudo, principalmente a visão de Cerdeira (2009), Cabrito (2002) e Chaves (2015). Para estes autores, o ensino superior é um investimento simultaneamente público e privado e a educação é um “Bem/Serviço” e um “Bem de Consumo”, público e privado. Por sua vez, Dias (2011) vê a lógica das instituições públicas como sendo a lógica de comercialização.

Os tipos, as formas e os modelos de financiamento do ensino superior também foram abordados neste capítulo, tendo sempre presente os dois tipos de instituições de ensino superior existentes em Cabo Verde: o público e o privado.

### **1.1- Educação e ensino**

A educação tem merecido diversos estudos e enquadramentos, tanto a nível internacional como a nível nacional. Em Cabo Verde, a educação tem estado na agenda política de todos os Governos, tendo sido reforçada, a partir dos anos 90,

com a implementação da democracia no país e democratização do ensino, mais virado para o ensino básico e secundário.

O direito dos cidadãos cabo-verdianos à educação está consagrado na Constituição da República de Cabo Verde (2010), segundo a qual, todos os indivíduos têm direito à educação, realizada através da escola, da família e dos agentes educativos. Deve:

*(a) Ser integral e contribuir para a promoção humana, moral, social, cultural e económica dos cidadãos; (b) Preparar e qualificar os cidadãos para o exercício da actividade profissional, para a participação cívica e democrática na vida activa e para o exercício pleno da cidadania; (c) Promover o desenvolvimento do espírito científico, a criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica; (d) Contribuir para a igualdade de oportunidade no acesso a bens materiais, sociais e culturais; (e) Estimular o desenvolvimento da personalidade, da autonomia, do espírito de empreendimento e da criatividade, bem como da sensibilidade artística e do interesse pelo conhecimento e pelo saber; (f) Promover os valores da democracia, o espírito de tolerância, de solidariedade, de responsabilidade e de participação (CR, 2010, artigo 78º).*

A Constituição da República de Cabo Verde (2010) garante o direito à educação, atribuindo ao Estado a faculdade de, nomeadamente: garantir o direito à igualdade de oportunidade de acesso e de êxito escolar; eliminar o analfabetismo; fazer com que o ensino básico seja obrigatório, gratuito e universal; promover a educação superior; criar condições de acesso a todos; organizar a ação social escolar; promover a socialização dos custos da educação;

fiscalizar o ensino público e privado velando sempre pela qualidade do ensino ministrado (artigo 79º).

O termo educação foi definido por Varela (2011) como “um processo através do qual os indivíduos, através do acesso ao conhecimento e ao saber, desenvolvem aptidões e competências para a vida não se limitando, por conseguinte, à função do ensino” (p.11), pois, no ensino as atividades são organizadas de modo a ajudar os alunos a compreenderem áreas específicas do conhecimento. No processo da educação, procura-se que o indivíduo integre o “ensino e a vida, o conhecimento e os valores, a reflexão e a acção de modo a que tenha uma visão holística e de totalidade, conciliando objectivos de aprendizagem e competências para a vida activa” (Varela, 2011, p.11).

Para a UNESCO (2000), a educação é um direito humano fundamental. Constitui a chave para um desenvolvimento sustentável e assegura a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles. É um meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI, afetadas pela rápida globalização.

Gadotti (2000, pp. 4-6) define a educação como sendo o ato que leva o ensino à aprendizagem. Para este autor, a educação sofreu alterações e foram apresentadas diferentes visões em diferentes momentos da história, divididas em cinco fases diferentes: “a educação tradicional, popular, nova, internacionalizada e com base nas novas tecnologias”.

A educação tradicional tem as suas raízes na sociedade de classes escravistas da Idade Antiga, onde uma pequena minoria conseguia ter acesso. Com o movimento renascentista este tipo de educação entrou em declínio.

A educação nova surgiu com a obra de Rousseau, com o surgimento do conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas de Freinet. Tanto a educação tradicional como a nova têm em comum a conceção da educação como processo de desenvolvimento individual. No nosso século, a educação distingue-

se pelo deslocamento do enfoque do individual para o social, o político e o ideológico. A educação no século XX tornou-se “permanente e social”, com algumas diferenças regionais, mas com ideias universais destacando-se a de que não há idades para se educar. A educação se estende pela vida e não é neutra.

A internacionalização da educação reforçou-se especialmente desde os finais do século XX, confiada à UNESCO. Desde 1899 que foi fundada em Bruxelas o “Bureau Internacional de Novas Escolas”, por iniciativa de Adolphe Ferrière, que os países altamente industrializados começaram a universalizar o ensino fundamental e conseguiram eliminar o analfabetismo. Essa universalidade fez com que encontremos hoje sistemas educacionais com estruturas básicas muito parecidas. O fenómeno da globalização, nos finais do século XX, impulsionou a ideia de uma escola igual para todos, não como princípio de justiça social, mas como parâmetro curricular comum.

A educação dos nossos dias está virada para as novas tecnologias, sobretudo com a aprendizagem à distância. Embora a educação opere com linguagem escrita, “a nossa cultura atual dominante vive impregnada por uma nova linguagem, a da televisão e a da informática, particularmente a linguagem da Internet”. Os que defendem a informatização do ensino, defendem uma cultura digital.

A educação popular nasceu com o trabalho de Paulo Freire, nos anos 60, com a “conscientização” como sua categoria fundamental. “A prática e a reflexão sobre a prática levaram a incorporar outra categoria não menos importante: a da organização”. Nesta visão da educação, não basta estar consciente, é preciso organizar-se para poder transformar-se.

Além dos cinco momentos acima descritos, Gadotti (2000) defende que atualmente a educação está enfrentando uma nova era, “*a era do conhecimento*” (p. 7). A sociedade de conhecimento é consequência da informatização e do processo de globalização das telecomunicações a ela associada. Existe uma vasta difusão da informação e de dados, mas não de conhecimentos.



As novas tecnologias colocam em “*stock* o conhecimento”, de forma prática e acessível, em gigantescos volumes de informações. Houve uma Revolução da Informação, criação de novos espaços de conhecimento, tais como o espaço domiciliar e o espaço social, que se tornaram educativos. As pessoas passaram a estudar em casa, a aceder ao ciberespaço e às formações à distância (p. 7).

Na sociedade do conhecimento, a escola deve *servir de bússola*, isto é, orientar criticamente, sobretudo as crianças e os jovens, na busca de uma informação que os faça crescer e não embrutecer. A escola e a educação, em geral, devem:

*Ensinar a pensar; saber comunicar; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer síntese e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autónomo; saber articular o conhecimento com a prática e ser aprendiz autónomo e à distância (Gadotti, 2000, p. 8).*

Depois da II Guerra Mundial, a educação surgiu associada ao conceito de “capital”, na medida em que constituiria como que uma parte do *stock* de recursos que permitem originar rendimentos futuros (Cabrito, 2002).

A educação social e global é aquela em que a ação é exercida pelas gerações adultas sobre as mais jovens. Tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, exigidos pela sociedade. É vista no sentido formal, incluindo programas escolares desenvolvidos pela escola ou não, ministrados e avaliados por agentes especializados (Durkheim, 1968).

É unânime a ideia de que a educação é um processo contínuo, universal e transversal necessário, para que as sociedades se desenvolvam, para que os indivíduos adquiram conhecimentos e competências que permitem uma melhor inserção social.

O ensino está subjacente à educação. Esta é recebida de forma formal na escola e informal em casa, na rua e nos meios sociais. Na escola a educação é materializada pelo ensino, dividido em diferentes níveis académicos, onde os indivíduos recebem graus e diplomas.

## **1.2 - Ensino superior: público e privado**

O conceito de ensino superior tem sido discutido por diversos autores, em contextos diferentes, usado como expressão que designa realidades diversas. Cabrito (2002) resume o conceito de ensino superior, como sendo:

*Um sistema de educação pós-secundário unitário – apenas com uma fileira, a universitária, como se verifica na Suécia, no Reino Unido ou na Espanha – ou um sistema binário – caracterizado pela existência de duas fileiras, a universitária e a não-universitária, como acontece na Alemanha, França ou Portugal, sendo o segmento não universitário designado, por vezes, por ensino politécnico;*

*Sistemas que proporcionam ofertas educativas de diferentes durações e que concedem diplomas diversificados.*

*Sistemas onde a diferenciação por subsistema se está a construir, como em França, com a criação dos Institutos Universitários Tecnológicos; ou se extinguiu, como no Reino Unido, com a recente transformação dos institutos politécnicos em universitários;*

*Sistemas cujo financiamento é predominantemente de origem pública, como na generalidade dos países europeus; ou de origem privada, como em alguns países asiáticos e americanos.*

Cabrito (2002), recorrendo à proposta da OCDE (1994b, p. 59), apresentou um conceito do ensino superior de forma resumida como sendo toda a formação inicial depois do ensino secundário, independentemente da natureza jurídica do

estabelecimento, do período de formação, da natureza da formação, dos diplomas que proporciona ou da origem dos recursos financeiros.

As instituições são “uma ideia ou uma obra que se realiza e perdura no meio social através de um conjunto de recursos materiais e humanos postos ao seu dispor, que lhe garantem uma existência intemporal com tendência para a personalização jurídica” (Varela, 2011, p. 6).

O ensino superior tem sido discutido por alguns autores como Cerdeira (2009), Chaves (2015) e Cabrito (2002) com vista a entender se a oferta educativa no ensino superior é um bem público ou um bem privado. Para Cerdeira (2009) “a educação e o ensino superior são investimentos, simultaneamente, público e privado, que se retratam em custos e benefícios, públicos e privados”.

Cerdeira (2009, p. 13) aponta os seguintes benefícios públicos e privados:

*Públicos (financeiros – maior produção nacional, maior produtividade, maior flexibilidade da força de trabalho, maior capacidade de consumo, menor dependência financeira do Governo; não financeiros – maior coesão social, maior mobilidade social, maior desenvolvimento cultural, maior filantropia, maior adaptação tecnológica) e benefícios privados para os indivíduos que o frequentam e obtêm um grau superior (financeiros – salários mais altos, mais oportunidades de trabalho, mais capacidade de poupança, maior mobilidade no emprego; não financeiros – enriquecimento educacional, melhores condições de trabalho, maior status pessoal, maior satisfação laboral, melhor saúde, maior capacidade de gestão financeira, maior prazer e desenvolvimento pessoal).*

Se por um lado, o “bem/serviço totalmente privado” é “qualquer bem/serviço de uso individual, utilizável, em cada momento, por um único

indivíduo: as necessidades individuais”, por outro lado, o “bem/serviço totalmente público” é “qualquer bem/serviço cuja existência garante a satisfação de todos os indivíduos: as necessidades coletivas” (Cerdeira et al., 2014, p. 4).

O conhecimento proporcionado pelo ensino superior deve ser visto como um investimento produtivo, que propicia ganhos, e um bem privado ou uma mercadoria de interesse individual, negociado no mercado de trocas. Por isso, “o Estado deve se afastar da manutenção desse nível de ensino, uma vez que a educação superior passa a ser considerada como um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo” (Chaves, 2015, p. 427).

Para Dias (2011), o ensino superior é reconhecido como instrumento para se manter o poder na sociedade do conhecimento em que este é mais importante que a produção. Esta problemática é enfrentada por todos os Governos, mesmo os dos países ricos e industrializados, principalmente a nível financeiro, o que os levam a reduzir os investimentos em educação, passando as instituições públicas a adotarem uma lógica de comercialização. Defende que, se as instituições quiserem manter a ideia de que a educação superior é um bem público e não uma mercadoria comercial, devem buscar o equilíbrio entre as aspirações pessoais, nascidas da liberdade do educando, as suas responsabilidades e os seus compromissos sociais.

A educação na década de 50 era considerada um bem de consumo. Prevalecia entre os economistas a ideia de que, a procura da educação, além do “grau relativo à escolaridade obrigatória, dependia diretamente da vontade de cada indivíduo, correspondendo a procura de um bem de consumo como outro qualquer”. O ensino veio a surgir como um processo de colmatar as necessidades sentidas pela falta de profissionais qualificados durante o período pós-guerra (Cabrito, 2002, p. 26).

Em relação aos indivíduos e à sociedade, a educação surge com uma natureza instrumental, operatória e utilitária, o que se concretiza nos “custos e benefícios para a sociedade decorrentes do investimento em educação [os quais]

podem ser comparados através da taxa social de retorno” (Cabrito, 2002, p. 26, apud Woodhall, 1995)<sup>1</sup>.

As sociedades devem privilegiar os gastos com a educação, pois, eles concretizam um investimento que traduzem em progressos significativos da atividade económica de um país. Esta visão passou a ser partilhada pelos economistas e cientistas da educação, a partir dos anos 60, com o surgimento da “teoria do capital humano” e associação das medidas e decisões de política educativa aos objetivos económicos da sociedade (Cabrito, 2002, p. 27).

O ensino superior determina a produtividade do trabalho, a iniciativa empresarial e o crescimento. Constitui um fator fundamental na inserção do indivíduo na economia do conhecimento, na mobilidade social, na participação e reforço da sociedade civil (Borges, 2016, apud Tavares, 2010).

Em Cabo Verde, o sistema de ensino superior está regulamentado na Lei de Base do Sistema Educativo (Decreto-Legislativo nº 2/2010, de 7 de maio) e no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – [RJIES], Decreto-Lei nº 20/2012, de 19 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 12/2015, de 24 de fevereiro. Segundo o RJIES (2012), o sistema de ensino superior em Cabo Verde divide-se em ensino superior público, constituído por instituições de ensino superior públicas ou fundações públicas, e ensino superior privado, composto pelas instituições pertencentes às entidades particulares e cooperativas (artigo 3º).

Cabe ao Estado de Cabo Verde instituir as instituições de ensino superior, quer públicas, quer privadas, universitário ou politécnico. As instituições de ensino universitário compreendem as universidades, institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário.

---

<sup>1</sup>WOODHALL, M. (1995). Student Loans. In Internacional Encyclopedia of Economics of Education, second edition [Carnoy, M. ed.]. Cambridge: Pergamon, pp. 420-429.

As instituições de ensino politécnico compreendem os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico (RJIES, 2012, artigos 5º e 6º).

As universidades, os institutos universitários e as demais instituições de ensino universitário são definidas como sendo “instituições de alto nível, orientadas para a criação, transmissão e difusão do conhecimento e da cultura, da ciência e da tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental”, podendo atribuir graus de licenciado, mestre ou doutor e diplomas de estudos superiores profissionalizantes (RJIES, 2012, artigo 7º).

Os institutos politécnicos e demais instituições de ensino politécnico são consideradas aquelas “orientadas para a criação, transmissão e difusão do conhecimento e da cultura, de natureza técnica e profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação aplicada e do desenvolvimento experimental”. Conferem o grau de licenciado e diplomas superiores profissionalizantes (RJIES, 2012, artigo 8º).

### **1.3 - O financiamento do ensino superior e a sua acessibilidade**

O financiamento do ensino superior tem sido abordado por diversos autores, encarado como sendo um assunto complexo que depende do contexto, do sistema de ensino, da tradição educacional, do contexto político, económico e social do país e da sociedade onde se encontra inserida a instituição.

O termo financiamento foi considerado por Cabrito (2002) como sendo uma realidade complexa e variada, possuidora das especificidades particulares da realidade onde se encontra inserido. Reflete o conjunto das relações que ocorrem entre o sistema e o estabelecimento educativo e um conjunto diversificado de entidades financiadoras que asseguram os fundos necessários à sobrevivência do sistema e das manifestações institucionais.

Para Cabrito (2002), as entidades designadas por fontes de financiamento oferecem um conjunto de recursos financeiros às instituições de ensino superior, estabelecem regras de atribuição e de utilização dos fundos que atribuem, mediante determinados mecanismos de financiamento.

A tendência mundial de financiamento do ensino superior é para a implementação de políticas assentes na partilha de custos (cost-sharing), em diversas formas, tais como: “introdução ou aumento do valor das propinas; introdução de programas de empréstimos, ou mudança do apoio social sob a forma de bolsa de estudos para empréstimos; incentivo e apoio ao surgimento e desenvolvimento do ensino privado” (Cerdeira, 2009, p. 554).

Essa partilha de custos assenta numa triangulação onde os três vértices, as propinas, os empréstimos e o apoio social, se conjugam dando corpo às políticas de financiamento do ensino superior, “com maior ou menor participação dos Governos e contribuintes, estudantes e famílias, mecenas e filantropos e, consequentemente, com a adopção de políticas mais ou menos liberais, ou mais ou menos socialistas ou soció-democráticas” (Cerdeira, 2009, pp. 554-555).

Para Conceição (1995), existe consenso de que o financiamento resulta das relações que são estabelecidas entre as instituições de ensino superior e as diversas entidades financiadoras. Estas relações concretizam-se através de uma entrega de fundos às instituições, através de um mecanismo específico que induz uma utilização do financiamento pela IES, tendo que posteriormente apresentar justificativos da utilização do referido fundo.

Portanto, genericamente, a fonte de financiamento designa a entidade ou o agregado de entidades ou indivíduos que fornecem fundos diretamente à universidade, podendo ser o Ministério da Educação, o conjunto de empresas que contratam serviços de investigação à universidade, entidades não-governamentais, familiares ou mesmo os alunos que têm que pagar propinas. O mecanismo de financiamento corresponde à forma como os fundos são disponibilizados à universidade (p.79).

Quanto aos processos de financiamento, pode-se identificar cinco categorias (Conceição, 1995, apud OCDE, 1990)<sup>2</sup>. A primeira corresponde à situação em que a universidade se financia através dos seus investimentos e da rentabilização das suas propriedades imóveis ou intelectuais, conseguindo desta forma uma fonte de receita independente. A utilização destes fundos é feita exclusivamente de acordo com as prioridades da universidade.

A segunda categoria de financiamento tem uma entidade governamental como fonte, tipicamente o Ministério da Educação, o qual determina o montante do financiamento a fornecer à universidade, através de uma metodologia específica. A universidade não tem restrições na utilização do financiamento recebido, desde que desempenhe as suas atividades, contribuindo para a obtenção de objetivos políticos, económicos e sociais, genéricos.

A terceira categoria de financiamento corresponde, também, ao financiamento através de uma entidade governamental, mas que, ao contrário do tipo anterior, impõe um conjunto detalhado de regras e procedimentos para a utilização dos recursos que fornece à universidade.

Em quarto lugar, a universidade pode ser financiada através de um conjunto de entidades governamentais e instituições públicas, incluindo as autarquias e Governos regionais, embora não esteja dependente de qualquer uma delas, quer financeira, quer administrativamente.

Por último, o financiamento corresponde à venda por parte da universidade, de serviços educacionais e de investigação, numa ótica comercial.

As empresas, o Estado e as famílias são as principais fontes de financiamento das IES, além das instituições nacionais, internacionais, públicas e privadas, as organizações não-governamentais, institutos e fundações que participam no financiamento do ensino superior, quer diretamente através do

---

<sup>2</sup>OCDE (1990). *Financing Higher Education-Current Patterns*, Paris: OCDE.



pagamento das propinas nas IES, quer através dos impostos, que constituem fundos do Estado.

As instituições de ensino superior públicas em Cabo Verde, nomeadamente a UNI-CV e a IUE, recebem apoios públicos concedidos pelo Estado, conforme o Orçamento Geral do Estado, estipulado anualmente, em cerca de 40% dos gastos anuais. As privadas recebem apenas apoios relativos aos princípios de publicidade, objetividade e não discriminação (Constituição da República de Cabo Verde, 2010). As instituições privadas estabelecem, ainda, acordos e parcerias com o Governo e outras instituições públicas, no sentido de verem os seus alunos a adquirirem alguns benefícios, conforme o acordo.

A acessibilidade financeira do estudante ao ensino superior pode ser avaliada “através do preço líquido que têm que pagar, num ano académico, para frequentar um estabelecimento de ensino superior, versus o seu rendimento ou o da sua família (Cabrito et al, 2014, apud Hill, Winston & Boyd, 2003)<sup>3</sup>.

Para esclarecer o conceito de acessibilidade financeira, se deve levar em conta o preço que cada estudante paga deduzido do apoio concedido em bolsas e outros apoios, conjugados com o rendimento da família do estudante (Cabrito et al, 2014, apud Johnstone, 1986, 1991; Oroval Planas & Molto Garcia, 1984)<sup>4</sup>.

Com base nas taxonomias propostas por Williams, no estudo sobre o financiamento do ensino superior, nos países da OCDE, Conceição (1995) defende dois tipos de financiamento: o financiamento público de base e o financiamento complementar. Quanto ao financiamento público de base, aponta quatro mecanismos, através dos quais o Estado pode financiar o ensino superior: financiamento incremental, financiamento por fórmulas, financiamento contratual, subsídio de propinas e complementar.

---

<sup>3</sup> Hill, C., Winston, G. & Boyd, S. (2003). Affordability: Family Incomes and Net Prices at Highly Selective Private Colleges and Universities, William College. Disponível em: <http://www.williams.edu/wpehe/DPs/DP-66r.pdf>.

<sup>4</sup>Oroval Planas. (1984). Economía de la Educación. Barcelona: Ariel Educación, pp.39-40.

*No financiamento incremental o orçamento do ano anterior define o montante dos fundos a atribuir; no financiamento contratual o Estado estabelece uma contrapartida financeira, com princípios pré-estabelecidos, em troca da realização de determinadas atividades; no financiamento por fórmulas aplica-se uma expressão matemática para determinar o montante do financiamento; no subsídio de propinas o Estado comparticipa nos custos da educação que recaem sobre os estudantes; no financiamento complementar pode-se agrupar outras contribuições em quatro categorias: fundos recebidos através da realização das atividades de investigação e desenvolvimento (I&D); propinas pagas pelos beneficiários do ensino; fundos recebidos pela prestação de serviços de índole científica e técnica e outros fundos de cariz estrutural, para a aquisição de equipamentos ou melhoria de infraestruturas (Conceição, 1995, pp. 86-90).*

Borges (2016) defende que, o financiamento constitui uma das condições essenciais para o funcionamento das instituições de ensino superior. O financiamento configura em sentidos diferentes, podendo ter fontes públicas e/ou privadas.

A acessibilidade económica é um outro fator que fornece dados relativos à capacidade dos estudantes de financiarem os seus estudos, isto é, a posse de recursos necessários para poderem estudar no ensino superior.

Pode-se ter duas interpretações possíveis, sobre a acessibilidade do ensino superior. A primeira pode ser medida através do número de lugares disponíveis, em termos de participação, analisando as taxas de participação e de graduação. A segunda pode ser analisada a partir dos índices de equidade educacional e paridade de género, que fornecem dados sobre a proveniência dos estudantes inscritos no ensino superior (Cabrito et al., 2014).

## **1.4 - Modelos de Financiamento do ensino superior**

Os sistemas de ensino superior enquadram-se em três modelos de financiamento: “público, privado e pelo mercado” (Cabrito, 2002, p. 87), descritos na figura 1. Sinteticamente, pode-se dizer que, no modelo de financiamento público a maior contribuição provém do Estado; as bolsas variam com o rendimento; surgem os apoios sociais; as ofertas de ensino público são maiores; os empréstimos são bonificados e as propinas são controladas pelo Estado. Os exemplos deste modelo são os gregos, ingleses, escandinavos e os europeus.

No modelo privado existem muitas instituições privadas, com diversos cursos e diplomas, sendo as propinas bastante elevadas. O Estado controla fortemente ambos os tipos de instituição, sendo que subsidia as instituições públicas, enquanto que, as instituições privadas são financiadas pelos estudantes e suas famílias. Este modelo vigora nos países asiáticos, no Japão e nos países industrializados.

No modelo de financiamento de mercado o acesso é universal, sendo exigido apenas a posse do diploma do ensino secundário nas diversas instituições, quer públicas, quer privadas, que oferecem uma diversidade de cursos e diplomas. Existe muita concorrência entre os professores, estudantes e instituições. O financiamento é maioritariamente privado, sobretudo por estudantes e famílias, mesmo nas instituições públicas. Existe uma combinação de bolsas de estudo, empréstimos e trabalho parcial. Vigora sobretudo nos EUA, em que as IES fazem um enorme esforço para dar resposta ao sistema e às necessidades do mercado, sendo designado também por “modelo americano” (Cabrito, 2002, p. 94).

Segundo os estudos realizados por Cerdeira (2009), Portugal segue a tendência internacional assente na partilha de custos entre as famílias e estudantes, os programas de empréstimos e a cobrança de propinas nas IES.

**Figura 1- Modelos de Financiamento do ensino superior**

	<b>Caraterísticas</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Público</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte financiamento do Estado;</li> <li>- Existência de bolsa de estudo que varia com o rendimento;</li> <li>- Oferta subsidiada de serviços de natureza social;</li> <li>- Oferta subsidiada de serviços sociais que abrange, também, e tendencialmente, os alunos do ensino superior privado;</li> <li>- Natureza prevalente pública da oferta educativa;</li> <li>- Implementação e desenvolvimento de uma política de ajuda financeira aos estudantes, suportada por empréstimos bonificados;</li> <li>- Forte controlo exercido pelo Estado, no que respeita ao valor das propinas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grécia;</li> <li>-Modelo Inglês;</li> <li>-Modelo Escandinavo;</li> <li>-Modelo Europeu continental;</li> <li>-Modelo Mediterrâneo</li> </ul>
<b>Privado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte setor privado que exerce cursos baratos, acolhe a maioria dos estudantes e cobra elevadas propinas;</li> <li>- O setor privado que acolhe uma minoria de estudantes, oferece formação nas áreas científicas e tecnológicas;</li> <li>- Forte controlo do Estado sobre as instituições em geral, públicas e privadas;</li> <li>- Financiamento do segmento privado pelo contributo dos estudantes e respetivas famílias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Continente Asiático: Japão;</li> <li>- Novos Países Industrializados</li> </ul>
<b>Pelo Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso universal ao ensino superior. Candidatura sujeita à posse do diploma de ensino secundário;</li> <li>- Descentralização do ensino superior, com uma multiplicidade de instituições públicas e privadas dispersas, por todo o território nacional;</li> <li>- Extrema diversidade de instituições, oferecendo cursos curtos ou concedendo o grau de doutor;</li> <li>- Enorme concorrência entre instituições, por alunos, professores, contratos de investigação, financiamentos privados;</li> <li>- Forte participação financeira dos estudantes no financiamento do ensino superior, mesmo nos estabelecimentos de natureza pública;</li> <li>- Vasto sistema de ajudas financeiras aos estudantes, que combina bolsas, empréstimos e trabalho parcial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EUA</li> </ul>

Fonte: adaptado. Cabrito, 2002.

De salientar que, Cabrito (2002) identificou quatro subcategorias do modelo de financiamento público, nomeadamente: modelos inglês, escandinavo, europeu continental e mediterrâneo, indicados na figura 2:

**Figura 2 - Subcategorias dos modelos de financiamento do ensino superior**

Subcategorias	Caraterísticas
Modelo Inglês	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ensino superior público e “pago”;</li><li>- Existência de propinas subsidiadas, sendo o Estado, através dos órgãos descentralizados, que as paga;</li><li>- Obrigação dos pais em contribuir para os custos de educação e de vida dos filhos;</li><li>- Existência de uma política de crédito assente em empréstimos hipotecários, cujo objetivo é o de colmatar as insuficiências das bolsas e dos contributos parentais, para as despesas de sobrevivência e educação dos estudantes.</li></ul>
Modelo Escandinavo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ensino superior gratuito e público;</li><li>- Não se espera nenhuma contribuição parental para as despesas de educação e de manutenção dos filhos, quando estiverem no ensino superior;</li><li>- O Estado atribui um subsídio a todos os jovens, para que eles possam fazer face às suas despesas de sobrevivência e de educação, independentemente do rendimento familiar.</li></ul>

Cont	
Modelo europeu continental	<p>Gratuidade do ensino superior, que é de natureza pública (exceção para as <i>Grandes Écoles</i>, em França);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Espera-se contribuição parental para os estudos superiores;</li> <li>- Atribuição de bolsas de estudo dependentes do rendimento familiar;</li> <li>- Existência de serviços subsidiados, de refeição, de residência e de saúde, para todos os estudantes, independentemente do rendimento familiar;</li> <li>- Existência de créditos subsidiados, do tipo do empréstimo hipotecário, para colmatar falhas entre as bolsas de estudo, as contribuições parentais e o custo de vida.</li> </ul>
Modelo Mediterrâneo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de oferta pública e privada de ensino superior;</li> <li>- Existência de propinas, de valor tendencialmente crescente;</li> <li>- Existência de serviços sociais subsidiados;</li> <li>- Existência de bolsas de estudo dependentes do rendimento familiar;</li> <li>- Espera-se contribuição parental para os estudos superiores;</li> <li>- Inexistência de uma política global de crédito estudantil, seja para custear custos de educação seja os custos de manutenção.</li> </ul>

Fonte: Adaptado, Cabrito, 2002.

Em Cabo Verde, também, pode-se dizer que o sistema de financiamento do ensino superior está assente na partilha de custos, embora os sucessivos Governos não tenham acertado nos programas de empréstimos implementados.

No Brasil existem instituições de ensino superior financiadas completamente pelo Estado (Borges, 2016), enquanto no continente asiático,

nomeadamente no Japão e nos Novos países Industrializados (Eicher et al, 1993) o ensino superior é da iniciativa e financiamento predominantemente privados.

### **Nota síntese do capítulo I**

A educação e o ensino são dois conceitos, distintos e interligados, bastante discutidos no seio dos políticos e estudiosos, quer a nível nacional, quer a nível internacional. No capítulo I foram abordados vários pontos de vista sobre os conceitos de educação e de ensino, desde Durkheim (1989) que define a educação numa perspetiva social e global, em que a educação surge como uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as mais jovens, passando por Varela (2011) que, por um lado, define a educação como processo através do qual os indivíduos desenvolvem aptidões e competências para a vida e, por outro, que o ensino organiza as atividades de modo a que os alunos possam adquirir conhecimentos específicos.

Referiu-se, também, as visões que Gadotti (2000) apresenta sobre os vários momentos históricos pelo que passou a educação, como sendo um ato que leva o ensino à aprendizagem.

Tendo em conta que Cabo Verde é membro da UNESCO, segue as suas orientações e visão sobre a educação, um direito humano fundamental, que constitui a chave para o desenvolvimento sustentável, assegurando a paz e a estabilidade dentro de cada país.

Não se podia deixar de fazer alusão a alguns parágrafos da Constituição da República de Cabo Verde, onde se encontram os princípios fundamentais que orientam os vários níveis de ensino em Cabo Verde, bem como a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior em Cabo Verde. Pode-se dizer que, o ensino superior é o nível de ensino que segue ao secundário.

Para ter acesso a este nível, o indivíduo deve possuir um certificado de conclusão do ensino secundário, emitido quer por um estabelecimento público, quer por um estabelecimento privado, desde que seja oficialmente reconhecido, fazer o teste de acesso nas instituições onde são exigidos e possuir recursos financeiros para sustentar as suas despesas, caso contrário terá de reunir as condições exigidas pelas fontes financiadoras, para poder obter empréstimos ou outros apoios sociais.



## Capítulo II – Caraterização de Cabo Verde

No capítulo II, pretende-se apresentar alguns dados que caraterizam Cabo Verde, a nível geográfico, socioeconómico, com destaque para os transportes, o emprego e os três níveis de ensino, básico, secundário e superior, com maior realce para o ensino superior, com uma breve descrição dos dois tipos de instituições que existem em Cabo Verde, público e privado.

### 2.1 - A situação geográfica

Cabo Verde é um arquipélago situado no Oceano Atlântico, com um total de 4033 Km<sup>2</sup>, localizado a 455Km da costa ocidental africana, entre as latitudes 14°23' e 17°12' Norte e as longitudes 22°40' e 25°22' a Oeste.

Foi descoberto em 1460, pelos portugueses e é formado por um conjunto de 10 ilhas divididas em dois grupos: Barlavento e Sotavento. Integram o grupo de Barlavento as ilhas de: Santo Antão (754 Km<sup>2</sup>), São Nicolau (342 Km<sup>2</sup>), São Vicente (228 Km<sup>2</sup>), Sal (215 Km<sup>2</sup>), Boa Vista (622 Km<sup>2</sup>), e Santa Luzia (34 Km<sup>2</sup>). O grupo de Sotavento é constituído pelas seguintes ilhas: Maio (267 Km<sup>2</sup>), Santiago (992 Km<sup>2</sup>), Fogo (477 Km<sup>2</sup>) e Brava (65 Km<sup>2</sup>).

Além das 10 ilhas, 9 habitadas e uma desabitada (Santa Luzia), existem oito ilhéus, sendo os mais referidos os ilhéus Branco, Raso e os Secos ou de Rombo. Salienta-se em Santiago o ilhéu de Santa Maria situado à frente da praia da Gambôa, com 420 metros de comprimento e 130 metros de largura.

As ilhas são de origem vulcânica, sendo algumas montanhosas e outras planas. O pico mais alto de Cabo Verde fica na ilha do Fogo, com 2.882 metros. O segundo fica em Santo Antão, com 1.979 metros (o Topo de Coroa) e o terceiro na ilha de Santiago, com 1.373 metros (o Pico de Antónia). As ilhas do Sal, Boa Vista e Maio são as mais planas. Nestas destacam-se mais, as extensas

praias de areia branca e águas cristalinas, muito visitadas pelos turistas. Nas restantes ilhas, também, existem lindas praias de areias brancas e negras. O clima é tropical quente e seco, sendo os meses mais quentes maio, junho, julho e agosto e as restantes menos quentes, mas com uma média anual de temperatura de 25°C. Os meses de julho, agosto, setembro e outubro são os meses em que se regista alguma precipitação, por vezes, nenhuma. Esses meses são os propícios à prática da agricultura de sequeiro, muito praticada nas ilhas mais montanhosas, principalmente em Santiago, Santo Antão, São Nicolau e Fogo.

## **2.2 - A situação sociodemográfica**

Cabo Verde, ex-colónia portuguesa em África, começou a ser povoado em 1462, com escravos africanos e brancos europeus. A primeira ilha a ser povoada foi a ilha de Santiago, sendo a “Cidade Velha”, pertencente ao atual concelho de Ribeira Grande de Santiago, considerada o berço da nacionalidade cabo-verdiana.

A distribuição populacional é assimétrica, com tendência para grande urbanização e concentração populacional nas principais cidades, a começar pela capital, a cidade da Praia, na ilha de Santiago.

A evolução da população residente em Cabo Verde deu-se num ritmo de crescimento significativo nas últimas décadas. Conforme a previsão apresentada pelo Fundo Monetário Internacional [FMI], a Organização Internacional do Trabalho [OIT] confirmados pelos dados do Instituto Nacional de Estatística (2010), continuará a crescer a um ritmo assinalável.

No período de 2000 a 2010, apresentava uma densidade populacional caracterizada por 122,0 habitantes por km<sup>2</sup> e uma taxa de crescimento médio anual da população de 1,3%. A população residente totalizava 491.575 habitantes, dos quais 63,4% possui menos de 30 anos e 54% menores de 24.

Santiago é a ilha mais populosa, com cerca de 55,7% da população total, seguida de S. Vicente e Santo Antão com 15,5% e 8,9%, respetivamente (INE, 2012).

As condições de vida dos agregados familiares refletem, parcialmente, o nível de desenvolvimento do país através dos indicadores caraterísticos da situação socioeconómica em que vivem as famílias cabo-verdianas, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] progressivo, passando de 0,500 em 2000 para 0,534 em 2010 e 0,648 em 2016 (INE, 2012, 2016), um dos melhores índices na África Subsaariana, da qual Cabo Verde faz parte.

De entre vários indicadores destacam-se neste estudo as condições de habitação, o nível de acesso à água potável, condições de higiene e saneamento básico, as fontes de energia para a iluminação e preparação dos alimentos, assim como, a posse de bens e acesso a serviços de tecnologia de informação que contribuem para o bem-estar da população, alfabetização, condições de saúde, segurança social e esperança de vida da população (INE, 2014).

A população cabo-verdiana é jovem, constituída por 491.875 pessoas residentes, sendo 191.329 crianças e adolescentes. Existe também uma grande comunidade espalhada pelo mundo, destacando-se os seguintes países acolhedores: EUA, Portugal, França, Suíça, Holanda, Itália e Espanha.

A população estudantil, principalmente os estudantes do ensino superior, beneficiam de apoios internacionais, no âmbito da cooperação com Cabo Verde, destacando-se de momento Portugal, Brasil, China, França, Suíça, Canadá, Austrália, Marrocos e Japão.

Em 2010, segundo os dados estatísticos (INE, 2012), o tipo de família predominante é o não conjugal, constituindo cerca de 39,2%, sendo mais acentuado nos agregados monoparentais. Numa população de 505.848 habitantes, existia 123.377 agregados familiares, onde cerca de 54,5% era representado por mulheres e 45,5% representado por homens.

Segundo os dados estatísticos sobre o casamento (INE, 2013), a taxa de nupcialidade é baixa, isto é, em cada 1000 habitantes, cerca de 4 casamentos ocorreram entre 2000-2010. A população cabo-verdiana é jovem, com idade média de 26,8 anos e mediana de 22 anos. O número de filhos estimado por mulher foi de 7 em 1980 e vem diminuindo ao longo dos anos, tendo passado para 5 em 1990, 4 em 2000 e 3 em 2010.

Os dados demonstram claramente a melhoria sensível das condições de vida no país em 2010, com o aumento da esperança de vida ao nascer, que foi estimada em 77 anos para mulheres e 69 anos para os homens (INE, 2012).

Acrescenta-se o facto de ter havido redução da taxa de mortalidade infantil, que caiu de 57,9 por mil em 1995 para 20,1 por mil em 2009, embora tenha registado uma taxa de mortalidade neonatal acima dos 50%. Da mesma forma, houve grandes avanços a nível de partos (55% em 1998 e 87% em 2007), a taxa de mortalidade materna permanece em 53,7 por mil (INE, 2012).

Os dados do Censo 2010 (INE, 2012) apresentaram o número de residentes nos diversos concelhos, sendo destacados neste trabalho as três cidades onde existem as Instituições de Ensino Superior, nomeadamente: Assomada, Praia e Tarrafal.

A tabela 1 apresenta a distribuição da população residente em Assomada, segundo o sexo, agregados por sexo do representante e por idade, conforme o Censo 2010. Em Assomada, a população residente rondava 12.332, sendo 5.900 masculinos e 6.432 femininos. Existiam nessa altura cerca de 1.435 agregados representados por homens e 1.276 representados por mulheres, de um total de 2.711 agregados familiares. Em relação à idade da população residente, encontravam-se 3.760 habitantes com menos de 15 anos; 7.965 com idade compreendida entre os 15 a 64 anos e 604 com idade superior a 65 anos.

Na cidade de Assomada funcionam a Universidade de Santiago, onde possui a sua sede, e o Instituto Universitário da Educação.

As pessoas que pretendem prosseguir os seus estudos, além do ensino secundário, sentem-se obrigados a enveredar pelas ofertas existentes no concelho, ou a deslocarem-se para a cidade da Praia, Tarrafal ou para a ilha de São Vicente. Mas, a maioria prefere estudar na cidade da Praia.

**Tabela 1 - População de Assomada por sexo, número de residentes, número de agregados familiares por sexo do representante e idade**

Sexo	População residente	Agregados por sexo do representante	Idade (anos)		
			Menos de 15	Entre 15-64	Mais de 65
Masculino	5.900	1.435	1.814	3.850	234
Feminino	6.432	1.276	1.946	4.115	371
Total	12.332	2.711	3.760	7.965	604

Adaptado: INE, 2012.

A cidade da Praia possui cerca de 131.602 habitantes, numa área de 258 quilómetros quadrados. Em 2014, contava com sete Instituições de Ensino Superior, nomeadamente: a Universidade de Cabo Verde [Uni-CV]; o Instituto Universitário de Educação [IUE]; a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde [Uni-Piaget]; a Universidade de Santiago [US] com um campus denominado Escola Superior de Tecnologia e Gestão [ESTG]; a Universidade Intercontinental de Cabo Verde [UNICA]; o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais [ISCEE] e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais [ISCJS].

O concelho de Tarrafal é constituído por 20.000 habitantes e ocupa uma superfície de 112,4 quilómetros quadrados. A Universidade de Santiago é a única Instituição de Ensino Superior que possui um campus neste concelho, denominado por Escola Superior de Turismo Negócios e Administração [ESTNA].

Em relação às condições de habitação e da população, nomeadamente no que tange ao acesso à água e eletricidade na ilha de Santiago, nas zonas urbanas 61,5% das casas estão ligados à rede pública, sendo 73,4% com instalações sanitárias (INE, 2014). O que quer dizer que existem muitas famílias sem acesso à rede de água, sobretudo nas zonas rurais.

Na ilha de Santiago, uma ilha muito montanhosa, as dificuldades de acesso são ainda mais acentuadas, pois os estudantes gastam diariamente, mais tempo e dinheiro na deslocação aos centros urbanos para assistirem as aulas.

Os transportes públicos não fazem carreiras zonas rurais-cidades, pelo que, os estudantes se sentem obrigados a utilizarem os transportes particulares a um preço mais elevado.

### **2.3 - A situação económica**

A taxa de crescimento económico, apresentou-se com valores sistematicamente acima dos 5% ao ano, com médias de 2005 a 2011 em cerca de 6,5%, refletindo-se ao nível *per capita* em melhorias sensíveis das condições de vida da população cabo-verdiana. Esse crescimento é, particularmente, estimado e apoiado pelo crescimento nos setores do turismo, telecomunicações, serviços financeiros, construção civil e setor das pescas (Segurança Alimentar [ANSA], 2013).

Segundo as projeções, as taxas de atividade aumentarão nos próximos anos, sobretudo entre as mulheres. Haverá uma rápida redução das taxas de atividade entre os jovens até aos 20 anos, provocando uma maior pressão sobre o sistema de ensino e formação nos níveis secundário e superior e um aumento da participação, no mercado de trabalho, das pessoas com idade acima dos 40 anos (INE, 2012).

A situação perante a atividade económica é a relação que existe entre cada indivíduo e a situação perante a atividade ou a inatividade. Esta relação determina-se mediante uma classificação geral da população, que permite definir se um indivíduo é ou não economicamente ativo. Nesta ótica, a população ativa é constituída pela população empregada e desempregada (INE, 2016).

Os dados relativos ao emprego, em Cabo Verde, mostram que a taxa de desemprego se fixou em 15,8% em 2014, diminuindo 0,6% face a 2013.

A taxa de desemprego foi maior no meio urbano (17,0%) do que no meio rural (12,4%). Para tal, foi considerado desempregado todo o indivíduo que não exerceu qualquer atividade económica no período de referência, estando ele disponível para trabalhar e tendo procurado ativamente um trabalho, com idade superior a 15 anos (INE, 2016).

A taxa de desemprego (35,8%) afeta mais os jovens, em particular os com idade entre os 15 e 24 anos, de ambos os sexos (INE, 2014).

O inquérito multiobjectivo sobre o emprego e o mercado de trabalho (2016) apresenta a situação perante a atividade económica, isto é, a relação que existe entre cada indivíduo e a situação perante a atividade ou inatividade.<sup>5</sup> A taxa de atividade económica a nível nacional é de 58%, com discrepâncias significativas por meio de residência, sexo e concelho. A taxa de atividade é mais elevada no meio urbano (64%) do que no meio rural (45%). Dos indivíduos ativos com 15 ou mais anos de idade, 2.655 são empregados, 2.061 desempregados e 10.537 inativos (INE, 2016).

Na população masculina, a percentagem de ativos é superior (65,0%) à verificada entre as mulheres (51,2%). Por outro lado, a percentagem de inativos

---

<sup>5</sup> A situação perante a atividade económica é a relação que existe entre cada indivíduo e a situação perante a atividade ou inatividade. População ativa – conjunto de indivíduos de ambos os sexos, com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços para o mercado. População inativa é o conjunto de indivíduos de 15 anos ou mais que, na semana de referência, não exerceram nenhuma atividade, não estavam disponíveis para exercer uma atividade e/ou não fizeram nenhuma diligência para procurar um emprego (INE, 2015).

superior entre as mulheres, representando 48,8%. Portanto, a pobreza continua a afetar mais as mulheres, sobretudo das zonas rurais.

A taxa de ocupação é superior no meio urbano (53,4%), comparado com o meio rural (39,7%) e maior nos homens (54,4%) comparado com a taxa das mulheres (43,5%), em 2015, exceto na cidade da Praia, em que as mulheres apresentaram uma taxa de ocupação superior, 54,0% (INE, 2016).

O INE (2009) apresentou a Classificação Nacional das Profissões de Cabo Verde, designado CNP CV. As profissões foram agrupadas da seguinte forma:

**1 - Profissões especificamente militares:** inclui as profissões especificamente militares.

**2 - Representantes dos poderes legislativos e executivo, diretores e gestores executivos:** engloba as profissões que estabelecem as regras e normas de funcionamento para o país e o município. Compreende profissões cujas atividades principais consistem em definir e formular políticas do Governo, leis e regulamentos, fiscalizar a aplicação dos mesmos, representar as diversas esferas de Governo e atuar em seu nome; preparar, orientar e coordenar as políticas e as atividades de uma empresa ou de uma instituição.

**3 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas:** inclui os especialistas das profissões intelectuais e científicas que, desenvolvem conhecimentos e aplicam conceitos e teorias científicas ou artísticas, de forma sistemática através do ensino e das pesquisas.

**4 - Técnicos e profissionais de nível intermédio:** engloba as profissões cujas atividades principais requerem, para o seu desempenho, conhecimentos técnicos e experiência das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas.



**5 - Pessoal administrativo:** constituído por aqueles que registam, planeiam e fazem o tratamento de informações relacionadas com o pessoal, organização, realização de estudos e pesquisas, receção em geral. Realizam trabalhos burocráticos de secretaria, tais como: digitar e reproduzir textos e dados em computadores, bem como o fornecimento de serviços.

**6 - Pessoal dos serviços e vendedores** – composta pelo grupo o pessoal dos serviços e vendedores que, asseguram os serviços pessoais e os de proteção e segurança, nomeadamente, no que respeita a viagens, trabalhos domésticos, restauração, cuidados pessoais ou proteção contra incêndios e atos delituosos.

**7 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta** - integram as profissões cujas atividades principais relacionam-se com a agricultura, a pesca e a floresta.

**8 - Operários artífices e trabalhadores similares** - estão inseridos neste grupo os operários artífices e trabalhadores similares, cujas tarefas principais consistem em extrair, desmontar e transportar minério, montar estruturas metálicas, forjar metais, fabricar máquinas e ferramentas, executar trabalhos de impressão e de construção, transformar alimentos, tecidos, madeira e outros produtos.

**9 - Operadores de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem** - compreende os operadores de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem.

**10 - Profissões Elementares** - as profissões inseridas neste grupo são básicas e rotineiras, não exigem nenhuma qualificação específica. Também inclui o pessoal de limpeza, trabalhadores não qualificados da agricultura, pesca, floresta, indústria extrativa e transformadora, transportes, construção, auxiliares de cozinha e vendedores ambulantes.

A tabela 2 apresenta os dados estatísticos sobre a participação dos homens e mulheres nas diversas profissões reconhecidas em Cabo Verde. Pode-se constatar que as mulheres predominam nas profissões elementares, nas

atividades intelectuais e científicas, nos serviços administrativos, bem como nos serviços pessoais, de proteção, de segurança e vendedores.

Verifica-se uma acentuada segregação por sexo, com áreas predominantemente masculinas, tais como: nas profissões militares (99,9%), operadores de instalações, máquinas e montagem (92,5%); trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (81,9%).

Embora existam 55 mulheres do quadro das forças armadas de Cabo Verde, não chegam a 1%, não sendo, por isso, significativo nesse grupo profissional. Dos 55 militares do sexo feminino, 36 são do quadro permanente, sendo 14 oficiais, 14 sargentos, 5 praças e os restantes 33 praças por regime de contrato espalhados pelas unidades, nomeadamente 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> região militar (Forças Armadas, 2016).

Quanto à carga horária total de trabalho, verificou-se que, em 2012 as mulheres trabalhavam mais horas do que os homens, sobretudo quando elas assumiam o trabalho não remunerado em simultâneo com o remunerado.

As mulheres aumentavam a sua participação nas atividades reprodutivas nas fases do ciclo vital entre os 18 e 59 anos de idade, enquanto que, os homens permaneciam, praticamente, constante durante todo o seu ciclo de vida, excetuando quando eram adolescentes (INE, 2016).

A grande maioria dos ativos empregados trabalha por conta de outrem (63,4%), em particular para as empresas privadas que absorvem 35,8% da mão-de-obra em Cabo Verde. Segue-se a Administração Pública com 18,6%. As famílias empregam cerca de 6,2% dos ativos e cerca de 5% trabalham com familiares não remunerados (INE, 2014).

**Tabela 2 - Estrutura dos empregados por grupo de profissões em Cabo Verde, em 2014 (em percentagem)**

Grupos de profissões	Mulheres	Homens	Total
Especificamente Militares	,1	99,9	100,0
Legislativos, executivos, diretores e gestores executivos	39,1	60,9	100,0
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	56,2	43,8	100,0
Técnicos profissionais de nível intermédio	32,4	67,6	100,0
Pessoal administrativo	61,6	38,4	100,0
Serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores	63,2	36,8	100,0
Trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta	23,5	76,5	100,0
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	18,1	81,9	100,0
Operadores de instalações, máquinas e montagem	7,5	92,5	100,0
Profissões elementares	56,6	43,4	100,0

Fonte. Adaptado: INE, 2016.

De salientar que, segundo os dados, a pobreza afeta, especialmente, as mulheres, chefes de família, com uma maior incidência em áreas rurais (53%). De acordo com os dados estatísticos, a maioria das famílias possuem poucos recursos, são monoparentais. As mulheres destacam-se na educação, sustento dos filhos e desempenham funções, na sua maioria, no setor informal ou doméstico (INE, 2012).

O setor de serviços emprega a maioria da força de trabalho, sendo o setor agrícola o de maior relevância (12,0%).

Os principais motores da economia, turismo e remessas, estão muito dependentes do clima financeiro mundial. O setor informal, que empregava

apenas 18,0% da população em 2009, continua a ser a maior fonte de novos empregos (Nações Unidas [UN], 2012).

## **2.4 - A situação dos transportes**

Os transportes automóveis classificam-se em quatro categorias: particulares, públicos, turísticos e escolares (Conselho de Ministros, 2006).

**Os transportes particulares** pertencem a entidades particulares, singulares ou coletivas. Transportam pessoas por exclusiva conta e sem direito a qualquer remuneração direta ou indireta.

**Os transportes públicos** são os realizados em veículos automóveis da propriedade da entidade singular ou coletiva, por conta de uma segunda entidade, cabendo a primeira o direito a receber uma remuneração direta.

**Os transportes turísticos** são os transportes utilizados para transportar turistas, efetuado por prestadores de serviço, por agências de turismo, feitos com exclusão de outras categorias de passageiros.

**Os transportes escolares** consistem na oferta do serviço de transporte aos alunos do nível Pré-escolar, do Ensino Básico e do Ensino Secundário (do primeiro ao terceiro ciclos), sejam do ensino oficial, particular ou cooperativo, que residam em localidades distantes dos estabelecimentos de ensino, ou em zonas de má qualidade das vias de penetração e condições de acesso em termos de orografia, feitos com exclusão de outras categorias de passageiros. Não existem transportes escolares direcionados, exclusivamente, aos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago, pelo que utilizam os transportes públicos e particulares.

A cidade da Praia (Santiago) e a do Mindelo (São Vicente) são as únicas servidas por redes de transportes interurbanos coletivos de passageiros. No Mindelo, os ativos da empresa estatal, Transcor, extinta em 2003, foram adquiridos pelos próprios trabalhadores que a mantiveram em funcionamento,

com sucesso, fazendo parte dos 179 autocarros existentes na ilha. Na cidade da Praia a Transcor deu lugar às empresas privadas Solatlântico e Moura Company, que praticam tarifas reguladas pela Agência de Regulação Económica [ARE].

Encontram-se a circular em algumas zonas urbanas os "táxis", em cerca de 3.737 veículos, de cor bege na Praia, amarela no Mindelo, azul no Sal e branca em Assomada, mediante uma licença de prestação de serviço, atribuída pela Direção Geral dos Transportes Rodoviários, por cada veículo (Câmara de Comércio de Sotavento, 2016). Apesar de equipados com taxímetros, conforme a legislação em vigor, aplicam uma "tabela" informal estipulando valores para percursos padronizados de acordo com a pessoa e o lugar.

Em paralelo com os táxis, encontram-se a circular os veículos ligeiros de cabine fechada com capacidade máxima de 15 lugares (cerca de 2.020 unidades). Os “pick-up” de cabine simples ou duplas, as de caixa aberta e tração 4x4 (1.717 viaturas), asseguram os trajetos nas zonas mais montanhosas e acidentadas, principalmente, no interior das ilhas.

Em Santiago, as infraestruturas rodoviárias têm uma extensão de 411 km, destacando-se a extensão que liga o extremo Norte (Praia) ao Sul (Tarrafal), com um percurso de 70 Km, via Assomada (37 Km) e as zonas do litoral, tais como: Calheta, Pedra Badejo e Santa Cruz.

## **2.5 - Situação do ensino**

### **2.5.1 - Ensino básico e secundário**

A tendência de redução demográfica, entre 2000 e 2013, na faixa coberta pelo nível de ensino básico, na ordem de 2,4% ano, faz com que a previsão seja de estabilização nos próximos anos, o que “poderá significar uma descompressão neste nível de ensino e a possibilidade de afetação de recursos na melhoria da qualidade” (Ministério da Educação e Desporto, 2015).

De 90.640 alunos no ano letivo 2000/2001, passou para 65.954 em 2013/2014, conforme a tabela 3. A eficácia interna tem sido apontada como um dos domínios de atuação do Ministério da Educação e Desporto, no sentido de aumentar a qualidade e equidade das aprendizagens escolares, “calculada pela capacidade que o mesmo tem de manter na escola, o maior número possível de estudantes que acedem a cada um dos seus níveis de ensino e pela qualidade do nível médio das aprendizagens dos estudantes que ela escolariza” (MED, 2015).

**Tabela 3 - Evolução dos alunos no ensino básico de 2000/2001 a 2013/2014**

<b>Nº de alunos matriculados no ensino básico por sexo de 2000/2001 a 2013/2014</b>			
<b>Anos letivos</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>FM</b>
2000/2001	44.405	46.235	90.640
2001/2002	43.956	45.853	89.809
2002/2003	42.744	45.099	87.843
2003/2004	41.385	43.753	85.138
2004/2005	40.296	42.689	82.985
2005/2006	39.426	41.736	81.162
2006/2007	37.955	40.568	78.523
2007/2008	36.646	39.361	76.007
2008/2009	35.228	38.320	73.548
2009/2010	34.105	37.029	71.134
2010/2011	33.125	35.990	69.115
2011/2012	32.393	35.510	67.903
2012/2013	31.900	34.765	66.665
2013/2014	31.559	34.395	65.954

Fonte: MED, 2014.

Para obter a desejada eficácia interna do sistema educativo, o Governo tem apostado, entre outros objetivos, na modificação das práticas pedagógicas e

melhoramento do rendimento escolar no Ensino Básico, com relevância na metodologia de ensino/aprendizagem “por competências” e valorização da língua materna como veículo de construção e apropriação de conhecimentos, resultando numa diminuição das taxas de reprovação e de abandono escolar.

De acordo com a tabela 4, em Cabo Verde, as taxas de escolarização dos alunos em idade escolar continuam altas, tanto bruta como líquida. O ensino básico, no período de 2000 a 2013, teve uma tendência decrescente.

**Tabela 4 - Evolução da taxa de escolarização em Cabo Verde de 2000/2001 a 2013/2014**

Anos letivos	Taxa de escolarização	
	Taxa líquida	Taxa bruta
2000/2001	96,00	116,40
2001/2002	94,66	115,33
2002/2003	95,48	115,28
2003/2004	95,28	114,85
2004/2005	95,87	114,91
2005/2006	95,13	115,78
2006/2007	96,00	115,33
2007/2008	95,84	115,09
2008/2009	95,34	113,26
2009/2010	94,46	111,10
2010/2011	93,75	109,64
2011/2012	94,16	108,49
2012/2013	93,13	106,51
2013/2014	92,89	105,36

---

Fonte: MED, DGPOG, 2014.

O número de alunos diminuiu em mais de 24.000, passando de 90.640 para 65.954 (MED, 2015), decorrente da diminuição da taxa de natalidade no país e consequente diminuição do número médio de filhos por mulher, (Borges, 2016; INE, 2012).

O ensino secundário teve um crescimento na ordem dos 238%, entre 1993 e 2000 (MED, 2012), impulsionado pelo crescimento de efetivos no ensino básico, a democratização do ensino e das profundas reformas verificadas a partir de 1990. Continuou a crescer entre 2000 e 2013, com tendência para estabilização ou ligeiro decréscimo dos alunos, num ritmo médio anual de 25,3% (Borges, 2016, p. 49).

Cabo Verde comprometeu-se a atingir os objetivos traçados pelo Plano de Dakar, cujo tema é: “O Marco de Ação de Dakar - Educação para Todos: Cumprindo Compromissos Colectivos”, nomeadamente:

*Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente das mais vulneráveis e em maior desvantagem; assegurar que todas as crianças em circunstâncias difíceis e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015; eliminar a disparidade de género na educação primária e secundária até 2015; alcançar a igualdade de género na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e ao desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica, de boa qualidade; melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, na aquisição de conhecimentos matemáticos e habilidades essenciais à vida (UNESCO, 2000).*



Em Cabo Verde, no ano letivo 2014/2015 funcionaram 44 escolas secundárias públicas e 16 privadas. Das escolas públicas, 24 funcionaram na ilha de Santiago, com prevalência na cidade da Praia, num total de 11, sendo 9 totalmente públicas.

Das escolas secundárias privadas, 4 situam-se na Cidade da Praia, nomeadamente: Abrolhos, Alternativa, Claridade e Tecto Zero; 2 na cidade de Assomada: Abrolhos de Santa Catarina e Centro de Ensino de Assomada; 1 na cidade de Tarrafal, o Horizonte e 1 em Santa Cruz, o Centro Educativo de Pedra Badejo.

De salientar que, na cidade da Praia existem mais duas escolas secundárias privadas, mas que não seguem o curriculum Cabo-Verdiano: Les Alizés e Escola Portuguesa em Cabo Verde. Existe também uma fundação que ministra o ensino secundário, a Infância Feliz. Ainda, o Complexo Educativo Mira Flores e o Amor de Deus funcionam na Praia e a escola Salesiana em São Vicente, escolas privadas que recebem subsídios públicos, consideradas escolas privadas de gestão “mista”.

A grande evolução do ensino básico deveu-se, também, à política de alfabetização implementada no país, após a independência nacional, altura em que, Cabo Verde contava com uma taxa de 60% de analfabetos. Consequentemente, o analfabetismo passou de 25,2% em 2000, para 20,4% em 2007 (MED, 2014).

A luta pela alfabetização no país fez com que o Governo assinasse em 2000 o compromisso de até 2015 “alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos” (UNESCO, 2000). Pelos dados do recenseamento geral da população de 2010, Cabo Verde conseguiu ultrapassar essa meta. A alfabetização em 2010 atingiu 82% dos jovens, de 15 anos, 68% das mulheres e 88,5% dos homens (INE, 2012).

Ainda, no âmbito da Conferência de Dakar, em 2000, Cabo Verde comprometeu-se a “assegurar que, as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada e às habilidades para a vida” (UNESCO, 2000, p. 7).

**Tabela 5 - Evolução da taxa de rendimento escolar do ensino básico de 2000/2001 a 2013/2014 (em percentagem)**

Anos letivos	Rendimento escolar no ensino básico		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2000/2001	84,30	13,40	2,30
2001/2002	83,85	12,98	3,17
2002/2003	84,98	11,83	3,19
2003/2004	91,52	15,86	2,62
2004/2005	83,56	13,94	2,50
2005/2006	84,67	12,52	2,81
2006/2007	86,45	11,39	2,16
2007/2008	87,42	10,56	2,02
2008/2009	87,92	10,05	2,03
2009/2010	98,82	10,49	1,69
2010/2011	87,99	10,32	1,69
2011/2012	88,57	9,79	1,64
2012/2013	89,17	9,26	1,57
2013/2014	90,26	8,59	1,15

Fonte: MED, 2014.

### 2.5.2 - O ensino superior

O país herdado da colónia portuguesa era caracterizado por um número elevado de analfabetos, um reduzido número de formados a nível superior, no exterior, e não possuía nenhuma instituição de ensino superior, até à criação do Centro de Formação de Professores do Ensino Secundário, em 1979, quatro anos após a independência, razão pela qual, muitos autores consideram o ensino superior em Cabo Verde uma obra da independência nacional.

A partir dessa altura, os sucessivos Governos foram criando as bases para a construção e multiplicação de escolas básicas e secundárias, em todo o país (Varela, 2014).

Em 1977 foi realizado o “Encontro Nacional de Quadros da Educação”. Neste encontro surgiram várias ideias que foram levadas a cabo pelo Estado.

Em 1990 foi aprovada a Lei nº 103/III/90, de 29 de dezembro, que definiu as Bases do Sistema Educativo como o conjunto das instituições de educação, que funcionam sob a supervisão ou dependência do Estado (LBSE, 1990, art.º 2º).

O sistema educativo passou a compreender os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar, da educação extraescolar, complementados com atividades de animação cultural e desporto escolar, numa perspetiva de integração. O ensino superior foi enquadrado na educação escolar, que nesta altura, compreendia o ensino universitário e o ensino politécnico. Assim sendo:

*O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica. O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação*

*cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais (LBSE, 1990, art.º 31º).*

A Constituição da República (CR), aprovada em 1980 e revista em 27 de Junho de 1982, consolidou a nova visão da educação em Cabo Verde, transformou o ensino herdado da época colonial, altamente seletivo, discriminatório, inadequado às necessidades do país e aos interesses das populações (Pereira, 1985, p. 33), para um sistema em que todo o cidadão tem o direito e o dever à educação, visando a sua formação integral, mantendo-o ligado ao trabalho produtivo, proporcionando aquisição de qualificações, conhecimentos e valores, que lhe permitam inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso (art.º 15º), com a promoção gradual e igual possibilidade de acesso a todos os cidadãos aos diversos graus de ensino (art.º 40), sendo no básico, gratuito e obrigatório.

A aprovação do Decreto nº 70/79, de 28 de julho, criou o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário [CFPES], que funcionou até 1995, com a missão de formar docentes nos ramos de Matemática, Desenho, Física e Química, Ciências Naturais (Biologia e Geologia), História, Geografia e Língua Portuguesa.

Mais tarde, no ano letivo 1982/1983, abriram-se os cursos de Estudos Ingleses, Estudos Franceses e Estudos Cabo-verdianos e Portugueses. A primeira licenciatura, em ensino, foi ministrada no ano letivo 1989/1990. A abertura dos referidos cursos dependia do despacho do Ministério da Educação e Cultura, bem como o número de candidatos a serem admitidos. A conclusão do plano curricular ministrado era inicialmente em quatro semestres, depois em seis, com a defesa pública de um trabalho científico, em que o estudante obteria o grau de bacharel (Decreto nº 70/79).

No âmbito da política de investigação, tida como um imperativo para o desenvolvimento acelerado e equilibrado do país, foi criado o Instituto Nacional de Investigação Tecnológica [INIT], pelo Decreto nº 21/80, de 27 de março, um organismo nacional de investigação aplicada, cujos objetivos principais foram: estudar, criar, conceber e adaptar novos recursos e novas tecnologias à realidade do país.

Em 1988, com o Decreto nº 18/88, de 9 de março, foi criado o Instituto Pedagógico com a missão de formar professores para o ensino básico, mas não conferindo nível superior. O CFPES evoluía-se para o Instituto Superior de Educação [ISE], em 1995, com o objetivo principal de formar professores do ensino secundário, conferindo grau de bacharel e, mais tarde, de licenciatura. Ainda, outras instituições surgiram na década de noventa: o IP em 1988, o ISECMAR em 1996 e o INAG em 1998.

O Decreto-Regulamentar nº 12/94, de 29 de dezembro, aprovou o Estatuto Orgânico do Instituto Pedagógico, enquanto estabelecimento de formação, vocacionado para a educação, a investigação pedagógica e a prestação de serviços à comunidade. Foi reconfigurado pelo Decreto-Lei nº 17/2012, passando a ter uma nova designação - Instituto Universitário de Educação [IUE] -, com alargamento da missão pedagógica de formar agentes educativos para todo o sistema educativo, com grau de licenciatura.

Em 1990, através do Decreto nº 161/90, de 22 de dezembro, deu-se início ao Curso Propedêutico, que visava preparar o ingresso dos estudantes no ensino superior, dando-lhes uma preparação específica adequada relativamente aos cursos que pretendiam seguir. Com este curso, pretendia-se, ainda, preparar a instalação do 12º ano de escolaridade, como ano terminal dos estudos secundários, que para Brito (2003), serviria para dar uma melhor preparação aos candidatos às bolsas de estudo e, ao mesmo tempo, servir como um instrumento de contenção e filtragem dos estudantes.

Organicamente, o curso estava sob dependência da Direcção-Geral do Ensino, com uma estrutura curricular constituída por duas áreas de estudos: estudos científico-naturais e humanísticos. Teve uma vida curta, pois, o Decreto-Lei nº 27/95 veio extingui-lo. Foi assim que surgiu o Curso do Ano Zero, sob supervisão da Comissão Instaladora do Ensino Superior, extinto com o Decreto-Lei nº 15/2002, de 29 de julho, substituído pelo atual 12º ano do ensino secundário.

O Governo de Cabo Verde, na sua VIII legislatura, elegeu a formação técnico-profissional, na perspectiva de combater o desemprego, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população.

As bases normativas foram criadas com a aprovação da Carta de Política Integrada da Educação, Formação e Emprego, pelo Governo de Cabo Verde, na qual foi traçado, de entre outros, os seguintes objetivos: contribuir para o avanço e desenvolvimento do ensino técnico-profissional e inserção profissional dos diplomados dos vários subsistemas (Decreto-Lei nº 57/93).

Nessa altura, existia um vazio legislativo em relação ao ensino superior privado, o que levou o Governo a tomar as medidas necessárias à criação de normativos que regulam o ensino privado e particular.

A Lei 97/V/99 tinha estabelecido as normas pelo que geriam os contratos de gestão privada de estabelecimentos públicos de ensino superior. Mais tarde, o Decreto-Lei nº 17/2007, de 7 de maio, estabeleceu o Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, revogando o Decreto-Lei 65/2005, de 24 de outubro, que definia, transitoriamente, o regime de autorização do funcionamento de cursos superiores, ministrados nos estabelecimentos de ensino superior particular e o pedido de reconhecimento de graus.

Os cursos superiores particulares surgiram com o “propósito de não se defraudar as expectativas de largas dezenas de jovens, que viram no ensino superior particular nacional, a concretização de um sonho acalentado há muito” (Decreto-Lei nº 65/2005, Preâmbulo).

Em 2010, com a nova LBSE, deu-se ênfase à investigação, à busca e promoção de novos padrões de qualidade, designadamente quanto aos objetivos e à redefinição do regime dos estabelecimentos de ensino. Alterou-se o regime de acesso, houve alargamento de graus académicos a mestrados, doutoramentos e diplomas correspondentes, incluindo a fase pós-doutoramento e eliminação do grau académico de bacharelato. Foi criado os mecanismos de acreditação e avaliação dos cursos e adotados novos princípios de financiamento do ensino superior público e privado.

Foi permitida às universidades a possibilidade de serem constituídas por escolas, institutos diferenciados e ou por departamentos, centros ou outras unidades funcionais, podendo, ainda, integrar escolas superiores do ensino politécnico. Os institutos politécnicos passaram a ser constituídos por escolas e departamentos ou outras unidades funcionais.

Segundo a nova LBSE (2010), o ensino superior passou a ter competência para organizar cursos que conferem diplomas de Estudos Superiores Profissionalizantes, sob o signo da universalidade de acesso, assente na observância dos parâmetros da qualidade, da equidade e da sustentabilidade financeira deste subsistema.

A partir de 2015, algumas instituições de ensino superior começaram a ministrar cursos profissionalizantes de nível superior, destacando-se a Uni-Piaget e a Uni-CV, na ilha de Santiago.

Em 2012, com o Decreto-Lei nº 20/2012, de 19 de julho, foi criado o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior [RJIES], que regula, designadamente, a sua constituição, organização, atribuições, funcionamento e os poderes de tutela ou superintendência a que ficam sujeitas as IES, sem prejuízo da sua autonomia.

Foram traçados os seguintes objetivos para as Instituições de Ensino Superior:

*a) Qualificação de alto nível dos cabo-verdianos, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos estudantes, num quadro de referência internacional; b) Apoiar e enquadrar a atividade dos seus investigadores, docentes e funcionários; c) Estimular a formação intelectual e profissional dos seus estudantes; d) Assegurar as condições para que todos os cidadãos, devidamente habilitados, possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida; e) Promover e dinamizar atividades de ligação à sociedade, designadamente a difusão e transferência de conhecimento, assim como a valorização económica e social do conhecimento científico; f) Contribuir para a compreensão pública e a difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica no seio da sociedade, disponibilizando os recursos necessários para o efeito (RJIES, 2012, artigo 2º).*

O ensino superior teve uma evolução lenta até finais do século XX (Varela, 2014), devido a várias causas, tais como a não priorização de alocação de recursos para o ensino superior, nos países em desenvolvimento, pelas principais instâncias internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o FMI e o elevado número de bolsas de estudo oferecidas ao Estado de Cabo Verde, para frequência de cursos superiores, em diversos países, e falta de visão por parte do Governo (Tolentino, 2006).

O ensino superior, embora tenha merecido uma certa atenção por parte dos sucessivos Governos, as decisões tomadas foram de certa forma casuísticas, mediante a aprovação de diplomas governamentais, nem sempre da mesma natureza, tendo levado a uma grande dispersão normativa, com regras e opções não convergentes, o que fez com que, o ensino superior padecesse de falta de um quadro regulador geral e coerente, até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 20/2012, de 19 de julho, e do Decreto-Lei nº 22/2012, de 7 de agosto, que



aprovam o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e o Regime Jurídico de Graus e Diplomas no Ensino Superior (Varela, 2014).

Com a introdução das novas tecnologias de informação e a criação dos cursos à distância, pode-se dizer que, hoje, o ensino superior está ao alcance dos que pretendem obter formação nas áreas ministradas pelo Instituto Universitário de Educação, em todo o território nacional, online, b-learning ou semi-presencial, desde que tenham acesso a um computador e a uma rede de internet, acessos hoje assegurados em todas as ilhas, pelas empresas Cabo Verde Telecom e Unitel T+.

Segundo Varela (2006), apesar dos avanços alcançados, a LBSE continua a pecar, nalguns aspetos, por uma deficiente formulação conceptual, nomeadamente, quando procura traduzir concepções sobre o currículo nacional, como o conjunto das aprendizagens a desenvolver pelos alunos que frequentam o sistema e os subsistemas educativos, concretizado através da definição de planos de estudo, elaborados com base em matérias curriculares.

Acrescenta ainda que, a LBSE apresenta uma visão redutora e prescritiva do currículo, ao submeter os currículos do ensino superior à mesma lógica centralizadora que tem sido a tradicional, nos demais níveis de ensino, o que não só, se afasta das tendências internacionais como contraria, nomeadamente, a opção do legislador cabo-verdiano, de conferir à Universidade de Cabo Verde plena autonomia na tomada das decisões curriculares respeitantes aos seus cursos, assim como, de reconhecer essa autonomia às instituições privadas de ensino superior, ainda que, condicionada pelo poder atribuído ao ministério de tutela, de decidir sobre a entrada em funcionamento dos cursos, mediante a apreciação, de entre outros, dos parâmetros curriculares, legalmente exigidos para o efeito.

Varela (2014) continua a sua crítica, afirmando que, existe um sobredimensionamento da oferta de ensino superior em Cabo Verde. Atualmente,

o número de licenciados é tanto que se encontram quadros, que já terminaram a fase de licenciatura, em desemprego ou a exercerem funções fora da sua área de formação. Existem cursos que anteriormente foram muito procurados, mas que em 2015 não abriram por excesso de diplomados, sobretudo na Uni-CV.

Como se pode observar na tabela 6, houve um aumento significativo dos estudantes no ensino superior do ano letivo 2006/2007 a 2013/2014 (de 4.676 em 2006/2007 para 13.397 estudantes em 2013/2014).

**Tabela 6 - Alunos inscritos no ensino superior de 2006/2007 a 2013/2014**

Tipo	IES	Anos letivos							
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pública	INIDA	44	44						
	ISECMAR	635	640						
	ISE	1.706	2.143						
	Uni-CV			3.245	4.050	4.549	4.438	4.469	4.629
	IUE							665	1.119
<b>Total IES Públicas</b>		<b>2.385</b>	<b>2.827</b>	<b>3.245</b>	<b>4.050</b>	<b>4.549</b>	<b>4.438</b>	<b>5.134</b>	<b>5.748</b>
Privada	Piaget	1.494	1.671	2.129	1.880	1.870	1.927	2.202	2.250
	ISCEE		795	1.034	1.675	1.907	1.888	1.924	1.842
	UNICA			107	162	267	299	293	358
	ISCJS	227	380	537	897	979	1.069	1.047	935
	US			335	545	825	849	783	788
	IESIG	570	721	749					
	Uni-Mindelo					797	747	978	864
	ULCV		161	266	332	547	544	662	553
	M-EIA			19	23	28	39	45	59
<b>Total IES privadas</b>		<b>2.291</b>	<b>3.728</b>	<b>5.176</b>	<b>5.514</b>	<b>7.220</b>	<b>7.362</b>	<b>7.934</b>	<b>7.649</b>
<b>Total</b>		<b>4.676</b>	<b>6.555</b>	<b>8.421</b>	<b>9.564</b>	<b>11.769</b>	<b>11.800</b>	<b>13.068</b>	<b>13.397</b>

Tolentino (2006) defendeu que, a universidade devia ser concebida como motor da transformação social, no cruzamento da afirmação identitária, que aproxima os cabo-verdianos residentes e os cabo-verdianos migrantes, com o acesso à economia de conhecimento; a sede de criação, transmissão e transformação dos saberes, ideias, valores e culturas. Acrescenta que, Cabo Verde conseguiu vencer os desafios do ensino superior, passando de uma situação de carência de quadros, nas primeiras décadas depois da independência, para um excesso de números de licenciados no país.

### **Nota síntese do capítulo II**

Cabo Verde é um país formado por 10 ilhas, sendo 9 habitadas e 1 desabitada. Algumas montanhosas e outras planas, rodeadas por alguns ilhéus, destacando-se os ilhéus Raso, Branco, Secos e Rombo.

Fica situada na costa ocidental africana, com 4033 Km<sup>2</sup>. Possui um clima tropical quente e seco, durante todo o ano, sendo três meses com alguma precipitação, agosto, setembro e outubro.

A sua população é muito jovem, com maior concentração nas zonas urbanas, onde, também, se encontram maior número tanto de empregados como de desempregados.

Os meios de transportes terrestres utilizados em Cabo Verde são os autocarros, Hiaces, táxis e carrinhas de caixa aberta, sendo os autocarros e táxis os transportes públicos mais utilizados na capital do país e no Mindelo. Nas zonas rurais, principalmente em Santiago, as Toyotas Hiace e as chamadas carinhas de caixa aberta pertencem a pessoas e empresas privadas.

Quanto ao ensino, são ministrados os seguintes níveis: pré-escolar, básico, secundário e superior. Com a independência de Cabo Verde, verificou-se um aumento da população escolar, sobretudo, a partir da década de 90, com a

mudança do regime político. Este ritmo abrandou-se em 2006, sobretudo no ensino básico e secundário.

Em 2012 Cabo Verde contava com 82% da população alfabetizada. O nível médio de instrução foi de 8,2 anos, equivalente ao primeiro ciclo, do nível secundário, a nível nacional, com destaque para os concelhos da Praia, de São Vicente, São Miguel e São Lourenço dos Órgãos, os únicos que apresentaram um número médio de anos de estudo igual ou superior ao verificado a nível nacional (INE, 2016).

O ensino superior no país começou a dar os seus primeiros passos com a criação do CFPES em 1979, com cursos de grau de bacharelato. A partir da década de noventa começaram a surgir outras, sedeadas na cidade da Praia e no Mindelo (ISECMAR, INAG e ISE). A partir de 2000 surgiram as restantes instituições, estando a vigorar 10 IES, sendo 8 privadas e 2 públicas, em 2015.

O número de estudantes tem aumentado a um ritmo acelerado, no ensino superior, mas a tendência é para uma redução do crescimento, com base nos dados dos últimos três anos, devido à tendência de redução da taxa de natalidade, redução da média de filhos por mulher e elevação do nível intelectual da população, principalmente das mulheres.

## **Capítulo III - As instituições de ensino superior em Cabo Verde**

### **3.1 - Instituições de ensino superior públicas**

#### **3.1.1 - Universidade de Cabo Verde**

O embrião do ensino superior, em Cabo Verde, surgiu desde 1979 com a criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário [CFPES], a nível de bacharelato, e mais tarde o Instituto Superior de Educação [ISE], em 1995. O ISE possuía um estatuto próprio com autonomia pedagógica, científica, embora condicionada à autorização do Governo, através do Ministro de Tutela, para a criação, integração, modificação ou extinção dos cursos, aprovação do número máximo de matrículas anuais, homologação das propinas e dos currículos.

Em 2006, o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar [ISECMAR], o Instituto de Administração e Gestão [INAG], o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário [INIDA] e o ISE foram extintos e integrados à Universidade de Cabo Verde, designada por Uni-CV, um estabelecimento público de ensino superior, com sede na cidade da Praia.

A Uni-CV é uma pessoa coletiva de direito público e goza de autonomia cultural, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. Possui poder regulamentar para desenvolver disposições do seu estatuto e aprovar os respetivos regulamentos internos. Reconhece-se como um “centro de criação, difusão e promoção da cultura, ciência e tecnologia, articulando estudo e investigação, de modo a potenciar o desenvolvimento humano, como fator estratégico do desenvolvimento sustentável do país” (Estatuto da Uni-CV, artigos 2º e 3º).

Entre os valores que defende, salienta-se a liberdade, a excelência, a qualidade, a relevância, a equidade, a autonomia, o empreendedorismo, a sustentabilidade e a internacionalidade. A superintendência do cumprimento dos normativos legais, a nível de gestão e administração, é exercida pelo membro do Governo responsável pelo ensino superior, cujas competências estão explicitadas no artigo 9º do seu estatuto.

Para ter acesso ao estabelecimento de ensino público Uni-CV, o indivíduo deve preencher os requisitos fixados na lei, além de demonstrar, se caso for, a capacidade para frequentar através de provas de conhecimento ou de aptidão por si elaboradas (Ibidem, artigo 13º).

O ensino ministrado na Uni-CV está dividido em quatro áreas científicas, designadamente: Ciências da Natureza, da Vida e do Ambiente; Ciências Humanas, Sociais e Artes; Ciências Exatas, Tecnologias e Engenharias; Ciências Económicas, Jurídicas e Políticas (Ibidem, artigo 14º).

O Estado garante à Uni-CV as verbas necessárias ao seu funcionamento, que vêm definidas no Orçamento Geral do Estado. Pode, ainda, receber financiamento dos projetos que apresentar às entidades competentes, no âmbito dos fins e atividades de investigação, definidos pela universidade. Além do financiamento do Estado, arrecada receitas próprias provenientes, principalmente, do pagamento de propinas, no valor de 9.000\$00 (nove mil escudos) mensais, por aluno, nos cursos de licenciatura. As demais fontes de arrecadação de receitas constam no seu estatuto (ibidem, artigo 44º).

Os cursos são ministrados na Praia e no Mindelo, nas cinco unidades orgânicas, sendo a sede localizada na Praia, nomeadamente: Faculdade de Ciências e Tecnologia; Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes; Faculdade de Engenharia e Ciências do Mar; Escola de Ciências Agrárias e Ambientais e a Escola de Negócios e Governação.

### **3.1.2 - Instituto Universitário da Educação**

O Instituto Universitário de Educação [IUE] emergiu em 2012, fruto da transformação do Instituto Pedagógico, designado por IP, criado em 1988, pelo Decreto nº 18/88, de 9 de março. O IUE é um organismo com função de formar professores para o ensino básico. Com as mudanças verificadas, evolução do sistema de ensino, a massificação do ensino básico e secundário, houve necessidade de alargar o nível de ensino que o IP oferecia para o nível médio em 1994, através do Decreto-Regulamentar nº 12/94, de 29 de dezembro, que o define como sendo um estabelecimento de formação de nível médio. A partir de 2010, com a nova LBSE, sentiu-se a necessidade de aumentar, ainda mais, o nível de ensino oferecido pelo IP, pelo que, o Governo transformou-lhe em Instituto Universitário de Educação, passando a oferecer cursos de nível superior, para os professores do ensino pré-escolar e básico.

O IUE é “uma pessoa coletiva de direito público de base institucional, dotada de autonomia estatutária, cultural, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar nos termos da lei” (Decreto-Lei nº 17/2012, p. 691).

A sua vocação está direcionada para a educação, a investigação pedagógica e a prestação de serviços à comunidade. Oferece cursos de formação inicial, em exercício, contínua e de reconversão de agentes educativos necessários ao sistema educativo, com os graus de licenciatura, bem como outros certificados, diplomas e títulos que a lei lhe confere (ibidem).

Oferece os cursos de licenciatura em Educação Básica, com as seguintes variantes: Língua Portuguesa e Estudos Cabo-verdianos; Matemática; Educação de Infância; História e Geografia; Ciências da Terra e da Vida; Físico-química; Educação Artística: Educação Visual e Plástica e Educação Musical e Dramática; Educação Física; Educação para a Cidadania e Educação Inclusiva.

A nível de complemento de licenciatura oferece os seguintes cursos: Língua Portuguesa e Estudos Cabo-Verdianos; História e Geografia; Matemática; Ciências Naturais e Educação Artística. Pode ministrar cursos a nível de Pós-Graduação nas seguintes áreas: Formação para docência e Educação Inclusiva.

A IUE está a pôr em prática as recomendações do Banco Mundial (2012), em que uma das mensagens principais do estudo foi: “investir significativamente em Infraestruturas de Tecnologias de Informação e Comunicação [TIC], que ligam as populações das ilhas, os estudantes universitários, os centros de pesquisa pública, as agências de serviço público, numa rede nacional de partilha de conhecimentos, B-learning e inovação”. Abriu o curso de complemento de licenciatura na modalidade B-learning, com especialização em ensino básico (2º e 3º ciclo), nas variantes: Língua Portuguesa e Estudos Cabo-Verdianos; Matemática; História e Geografia; Educação Artística e Ciências Naturais.

Possui três pólos: a Escola de Formação de Professores da Praia, de Assomada e do Mindelo. A sua sede situa-se na cidade da Praia.

### **3.2 - As instituições de ensino superior privadas**

#### **3.2.1 - Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais**

Em 1991, na cidade do Mindelo e, posteriormente, na cidade da Praia, foram criados os cursos superiores de Contabilidade, Gestão e Marketing, por um grupo de pessoas provenientes da sociedade civil cabo-verdiana, em parceria com as instituições politécnicas portuguesas e com o Ministério da Educação, que considerou na altura, esses cursos prioritários, concedendo, assim, autorização para entrarem em funcionamento, numa modalidade de gestão privada, em 1998, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 46/98, de 28 de setembro.



O estatuto do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais [ISCEE] foi aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 52/98, de 26 de outubro. No ano letivo 1998/1999 foi entregue a “uma gestão privada, desprovida de personalidade jurídica, que esteve ligada aos cursos” ministrados desde 1991. A Lei nº 97/V/99, de 22 de março, permitiu que o ISCEE passasse a ter uma gestão privada, mediante contrato de gestão, ganhando assim, as bases legais de funcionamento como instituição pública de gestão privada (Resolução nº 29/2008, Preâmbulo, nº 2).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2005, de 22 de agosto, submeteu o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais a regras de gestão empresarial, passando a sua gestão, a título excecional, e por ajuste direto, à Organização Nacional da Diáspora Solidária, ONDS, Cabo Verde, fundação de direito privada, com sede em S. Vicente.

O Governo, em 2008, devido à intenção de criar a Escola de Negócios e Governação, entendeu que não justificava a existência do ISCEE, nos mesmos moldes de gestão, procedendo-se, deste modo, à sua extinção, com a Resolução nº 29/2008, de 11 de agosto.

O Decreto-Regulamentar nº 20/2009, de 16 de novembro, reconheceu, oficialmente, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, com natureza de instituto universitário.

O ISCEE traçou, de entre outros, os seguintes objetivos:

*Promover a formação integral dos estudantes, nos diversos ramos do saber científico e técnico, tornando-os aptos para a vida activa, com permanente preocupação pela dimensão cultural, artística e profissional, numa perspectiva humanista, nomeadamente no respeito pelos direitos humanos, com abertura para colaborar na sua formação ao longo da vida; Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico, assim como do espírito científico, agindo e interagindo na realização de*

*iniciativas com interesse social; Incentivar a curiosidade, a pesquisa e a investigação científica, contribuindo para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das humanidades, das artes, assim como da criação e difusão de cultura; Promover a formação e o desenvolvimento social, pessoal e profissional dos membros da Instituição (Decreto-Regulamentar nº 20/2009, artigo 4º).*

Como instituição universitária, iniciou as suas atividades no ano letivo 2008/2009, com os seguintes cursos devidamente autorizados: “a) Licenciatura Bi-etápica em Contabilidade e Administração; b) Licenciatura em Gestão; c) Licenciatura em Turismo; e d) Mestrado em Gestão de Empresas” (idem, artigo 9º). Até 2014, ofereceu os seguintes cursos: Informática de Gestão; Comércio e Negócios Internacionais; Marketing, Gestão Comercial e Empreendedorismo; Gestão e Planeamento em Turismo; Gestão e Contabilidade, ramos Finanças Empresariais e Auditoria. A nível de mestrado, oferece cursos em parceria com a ISCTE, sob responsabilidade da ISCEE Cabo Verde Business Scholl, um departamento responsável pelas pós-graduações: mestrados e doutoramentos. Está, também, autorizado a ministrar cursos de mestrado em Fiscalidade, Gestão de Empresas; Análise Financeira; Auditoria e Gestão das Instituições Financeiras.

O valor da propina cobrado aos estudantes oscila entre 12.000\$00 (110€) e 16.000\$00 (145€) mensais, nos cursos de licenciatura. A propina dos cursos de mestrado, ministrados em parceria com as instituições de ensino superior portuguesas, atinge os 450.000\$00 (4.091 €) para a parte curricular do 1º ano e 150.000\$00 (1.364€) para a orientação do trabalho final do 2º ano.

### **3.2.2 - Universidade Jean Piaget de Cabo Verde**

O Instituto Piaget - Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico C.R.L, foi autorizado a exercer a sua atividade, em Cabo Verde, em

2001, com “fins culturais, científicos e tecnológicos, por meio, nomeadamente, do ensino e da investigação” (Decreto-Lei nº 11/2001, artigo 2º).

No âmbito da criação do Instituto Piaget e do protocolo assinado com o Governo de Cabo Verde, foi criado, pelo Instituto Piaget, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (Decreto-Lei nº 12/2001).

No ato de matrícula os estudantes pagam 15.000\$00 (136€), mas a renovação não tem custos associados. Pagam a propina de acordo com o calendário escolar dos cursos de graduação da Universidade, em 12 prestações mensais, em média 191.544\$00 anual (1.741€), sendo 15.962\$00 (145€) mensal nos planos curriculares de 300 horas por semestre. Nos planos curriculares de 450 horas, pagam, em média, 229.860\$00 anual (2.090€), sendo 19.155\$00 (174€) mensal.

Quando estiverem matriculados mais do que um elemento da mesma família, principalmente irmãos, a universidade oferece descontos nas seguintes condições: “duas matrículas, redução de 10% na propina anual, correspondente à matrícula mais antiga. Mais de duas matrículas, redução de 15% na propina anual, correspondente à matrícula mais antiga” (Estatuto da Uni-Piaget, p. 7).

Os docentes e funcionários, também, beneficiam de reduções de propina, sendo para o funcionário até 50% na propina anual; para filhos, irmãos e cônjuges até 50% na propina anual, mediante a apresentação de comprovativos legais. Havendo mais de duas matrículas, a redução aplica-se à mais antiga.

Podem ser beneficiados os estagiários, que estejam matriculados, com uma redução até 100% do valor anual da propina, desde que cumpram uma carga horária de 40 horas por semana.

Os trabalhadores de outras instituições, de acordo com os protocolos, podem ser beneficiados com uma redução de até 25%, sobre a propina anual. Tratando-se de Câmaras Municipais, associações desportivas e juvenis ou de carácter social, a redução poderá alcançar o limite de 50% do valor da propina anual. Com a liquidação antecipada do valor anual da propina, o estudante pode

ser beneficiado com uma redução de 7% e se for liquidação de seis meses consecutivos, confere o direito a uma redução de 3%.

### **3.2.3 - Universidade de Mindelo**

O Instituto de Estudos Superiores “Isidoro da Graça” [IESIG]. Iniciou as suas atividades na cidade de Mindelo, em 2002. Passou a designar-se por Universidade de Mindelo, em 2010. O Estatuto do IESIG foi homologado em 29 de outubro, através do despacho nº 22/GM/09, passando a ser reconhecido, oficialmente, como uma instituição universitária privada, de ensino superior, de utilidade pública, com competência para ministrar os diversos graus de ensino, desde o bacharel até ao grau de doutor, bem como os estudos superiores especializados.

Segundo o artigo 3º (Estatuto do IESIG, 2009), a IESIG tem por missão a formação académica e profissional nas áreas Tecnológicas, Sociais, Humanísticas e Jurídicas, podendo, mediante autorização prévia, organizar e ministrar cursos noutras áreas.

De entre outros objetivos do IESIG, destacam-se:

*A qualificação de alto nível dos cabo-verdianos; b) A produção e difusão do conhecimento; c) A formação cultural, artística, tecnológica e científica, dos seus estudantes, num quadro de referência internacional, bem como a sua formação ética e cívica; d) A valorização da actividade dos seus docentes, investigadores e funcionários; e) A criação de condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida (Estatuto do IESIG, 2009, artigo 3º).*

Em consonância com as outras IES, o IESIG prevê no seu estatuto, o benefício aos estudantes com apoios sociais (artigo 53º).

Para ter acesso à Universidade, o indivíduo deve estar habilitado com 12º ano, Curso Propedêutico/Ano Zero ou possuir habilitações académicas equivalentes. Deve reunir as condições constantes na Lei de Bases do Sistema Educativo. Para ser admitido, o aluno deve submeter-se a um exame, realizado no início do mês de setembro, nas disciplinas nucleares.

Para a inscrição os candidatos devem pagar uma taxa para o 2º, 3º, 4º e 5º anos, no valor de 1.500\$00 (mil e quinhentos escudos). Para a matrícula, no primeiro ano, o candidato paga uma taxa, no valor de 5.500\$00 (cinco mil e quinhentos). A propina mensal é de 15.000\$00, por dez meses, ou 150.000\$00 anual.

### **3.2.4 - Universidade de Santiago**

A Universidade de Santiago [US] foi fundada em novembro de 2008, na ilha de Santiago, cidade de Assomada. A sua sede, denominada “Campus da Bolanha”, situa-se no antigo edifício do hospital de Assomada.

Em 2012, criou-se o Campus da Praia, denominada Escola Superior de Tecnologia e Gestão [ESTG], que funciona nas instalações do Seminário São José, na Prainha. Com o alargamento das suas atividades, criou-se, em 2013, o Campus de Tarrafal, de Santiago, denominado Escola Superior de Turismo Negócios e Administração [ESTNA].

A US teve autorização para atuar nas áreas Científicas, Filosóficas, Sociais e Humanas, entre os quais: Ciências de Educação; Línguas e Literaturas Modernas; Ciências de Computação e Informática e Ciências Económicas e Empresariais (Decreto-Regulamentar nº 19/2009, artigo 8º).

Iniciou as suas atividades no ano letivo 2008/2009, com os seguintes cursos de licenciaturas autorizados: Pedagogia, Sociologia, Filosofia, História,

Economia, Gestão de Empresas; Tecnologias de Informação e Comunicação; Estudos Franceses; Antropologia e em Geografia e Gestão de Território.

No ano letivo 2014/2015 ofereceu os seguintes cursos de Licenciatura, tais como: Contabilidade; Direito; Economia; Enfermagem; Engenharia Informática; Gestão de Empresas; Jornalismo e Comunicação Empresarial; Serviço Social e Políticas Públicas; Tecnologia da Informação e Comunicação, formação profissional em Serviços e Atendimento a Clientes e a Utentes.

A propina praticada era de 16.000\$00 (145€) mensais. Com o programa “inclusão Social”, os alunos aprovados no teste de aferição de competências, beneficiam de um desconto de 20%, pagando, em média, 12.800\$00 (116€), segundo o seu reitor (Fernandes, 2015).

### **3.2.5 - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais**

O Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais [ISCJS] foi autorizado a instalar e funcionar, pelo despacho ministerial nº 5/2006, de 18 de outubro, na cidade da Praia. Foi autorizado a ministrar, provisoriamente, os cursos de licenciatura em Direito e Serviço Social, através do Decreto-Regulamentar nº 15/2009, de 16 de novembro, no qual foi reconhecido, oficialmente, passando a funcionar com base nos seguintes objetivos: “a) A formação humana, cultural, científica e técnica; b) O desenvolvimento da investigação científica; e c) A prestação de serviços à comunidade, numa base de valorização recíproca” (artigo 4º).

### **3.2.6 - Universidade Intercontinental de Cabo Verde**

A Universidade Intercontinental de Cabo Verde foi reconhecida, oficialmente, como estabelecimento de ensino, de natureza universitária, em 2009, com o Decreto-Regulamentar nº 18/2009, de 16 de novembro, autorizada a

funcionar na cidade da Praia, nos termos do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Regulamentar nº 18/2009, artigo 6º).

A UNICA tem como objetivos “o ensino, a investigação científica e a difusão de conhecimentos nas áreas ministradas, devendo também contribuir, através dos meios que lhes são próprios, para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população” (idem, artigo 4º). Iniciou as suas atividades no ano letivo 2008/2009 com os seguintes cursos autorizados: “a) Licenciatura em Análises Clínicas e Saúde Pública; b) Licenciatura em Farmácias; c) Licenciatura em Fisioterapia; d) Licenciatura em Enfermagem; e) Licenciatura em Desporto” (idem, artigo, 9º). Oferece os cursos de licenciatura em: Ciências do Desporto (Treino Desportivo: Atividade Física e Saúde); Animação Desportiva, Recreação e Lazer; Enfermagem; Terapia da fala; Terapia Ocupacional; Ciências Farmacêuticas; Dietética e Nutrição; Higiene Oral e Prótese Dentária. Mestrados em: Ciências do Desporto, especialização em Jogos Desportivos Coletivos e Enfermagem Comunitária.

### **3.2.7 - Universidade Lusófona Baltasar Lopes da Silva de Cabo Verde**

O Decreto-Regulamentar nº 17/2009, de 16 de novembro, reconheceu, oficialmente, a Universidade Lusófona de Cabo Verde “Baltasar Lopes da Silva” [ULCV], com natureza de Universidade. Traçou os seguintes objetivos: “o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspetiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa” (Decreto-Regulamentar nº 17/2009).

Oferece cursos de licenciatura em Contabilidade e Auditoria, Design, Direito, Engenharia Informática, Gestão da Segurança, Gestão de Empresas, Gestão de Empresas Turísticas e Hotelarias, Línguas Aplicadas, Psicologia e Serviço Social. Oferece, também, cursos de CESP, pós-graduações e mestrado integrado (Arquitetura e Urbanismo).

Para ter acesso à ULCV, os candidatos apresentam os documentos exigidos e são colocados por ordem decrescente da média obtida, no Ensino Secundário, até ao preenchimento do número de vagas existentes, para cada curso.

A propina praticada na ULCV varia entre 15.000\$00 (136€) e 18.000\$00 (164€) mensais, consoante o curso que os alunos frequentam.

### **3.2.8 - MINDELO - Escola Internacional de Artes**

O Decreto-Regulamentar nº 16/2009, de 16 de novembro de 2009, reconheceu, oficialmente, “MINDELO - Escola Internacional de Arte”, [M-EIA] como estabelecimento de ensino, com natureza de Instituto Universitário, autorizada a funcionar no Mindelo (ilha de São Vicente), com vista a promover o ensino, a investigação científica e ações de prestação de serviços à comunidade, bem como colaborar com entidades nacionais e estrangeiras em atividades de interesse comum.

Iniciou as suas atividades no ano letivo 2007/2008, com os seguintes cursos autorizados: licenciatura em Artes Visuais e licenciatura em Design (Decreto-Regulamentar nº 16/2009, artigo 8º). Atualmente, oferece os seguintes cursos: Arquitetura (licenciatura e mestrado integrado); Design (licenciatura); Artes Visuais (licenciaturas); Educação Artística (Mestrado); Gestão e Produção Cultural (formação profissional de nível III) e Cinema e Audiovisual (Pós-Graduação).

A propina praticada no M-EIA é de 200.000\$00 por cada ano letivo, podendo ser dividido em 10 prestações, correspondendo mensalmente a 20.000\$00 (182€).

### **Nota síntese do capítulo III**

Em Cabo Verde, as Instituições de Ensino Superior foram surgindo a partir da década de noventa. A partir do ano 2000, o Estado de Cabo Verde deu



os primeiros passos para a criação da Universidade de Cabo Verde, de interesse público, que integrou as outras instituições públicas de ensino, até então existentes: o ISE, a INIDA, o INAG e o ISECMAR. Começou a funcionar como universidade em 2006.

Depois do ISCEE, que surgiu em 1998, criou-se a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, em 2000, que começou a funcionar em 2002, como instituição privada. As restantes instituições, UNICA, ISCJS, US, ULCV, M-EIA, Uni-Mindelo e a IUE, aproveitaram a oportunidade e a grande procura de cursos no país, com a diminuição da atribuição das bolsas de estudo para o exterior, pelo Governo, para implementarem cursos nas mais variadas áreas.

No ano letivo 2014/2015 existiam duas instituições de ensino superior públicas (Uni-CV e IUE) e oito privadas (US, ISCEE, ISCJS, ULCV, UNICA, Uni-Piaget, M-EIA e Uni-Mindelo).

As Instituições de Ensino Superior concentraram-se nas ilhas de Santiago e São Vicente, com maior predomínio em Santiago, concretamente, na cidade da Praia. Em Santiago encontram-se todas as instituições de ensino superior, exceto a M-EIA e a Uni-Mindelo. É de realçar a existência de um pólo do Instituto Universitário de Educação na cidade de Assomada e, também, os campus da Universidade de Santiago em Assomada e em Tarrafal.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 20/2012, de 19 de julho, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior, o Governo concedeu às IES privadas a competência de criarem as suas instalações, responderem pelos seus recursos materiais, humanos e financeiros, bem como criar o seu próprio “plano de sustentabilidade financeira” (Decreto-Lei nº 20/2012, artigo 28º).

A fixação dos montantes das propinas e demais encargos é da responsabilidade das IES privadas. O valor pago pelas propinas nas instituições privadas (entre 12.000\$00 e 20.000\$00) é muito superior ao que é pago pelos estudantes nas instituições públicas (9.000\$00).

A maioria das instituições, no ano letivo 2014/2015, enfrentou problemas de tesouraria devido ao atraso no pagamento das propinas, pelos estudantes e por algumas instituições financiadoras, incluindo as públicas, com maior incidência na Uni-CV, cujo funcionamento é financiado, em cerca de 40%, pelo Estado.

## **Capítulo IV - O financiamento do ensino superior em Cabo Verde**

### **4.1 - Os modelos de financiamento do ensino superior em Cabo Verde**

Desde 1976, o Governo tem vindo a procurar formas de reforçar as condições económicas e financeiras dos cabo-verdianos, com políticas de participação de todos, na reconstrução do país.

Com o objetivo de ajudar os cabo-verdianos a frequentarem os estabelecimentos de ensino superior, os sucessivos Governos têm optado por políticas de financiamento do ensino superior, quer direta, quer indiretamente, com a concessão de vários apoios sociais, bolsas de estudo, subsídios e empréstimos, aos estudantes das IES, públicas e privadas.

Para uma melhor organização e distribuição equitativa dos apoios sociais, foram criadas várias instituições públicas, para gerirem os fundos concedidos. A primeira foi criada em 1976, denominada Comissão Nacional de Bolsas de Estudo, com sede na cidade da Praia. Atribuía bolsas de estudo a candidatos que pretendiam adquirir uma formação, em Cabo Verde, nas escolas de formação de professores ou quaisquer outras de ensino técnico profissional, como forma de colmatar a carência de quadros especializados no país, depois da independência nacional (Decreto nº 82/76). Essas bolsas foram concedidas a título de empréstimo e reembolsáveis, mas os reembolsos não foram efetivados. A mesma comissão passou a atribuir bolsas para o exterior, em 1978 (Despacho nº 5/78).

Com a criação do Fundo Pedagógico, como forma de ajudar financeiramente os alunos, o Governo regulamentou os prazos, quantitativos de propinas, emolumentos ou selos, assim como, a isenção de propinas, que

poderiam abranger a inscrição, a frequência e os exames. Por requerer a isenção, o aluno não pagaria a primeira prestação, no ato de matrícula, mas sim, apenas 100\$00 (0,90€) destinados ao Fundo Pedagógico e das Bolsas de Estudo. O número de isenção atribuído não podia ultrapassar os 20%, do total dos inscritos no estabelecimento de ensino, atribuído ao aluno que tivesse pelo menos a média de 12 valores, no ano anterior (Decreto nº 58/76).

Nessa altura, existiam o ensino primário, de quatro anos, que era gratuito e obrigatório, o Ciclo Preparatório, o ensino liceal, ensino técnico profissional, Escolas do Magistério Primário e Habilitações de Professores de Posto Escolar. Não existia ensino superior em Cabo Verde, embora a situação dos professores do ensino preparatório e secundário, com larga competência profissional, foram equiparados à categoria de técnicos de formação universitária (Decreto nº 70/76).

A partir de 1979, com a criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário [CFPES], foi aprovado pelo Governo, na altura, o Regulamento do Estudante Bolseiro no Exterior (Decreto 83/81) e o Regulamento do Estudante Bolseiro no País (Decreto nº 114/81).

A carência de quadros no país, em 1981, era tanta que levou o Governo a fixar o prazo de oito dias, para que os bolseiros do Estado de Cabo Verde, que tinham completado a sua formação no exterior, no ano de 1981, a se apresentarem, para efeitos de colocação, na Direcção-Geral da Função Pública (Ordem nº 2/81).

Em 1993, o Estado de Cabo Verde concedeu bolsas de estudo aos estudantes (Decreto-Lei nº 57/93), a princípio gratuitas, mas que se converteram automaticamente em bolsas-empréstimos e subsídios reembolsáveis, em 1997 (Decreto-Lei Nº 6/97).

Em 1997, foi criado um sistema de apoio ao ensino e formação pós-secundária que garantia bolsas especiais aos estudantes, designado por Fundo,

cujo objetivo principal era de prestar garantia às instituições de crédito, com vista a facilitar a realização das operações de crédito, para a formação pós-secundária. Com esse Fundo, o Governo responsabilizava-se pela assistência médica ao bolseiro e pelo seu acompanhamento pedagógico, ao longo do período de formação. Oferecia passagem de ida e volta ao estudante e demais encargos financeiros perante a instituição financeira. O estudante tinha um subsídio de instalação, igual ao montante da bolsa mensal. Além das bolsas especiais, foram concedidas bolsas de mérito aos dez melhores classificados no ensino secundário ou pré-universitário (Decreto-Lei nº 58/97).

A Portaria 90/97, de 31 de dezembro, regulou, posteriormente, os moldes em que passariam a ser pagas as bolsas de estudo reembolsáveis, concedidas pelo Governo. Com esta portaria, o Governo, que antes assumia toda a responsabilidade de transferir os montantes aos estudantes, transferiu essa responsabilidade aos bancos comerciais, passando a assumir a posição contratual com os estudantes. Embora os estudantes tivessem de ter fiadores, o Estado assumia, também, a mesma garantia, com vista a reforçar as fianças já existentes.

Em 2010, o Governo, não tendo conseguido criar políticas de reembolso, dos montantes atribuídos aos estudantes, isentou todos os que beneficiaram de bolsas-empréstimos e subsídios-reembolsáveis da obrigação de reembolso. A partir de então, o Governo assumiu que passaria a conceder as bolsas e os subsídios, através do Orçamento do Estado, passando o financiamento público ao ensino superior a ser assegurado pelo Estado (Decreto-Lei nº 49/2010).

Em maio de 2010 (Resolução nº 24/2010), o Governo procedeu à fusão das seguintes entidades públicas: Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar [ICASE]; Fundo de Apoio ao Ensino e Formação [FAEF] e o Fundo Autónomo de Edição de Manuais Escolares [FAEME], com o propósito de reestruturar a organização das instituições ligadas à ação social escolar, visando uma maior eficiência e sustentabilidade, no cumprimento das suas missões e objetivos

específicos, criando, assim, a Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar [FICASE]. Salienta-se o facto de a FICASE ter surgido no âmbito do Programa do Governo, com o propósito de ajudá-lo a atingir o terceiro objetivo estratégico: promover o desenvolvimento e a coesão sociais e facilitar o acesso aos serviços básicos. Na sequência da fusão das outras instituições, a FICASE continuou a conceder bolsas de estudo e subsídios aos estudantes, dos vários níveis de ensino. Os estudantes do ensino superior têm recebido subsídios e bolsas de estudo até então. A tabela 7 apresenta os apoios concedidos pela FICASE, por instituição.

**Tabela 7 - Número de estudantes beneficiados pela FICASE, por instituição, no ano letivo 2014/2015**

IES	Bolseiros		Subsídios		Apoios pontuais		Total
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	
Uni-CV	1076	108.318.000	236	30.389.804	75	6.297.472	1.387
ISCEE	225	30.566.400	83	8.023.010	26	2.868.400	334
Uni-Santiago	232	39.606.000	111	17.065.700	27	2.746.876	370
Uni-Piaget	214	38.407.944	110	17.756.905	21	1.273.198	345
Uni-Mindelo	153	24.835.200	20	2.317.400	2	220.000	175
ISCJS	123	17.420.160	64	9.127.420	22	2.281.982	209
UNICA	72	13.363.200	33	4.878.000	8	1.300.300	113
M-EIA	21	3.427.200		1.945.750			21
Lusófona	77	10.848.000	17	1.945.750	1	120.000	95
IUE	116	12.258.000	87	7.938.803	9	449.000	212
<b>Total Geral</b>	<b>2.309</b>	<b>299.050.104</b>	<b>761</b>	<b>99.442.792</b>	<b>191</b>	<b>17.557.228</b>	<b>3.261</b>

Fonte: FICASE, 2015.

A tabela 7 mostra que, no ano 2014/2015, a FICASE beneficiou 3.261 estudantes, das 10 IES existentes em Cabo Verde, sendo 2.309 com bolsas de estudos, 761 com subsídios e 191 com apoios pontuais. Antes os montantes eram depositados na conta pessoal do estudante, mas recentemente os montantes referentes à propina e às despesas de transporte passaram a ser depositados, diretamente, na conta da instituição de ensino superior

É de salientar que, a Uni-CV foi a instituição mais beneficiada, pela FICASE, com 42% dos beneficiados, seguida da Uni-Santiago, com 11%. Nota-se ainda que, os estudantes da M-EIA são os que menos apoios receberam, não tendo recebido nenhum subsídio, nem apoio pontual.

A tabela 8 indica a quantidade de apoios sociais concedidos pelo Governo através da FICASE, em quantidade e em valor, de 2011/2012 a 2014/2015, demonstrando um aumento do número de estudantes beneficiados (de 491 em 2011/2012 para 1.252 em 2014/2015) no país. De realçar, também, um aumento significativo em relação aos beneficiados, no exterior.

Em relação às bolsas de estudo e subsídios, houve um aumento, à volta de 6%, de 2013/2014 a 2014/2015, o que, segundo Ramos (2015), se justifica pela ausência de Empréstimos com Garantia Mútua, em 2014/2015. Foram atribuídos 399 Empréstimos com Garantia Mútua, no ano letivo 2012/2013 e 141 em 2013/2014.

O total de encargos com garantia mútua é de 219.864.615\$00, o que reflete um aumento significativo, a nível financeiro, correspondente a 543.322.010\$00, em 2014/2015. Nota-se uma diferença de 98.705.266\$00, suportados pelo Estado, em relação ao ano 2012.

Nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014, o Governo criou o sistema de Garantia Mútua, como forma de facilitar o acesso ao crédito aos estudantes, junto das instituições financeiras do país. Segundo o Banco Comercial do Atlântico (2016), o crédito com Garantia Mútua é uma linha de crédito a médio e

longo prazo, decorrente do Protocolo assinado com o MESCI, destinada ao financiamento das despesas relacionadas com a frequência do ensino superior, dirigido a clientes particulares, nomeadamente, aos estudantes inscritos nos Cursos de Licenciatura e Pós-Graduação, com nacionalidade Cabo-Verdiana.

Todas as bolsas de estudo e subsídios concedidos aos estudantes, pelo Estado, através da FICASE, são do tipo não reembolsáveis, oferecidos a título de Fundo Perdido. Muitos estudiosos sugerem que deveriam ser criadas condições de reembolso por forma a garantir a continuidade e sustentabilidade desses apoios.

Segundo Varela (2015), houve falta de vontade política para cumprir as políticas de reembolso das bolsas de estudo, pois, não chegaram a ser acionados os mecanismos ou procedimentos de reembolso das bolsas-empréstimo, financiadas pela banca, com o aval do Estado, tendo o Governo arcado com os encargos de pagamento dos créditos concedidos, por ocasião da privatização do Banco de Comercial do Atlântico.

**Tabela 8 - Número de bolseiros do ensino superior de 2011/2012 a 2014/2015**

Anos Letivos	Novas Bolsas/ Subsídios		Bolsas /Subsídios Acumulados		Total Encargos Anual	Empréstimo Garantia Mútua (SEGM)	Total Encargos SEGM
	Cabo Verde	Exterior	Cabo Verde	Exterior			
2011/12	491	73	2.592	630	444.616.744\$00		
2012/13	498	120	2.040	606	439.574.371\$00	399	166.314.639\$00
2013/14	782	140	2.675	560	456.050.578\$00	141	53.549.976\$00
2014/15	1.252	188	3.261	582	543.322.010\$00		
Total	3.023	521	10.568	2.380		540	219.864.615\$00

Fonte: FICASE, 2015.



Os subsídios, por vezes, são entregues diretamente aos alunos. Em alguns casos, são destinados ao pagamento direto das despesas, principalmente, dos transportes escolares. Para ter acesso aos subsídios, o estudante deve fazer um pedido, mediante um requerimento, e entregar diretamente à FICASE, que, posteriormente, fará a análise do documento. Se o estudante reunir todos os requisitos exigidos, receberá os apoios.

Com o estudo realizado em Cabo Verde, o Banco Mundial (2012), sugeriu ao Governo um conjunto de medidas, entre as quais destacam-se, a nível de ensino superior, as seguintes:

*Reorganizar e racionalizar o programa de bolsas de estudo para uma expansão mais equitativa e estrategicamente orientada do ensino superior. A nível da graduação, a assistência financeira deve basear-se nas necessidades dos estudantes e não nos seus méritos académicos. A nível da pós-graduação, a assistência financeira deve basear-se apenas no mérito, de modo a atrair os estudantes mais talentosos para a docência universitária e para os serviços públicos. As bolsas de estudo para o exterior devem ser concedidas apenas para estudos de mestrado e de doutoramento, ou para programas de graduação em áreas altamente prioritárias, que não existem em Cabo Verde. Centralizar a gestão de todos os programas de bolsas de estudo de modo a realizar poupanças de tempo e de despesas tanto para os estudantes como para o Governo. Implementar um programa de empréstimo aos estudantes através do estabelecimento de um fundo de “garantia mútua” que encoraje o envolvimento de todos os bancos comerciais que operam em Cabo Verde (Banco Mundial, 2012).*

As instituições públicas recebem, através do orçamento do Estado, o financiamento que garante a sua sustentabilidade e prossecução dos seus fins.

As despesas públicas com o ensino superior, em Cabo Verde, assumidas pelo Estado são expressas em percentagem do Produto Interno Bruto [PIB]. Uma percentagem elevada de despesas afetas ao ensino indica, em princípio, uma grande atenção prestada, pelo Governo, ao investimento no ensino (MESCI, 2015).

**Tabela 9 - Despesas públicas com o ensino superior em Cabo Verde, de 2000 a 2010**

<b>Despesa Pública no Ensino Superior</b>				<b>Variação Anual %</b>		
<b>Anos</b>	<b>Funcionamento</b>	<b>Investimento</b>	<b>Total</b>	<b>F</b>	<b>I</b>	<b>Total</b>
2000	401.446.550	905.577.043	<b>1.307.023.592</b>			
2001	417.378.128	1.113.768.803	<b>1.531.146.931</b>	4,0 %	23,0%	<b>17,1%</b>
2002	429.206.361	804.473.599	<b>1.233.679.960</b>	2,8%	-27,8%	<b>-19,4%</b>
2003	491.966.110	86.516.451	<b>578.482.561</b>	14,6%	-89,2%	<b>-53,1%</b>
2004	545.492.171	1.123.172	<b>546.615.343</b>	10,9%	-98,7%	<b>-5,5%</b>
2005	542.816.912	31.867.566	<b>574.684.478</b>	-,5%	2737,3%	<b>5,1%</b>
2006	627.827.455	209.810.763	<b>837.638.217</b>	15,7%	558,4%	<b>45,8%</b>
2007	762.208.285	133.014.932	<b>895.223.217</b>	21,4%	-36,6%	<b>6,9%</b>
2008	783.977.481	119.498.744	<b>903.476.225</b>	2,9%	-10,2%	<b>,9%</b>
2009	753.852.658	253.663.193	<b>1.007.515.851</b>	3,8%	112,3%	<b>11,5%</b>
2010	642.376.560	186.947.025	<b>829.323.585</b>	-14,8%	-26,3%	<b>-17,7%</b>

F - Funcionamento; I – Investimento.

Adaptado: Ministério das Finanças; Banco Mundial (2014)

Segundo os dados do anuário estatístico 2013/2014, o ensino superior absorveu, em 2013, cerca de 2% do Orçamento do Estado e 0,79% do PIB. Houve uma diminuição de 0,4% em relação ao ano 2012. Para as bolsas de estudo, foram destinadas 36,8% da despesa pública do ensino superior, tendo tido uma

variação entre 0,79% e 0,84%, em média de 0,8%, nesse período, o que leva a crer que a tendência do investimento neste setor é decrescente.

A tabela 9 demonstra que, o investimento direcionado ao ensino superior público tem oscilado ao longo dos anos, sendo o maior investimento realizado em 2001 (1.113.768.803\$00) e o menor em 2004 (546.615.345\$00).

As residências estudantis foram criadas com intuito de promover o acesso dos mais carenciados ao ensino, a todos os níveis, inclusive ao ensino superior, sendo a primeira criada em 1996, com a aprovação do Decreto-Lei nº 41/96, bem como a regulamentação jurídica das residências estudantis de natureza pública.

No ano letivo 2014/2015 funcionaram no país seis residências estudantis, que albergaram cerca de 391 estudantes, nomeadamente a de Santa Catarina, conhecida por Internato da Escola Técnica, a da Praia denominada por Residência Madre Teresa de Calcutá, a de São Vicente, designada por Residência “Leonel Madeira”, a de Porto Novo, a de Ribeira Grande de Santo Antão, designada por residência estudantil Grão Ducado do Luxemburgo, a do Concelho de Santa Cruz, Pedra Badejo e a da Escola de Hotelaria e Turismo, na Praia. De realçar que, apenas as residências situadas na ilha de Santiago e S. Vicente recebem alunos do ensino superior, dado que o nível superior não é ministrado noutras ilhas.

De acordo com o folheto informativo da Residência Estudantil de Santa Catarina, esta instituição foi criada com o objetivo de apoiar jovens estudantes provenientes de outros concelhos do interior da ilha de Santiago e de outras ilhas onde não existem estabelecimentos do Ensino Secundário (via geral e via técnica), dando-lhes oportunidade de prosseguirem os seus estudos com menos despesas financeiras, de energia e de tempo, pois a residência fica situada a alguns metros das escolas secundárias e das IES de Assomada. A residência Madre Teresa de Calcutá, também, fica a alguns metros das IES, encurtando a distância entre as escolas e o ensino superior (Marques, 2015).

Para Neves (2014) as residências estudantis são fundamentais na construção de uma sociedade inclusiva onde todos possam ter oportunidades de estudar e de continuar os seus estudos, sobretudo os provenientes de famílias mais carenciadas.

Recentemente divulgaram informações nos meios de comunicação social que, a residência Madre Teresa de Calcutá se encontrava em dificuldades financeiras, já que não dispunha de financiamentos suficientes para suportar todas as despesas e a contribuição dos estudantes é simbólica.

Pode-se dizer que, de 1998 a 2002, o financiamento do ensino superior em Cabo Verde foi caracterizado pelo modelo de financiamento público, pois, na altura apenas o ISCEE funcionava como instituição pública de gestão privada, sendo o valor de propina elevada, comparativamente ao praticado no público.

A partir de 2002, começaram a surgir várias instituições de ensino superior privadas, sobretudo com a publicação do Estatuto do Ensino Privado e Cooperativo, em 2007 (Decreto-Lei nº 32/2007). A partir deste momento, começou uma nova era, a de coexistência do modelo de financiamento privado e de mercado com o público.

#### **4.2 - O papel dos apoios sociais para a acessibilidade do ensino superior em Cabo Verde**

A Lei de Base do Sistema Educativo Cabo-verdiano, criado em 1990, apresentava, pela primeira vez, no país, as normas jurídicas do regime de acesso e ingresso no ensino superior, nos estabelecimentos públicos e privados.

O regime de acesso assenta na avaliação da capacidade do indivíduo para a frequência do curso que pretende ingressar, efetuada através das provas de ingresso, de carácter eliminatório.

Foi criada a Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior [CNAES], com a competência para dirigir todo o “processo relacionado com a avaliação da capacidade para a frequência, bem como com a fixação dos critérios de seleção e seriação dos candidatos à matrícula e inscrição no ensino superior” (Decreto-Lei nº 15/2000). Este órgão indicava os requisitos da avaliação, mas cabia à Direcção-Geral do Ensino Superior, serviço central da administração direta do Estado, assegurar a concepção, execução e coordenação das políticas que, no domínio do ensino superior, cabem ao Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação [MESCI].

O acesso ao sistema educativo está consagrado na LBSE, segundo a qual:

*Todos os indivíduos independentemente da idade, sexo, nível socioeconómico, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica de cada um. O Estado tem o dever de criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentarem o ensino superior, de forma a neutralizar os efeitos discriminatórios decorrentes das assimetrias regionais ou de desvantagens socioeconómicas (Decreto-Legislativo nº 2/2010).*

Compete ao Estado, ainda, a adequação dos cursos às necessidades do mercado nacional, às aspirações individuais, à elevação do nível educativo, cultural e científico do país, para que seja garantida a qualidade do ensino ministrado (Decreto-Legislativo nº 2/2010).

Para a frequência do ensino superior é exigido ao candidato o curso do ensino secundário ou equivalente. Quando a idade for superior a 25 anos, a lei prevê que o candidato seja submetido a uma prova de capacidade, bem como, aos titulares de qualificações pós-secundárias, nas áreas correspondentes às dos cursos superiores, a que se candidatam. Compete aos estabelecimentos de ensino

superior, a organização do processo de avaliação da capacidade dos candidatos, bem como a seleção e seriação dos mesmos ao ingresso nos respetivos cursos.

O acesso ao ensino superior rege-se pelos seguintes princípios:

*a) Democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades; b) Objetividade dos critérios de seleção e seriação dos candidatos; c) Universalidade de regras para cada um dos subsistemas de ensino superior; d) Valorização do percurso educativo do candidato no ensino secundário, nas suas componentes de avaliação contínua e provas nacionais, traduzindo relevância para o acesso ao ensino superior do sistema de certificação nacional do ensino secundário; e) Valorização das competências do candidato, independentemente da forma como tenha sido adquirida (Decreto-Legislativo nº 2/2010, artigo 35º).*

Ao longo dos anos, o número de alunas no ensino superior tem sido superior ao número de alunos, uma das consequências do facto da população cabo-verdiana ser maioritariamente feminina (ver a tabela 10). O aumento do número de estudantes, em geral, é fruto das políticas adotadas, com destaque para a massificação do ensino básico e secundário, bem como a criação de instituições privadas, tanto a nível do ensino superior, como do básico e do secundário.

Este facto repercutiu-se no ensino superior e em muitos setores económicos, como se pode verificar na tabela 10. No ano letivo 2000/2001, encontravam-se inscritos 717 estudantes, passando a 13.397, no ano letivo 2013/2014, sempre com o número de estudantes do sexo feminino superior ao do sexo masculino.

**Tabela 10 - Evolução do número de estudantes no ensino superior de 2000/2001 a 2013/2014**

Ano letivo	Feminino (F)	Masculino (M)	Total (F+M)
2000/2001	373	344	717
2001/2002	924	886	1.810
2002/2003	1.172	1.043	2.215
2003/2004	1.597	1.439	3.036
2004/2005	1.991	1.920	3.911
2005/2006	2.381	2.186	4.567
2006/2007	2.890	2.399	5.289
2007/2008	3.696	2.962	6.658
2008/2009	4.763	3.702	8.465
2009/2010	5.602	4.542	10.144
2010/2011	6.683	5086	11.769
2011/2012	6.759	5.041	11.800
2012/2013	7.655	5.413	13.068
2013/2014	7.883	5.514	13.397

Fonte: Anuários MESCI e MED.

Se em termos normativos, não existem barreiras para o acesso ao ensino superior, o mesmo não se pode dizer em relação às condições sociais, económicas e financeiras das famílias. O nível de pobreza das famílias, sobretudo nas zonas rurais, é muito acentuado, agravado, ainda mais, com o encravamento e dispersão geográfica das ilhas. Para colmatar as dificuldades, as IES, públicas e privadas, têm plasmado, nos seus regulamentos internos e estatutos, os critérios de acesso dos estudantes aos apoios sociais, que disponibilizam anualmente, com destaque para as bolsas de estudo e subsídios, com maior destaque para a ISCJS, a US e a Uni-Piaget.

O ISCJS concede redução do valor da propina aos estudantes com baixos rendimentos, nomeadamente:

*a) Com rendimento familiar per capita inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) salário mínimo nacional, uma redução de 30% sobre o valor da propina; b) Com rendimento familiar per capita superior a 0,5 (zero vírgula cinco) salário mínimo nacional até 1 (um) salário mínimo nacional, uma redução de 25% sobre o valor da propina; c) Com rendimento familiar per capita superior a 1 (um) salário mínimo nacional até 1,5 (uma vírgula cinco) salário mínimo nacional, uma redução de 20% sobre o valor da propina (ISCJS, 2015, artigo 31º).*

Concede ainda benefícios de redução de propina aos estudantes do mesmo agregado familiar, quando possuem: a) duas matrículas, redução de 7,5% na propina anual, correspondente a cada matrícula; b) mais de duas matrículas, redução de 10%, na propina correspondente a cada matrícula (Regulamento de propinas e emolumentos, artigo 32º).

O ISCJS concede ainda outras reduções aos alunos principalmente aos que fazem parte dos protocolos assinados com outras instituições, aos alunos com trabalhos académicos em atraso, ao seu pessoal docente, não docente e seus familiares e aos investigadores. Além das reduções nas propinas, concede “prémios de mérito” (idem, artigo 38º).

A US criou o Programa Inclusão com Mérito que, segundo o portal do estudante da US, é um programa destinado a facilitar o acesso ao ensino superior, mediante atribuição de bolsas de estudo e de redução do valor da propina, aos alunos que tenham sido aprovados no Teste de Aferição de Competências [TAC], isto é, provas escritas, com o objetivo de reconhecer as competências dos candidatos. Os apoios são concedidos tendo em conta os seguintes termos:

*Bolsa integral: para o aluno com melhor resultado no TAC (geral); 50% de desconto: para o aluno com melhor resultado no TAC de cada curso;*



*20% de desconto: para todos alunos aprovados no TAC; 10% de desconto: para todos que tenham feito o TAC (ISCJS, 2015).*

O Fundo de Garantia Mútua, criado pelo Governo em 2012, teve como objetivo facilitar o acesso aos empréstimos estudantis, beneficiar as universidades com meios para investir na excelência, qualidade do ensino e fazer com que as famílias reduzam as responsabilidades perante o banco. O Governo passaria a assumir-se como fiador, junto ao banco, dispensando os pais dessa responsabilidade financeira, na totalidade. Os pais responsabilizar-se-iam apenas pelo pagamento dos juros, durante o desembolso do crédito. Além disso, os fundos cobririam, parcialmente, a bonificação dos juros, tornando-as mais baixas e os bancos correriam menos riscos nos seus investimentos (Neves, 2012).

Na ótica do Governo, esse tipo de apoio social, permite maior inclusão social, mais oportunidades para os alunos, sobretudo para os provenientes de famílias mais carenciadas. Seria mais um incentivo à cultura da excelência e do bom aproveitamento escolar, enfim, mais uma motivação para o sucesso escolar, uma vez que, para ter acesso ao Fundo, o estudante teria de ter média mínima de 14 valores (Neves, 2012).

A política do Governo com o sistema de Garantia Mútua vigorou, apenas, nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014, sem motivos declarados.

O Governo tem financiado a aquisição de materiais informáticos, portáteis, tablets e telemóveis, aos alunos e professores, através do Programa “Mundu Novu”, a um preço baixo e com ótimas condições de pagamento.

A tabela 11 indica o número de beneficiários do programa “Mundu Novu” por IES e equipamentos recebidos. Foi um programa muito aplaudido, no início. Contudo, não teve o impacto, inicialmente almejado, pelos estudantes do ensino superior, facto confirmado pelo reduzido número de estudantes beneficiados (773). De realçar que, foi feito apenas um concurso direccionado às IES, tendo o programa suspenso em 2016.

**Tabela 11 - Beneficiários do programa "Mundo Novu" por instituição de ensino e por tipo de equipamento informático recebido pelos estudantes**

IES	Número de Beneficiários	Tipo de equipamento		
		Smart Phone	Portátil	Tablet
Uni-CV	250	113	54	83
Uni- Piaget	89	30	24	35
ÚNICA	125	117	3	5
ISCJS	231	10	211	10
ISCEE	40	1	17	22
US	31	17	12	12
ULCV	7	4	3	
Total	773	292	324	167

Fonte: ME. Programa “Mundu Novu”, 2016.

## Nota síntese do capítulo IV

Em Cabo Verde encontramos a coexistência de três modelos de financiamento: público, privado e de mercado. Nas instituições públicas (Uni-CV e IUE) as despesas de funcionamento são suportadas pelo Estado, em cerca de 40% e nas instituições privadas, o Estado oferece apoios sociais aos estudantes que passarem nos concursos organizados, a nível nacional, pelo MESCI e pela FICASE.

Os critérios de seleção dos candidatos a bolsas de estudo são assentes, fundamentalmente, no rendimento familiar, no mérito do estudante e no equilíbrio regional.

Os apoios sociais oferecidos aos estudantes, embora sendo a um número bastante reduzido, tendo em conta o total de inscritos no ensino superior, ajuda a aqueles que forem contemplados a custearem uma parte das despesas, o que alivia as famílias, a nível financeiro, promove o aumento do número de diplomados no país e contribui, também, para a melhoria das condições de vida

dos que possuem o nível superior, pois, quanto maior o nível de ensino, maiores são as oportunidades de conseguir um emprego, com melhores salários.

Atualmente, em Cabo Verde, de acordo com a teoria de Cabrito (2002), coexistem três modelos de financiamento do ensino superior: de mercado, público, privado. O modelo de mercado justifica-se pelo elevado grau de concorrência existente entre as instituições, os professores e os alunos. Entre as instituições, a concorrência materializa-se através das políticas de apoios sociais, nomeadamente, nas reduções das propinas, nos diversos escalões, no ato das matrículas. A estratégia de marketing é muito forte entre as IES. A concorrência entre os alunos, também, se justifica sobretudo na altura de seleção dos candidatos a apoios sociais e procura do primeiro emprego. Entre os professores, atualmente, é mais notória, principalmente devido ao excesso de formados no país, em contrapartida com a escassez de vagas de emprego, promoção e progressão, a que são sujeitos.

Verifica-se que, o financiamento dos estudos é suportado, maioritariamente, pelos estudantes e seus familiares. Para a entrada no ensino superior, exige-se o certificado da conclusão do ensino secundário, algumas instituições realizam os testes de acesso, exigidos por lei, e os candidatos devem ter condições para suportarem os custos ou para concorrerem a apoios sociais. Apesar de todas as restrições impostas, as IES acabam por admitir todos os candidatos, de acordo com o número de vagas oferecidas.

Existem no país mais instituições privadas do que públicas. O total de inscritos nas IES privadas é mais elevado do que públicas e a quantidade de apoios sociais públicos é muito reduzido.

Vigorava em Cabo Verde, até 2002, o modelo de financiamento público. Existia apenas as instituições públicas, que vieram a integrar a Uni-CV (em 2006) e o ISCEE, que tinha gestão privada. Não havendo instituições privadas, que ofereciam os mesmos cursos, a concorrência era menor ou quase inexistente.

Nesta altura, o teste de acesso era realizado apenas nas instituições públicas. O acesso dependia do número de vagas existentes, em cada curso.

A partir de 2002, o número de instituições privadas (num total de nove: IESIG, M-EIA, Uni-Mindelo, ULCV, UNICA, Uni-Piaget, ISCEE, ISCJS e US) ultrapassou as públicas (duas: Uni-CV e IUE), bem como o número de estudantes. Constata-se que, o ensino superior passou a ser financiado maioritariamente pelo privado e as famílias continuaram a ter um papel fundamental.

O Governo concedeu, sempre, apoios sociais, contudo, eram contemplados os estudantes com melhores médias (mínima 14 valores), provenientes de agregados familiares com rendimentos considerados baixos. Convém salientar, no entanto que, o montante recebido era, sempre, insuficiente para cobrir as despesas, dentro ou fora do país, onde as bolsas chegavam com frequente atraso, facto confirmado, muitas vezes, na comunicação social do país.

Em Cabo Verde, a política de financiamento do ensino superior segue a tendência internacional, pois, está subjacente a partilha de custos (cost sharing), de acordo com Cerdeira (2009, apud Johnstone, 1986, 2000, 2001, 2002, 2003, 2007). Desde o surgimento do ensino superior em Cabo Verde, 1979, o financiamento deste subsistema esteve sempre partilhado entre as famílias e/ou estudantes, o Estado e as instituições, com empréstimos, pagamento de propinas e outros apoios.

Atualmente, as famílias e os estudantes assumem, cada vez mais, os custos do ensino. As bolsas e os subsídios tornaram-se insuficientes para o elevado número de estudantes provenientes de famílias com baixos rendimentos. O Estado não consegue suportar os sistemas de empréstimos que foram criados (uns passaram a ser não reembolsáveis e outros deixaram de existir), por existir, principalmente, um deficiente sistema fiscal, capaz de exigir o retorno dos montantes atribuídos aos estudantes, quando estes não cumprem com as suas

obrigações. As propinas estão cada vez mais elevadas, tanto no público como no privado (entre 9.000\$00 a 20.000\$00).

O Estado de Cabo Verde teve, sempre, a preocupação de ajudar os cabo-verdianos a se desenvolverem a nível do ensino superior, o que está consagrado na Constituição da República, desde a independência nacional. As diversas políticas de financiamento foram adotadas com a intenção de ajudar as famílias e os estudantes a suportarem as despesas escolares.

## Capítulo V – Metodologia

### 5.1 - Enquadramento do estudo

Em Cabo Verde, existem poucos estudos sobre o ensino superior, pelo que se entendeu que, seria uma grande oportunidade fazer o estudo da situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago, um tema, ainda, não abordado a nível nacional.

Uma investigação integra um conjunto de métodos, através dos quais são recolhidas informações, com a finalidade de serem testados e confrontados com a teoria (Gil, 2008). Visa proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão, no estudo dos factos sociais. Considera ainda que, uma investigação pode ser analisada sob várias perspetivas, tendo em conta a sua natureza, os seus objetivos e a sua abordagem (Gil, 2010).

Relativamente à natureza, Gil (2010) considera que, uma investigação pode ter natureza básica, quando pretende-se gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática e natureza aplicada quando permite gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos (envolve verdades e interesses locais). Neste contexto, considera-se que, esta dissertação é de natureza aplicada porque vai gerar informações concretas sobre a situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago.

Sob o ponto de vista de seus objetivos, uma investigação pode ser exploratória, descritiva e explicativa. No primeiro caso, permite proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). No segundo, permite descrever as características de determinadas populações ou fenómenos e, no último, permite identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenómenos (Gil, 2010). Nesta perspetiva, esta dissertação é

descritiva e exploratória porque descreve o fenómeno, permitindo conhecer melhor e com maior detalhe o tema em estudo. Este entendimento enquadra-se na teoria de Vergara (2005), que considera que, uma investigação exploratória pretende atingir uma área, na qual há pouco conhecimento acumulado, permitindo aumentar o conhecimento sobre o fenómeno, que deseja investigar e esclarecer conceitos.

Quanto à abordagem do problema, Gil (2010) considera dois tipos: quantitativo e qualitativo. Na abordagem quantitativa, tudo pode ser quantificável. As opiniões podem ser traduzidas em números. Pode-se utilizar o inquérito por questionário e recorrer às técnicas estatísticas. Esta definição é defendida também por Lakatos e Marconi (2010), que afirmam que, o papel do método estatístico é fornecer uma descrição quantitativa da sociedade.

Bogdan e Biklen (1994) referem que, na investigação qualitativa não se usa as técnicas estatísticas. Bogdan e Taylor (1986) consideram que, na sua essência, o método qualitativo baseia-se, principalmente, em conversar, ouvir e permitir a expressão livre dos participantes. Neste contexto, considera-se que esta dissertação tem abordagem qualitativa e quantitativa.

## **5.2 - População alvo e construção da amostra**

Segundo o Anuário da Educação, existia no ensino superior, em Cabo Verde, um total de 13.369 estudantes, no ano letivo 2013/2014, dos quais 70% na ilha de Santiago (MESCI, 2014). Com base nestes dados, decidiu-se que a população alvo deste estudo corresponderia aos estudantes com pelo menos uma segunda inscrição nas IES, na ilha de Santiago, em 2014/2015, nomeadamente, os que estavam a frequentar os cursos de bacharelato e licenciatura, excluindo assim, os pertencentes aos cursos de complemento de licenciatura, mestrados, doutoramentos e ensino superior profissionalizante, que tiveram início no ano letivo 2014/2015.

A população alvo foi escolhida porque, considerou-se que, estaria mais preparada para caracterizar a situação em que se encontrava, uma vez que, tinha adquirido experiência de vida estudantil, a nível superior, experiência a nível de controlo financeiro, receitas e despesas, no ano anterior, por ter custeado as despesas do 1º ano e por saber com que receitas podia contar.

Ainda, pelo facto de poder estar na posse de conhecimentos mais abrangentes sobre o sistema de financiamento do ensino superior em Cabo Verde, por ter, supostamente, passado por concursos de bolsas de estudo e outros apoios sociais, oferecidos pelas IES e outras entidades. Assim sendo, poderá melhor descrever a situação em que se encontra e responder ao questionário com maior precisão.

Tendo em conta que, o número total de estudantes inscritos nas IES, no ano letivo 2014/2015, em Santiago, não tinha sido publicado, oficialmente, até à data da realização do inquérito e aplicação do questionário, partiu-se para uma construção hipotética da população e da amostra desta investigação, com base nos dados do ano letivo 2013/2014.

Portanto, considerou-se que:

- 1º - No ano letivo 2013/2014 estiveram inscritos em Cabo Verde, segundo o Anuário (2015), 13.397 estudantes.
- 2º - Nas instituições, na ilha de Santiago, estiveram inscritos 9.462 estudantes.
- 3º - Foram excluídos os estudantes dos cursos de mestrado, doutoramento, de ensino superior profissionalizante e os de complemento de licenciatura, num total de 2.151 estudantes.
- 4º - Hipoteticamente, considerou-se que, a taxa de abandono escolar esteve à volta de 10% e a taxa de reprovação à volta de 4%.

5º - Considerou-se a possibilidade de uma margem de erro de (+/-) 3% para um intervalo de confiança de 95%, no cálculo da amostra.



- 6º - Considerou-se que estavam inscritos na ilha de Santiago 6.315 estudantes, que constituem a população em estudo.

- 7º - Com base nos pressupostos dos pontos anteriores e cálculo amostral, definiu-se uma amostra constituída por 913 estudantes, distribuídos pelas sete IES, que fazem parte deste estudo.

Devido a um esforço muito grande, conseguiu-se recolher os 913 questionários devidamente preenchidos e validados, que constituem a amostra nesta investigação.

### **5.3 - Objeto de estudo**

Os sujeitos deste estudo correspondem a 913 estudantes, provenientes das sete Instituições de Ensino Superior sedeadas na ilha de Santiago, aos quais foram possíveis aplicar o questionário: Universidade de Cabo Verde, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (Campus da Praia), Universidade de Santiago (Campus da Praia, Assomada e Tarrafal), Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (Sede na Praia), Universidade Intercontinental de Cabo Verde, Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (pólo da Praia) e Instituto Universitário de Educação.

A Universidade Lusófona não foi contemplada porque, apesar de muitas insistências junto das entidades responsáveis, não respondeu à solicitação, para autorização da aplicação dos questionários.

O quadro 1 apresenta a distribuição dos sujeitos inquiridos de forma aleatória, por IES. Foram inquiridos 29% dos estudantes da Uni-CV, 4,7% do IUE. A Uni-Piaget, o ISCEE e a US apresentam um peso percentual na ordem dos 16%, seguidas da UNICA e ISCJS, com cerca de 10%.

Relativamente ao tipo de IES, nota-se claramente que, cerca de dois terços (606 estudantes correspondentes a 66,4%) se encontravam inscritos nas Instituições de Ensino Superior privadas contra 33,6% das instituições públicas.

**Quadro 1 - Distribuição das respostas por Instituição de Ensino Superior**

Instituição	Número de inqueridos	Percentagem
UNICA	95	10,4
Uni-Piaget	142	15,6
ISCEE	142	15,6
Uni-CV	264	28,9
ISCJS	88	9,6
US	139	15,2
IUE	43	4,7
Total	913	100

Se for comparado o número de estudantes que responderam o questionário, nos dois tipos de IES, pode-se constatar que, os estudantes das instituições privadas responderam cerca de 72% do total, contra os das instituições públicas com 28%.

A Uni-CV destaca-se com maior número de estudantes, o que se justifica, pelo facto de possuir maior número de inscritos e que se disponibilizaram para responder às questões.

#### **5.4 - Importância da escolha do tema e motivações pessoais**

A escolha do tema justifica-se pelo facto de Santiago ser a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde (991 km<sup>2</sup>), com maior peso populacional (56%), possuir maior número de Instituições de Ensino Superior (7 IES no total de 10), bem como o facto de a investigadora ser da ilha de Santiago e nela ter feito os seus estudos superiores, em três instituições: ISCEE, ISE (atual Uni-CV) e Uni-Piaget, tendo adquirido experiências de vida estudantil, universitário.

## **5.5 - Instrumentos de recolha de dados**

O instrumento utilizado na recolha de dados desta dissertação foi o questionário. De acordo com Gil (2008), o questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões, apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros, além de ser um instrumento de recolha de informação.

Quivy e Campenhoudt (2008) referem que, o inquérito por questionário consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas.

Nesta dissertação, o questionário utilizado foi adaptado do usado por Cerdeira (2009) nos seus trabalhos de investigação, proveniente do questionário Internacional Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project (ICHEFAP, 2005), aplicado a nível internacionais (Cerdeira, 2014).

Trata-se de um questionário estruturado (em Apêndice), constituído por 41 questões fechadas e semifechadas, que visam refletir uma diversidade de indicadores de caracterização social e económica, das condições de vida dos estudantes do ensino superior. Possui variáveis de: controlo, caracterização pessoal e familiar, condições de vida, acesso ao ensino superior, acesso aos equipamentos, materiais didáticos e serviços, financiamento, fontes de apoio e suporte financeiro, situação laboral e opinião dos estudantes relativamente ao ensino superior.

Foram aplicados de forma presencial, pela investigadora, aos estudantes, nas Instituições de Ensino Superior e preenchidos pelos próprios estudantes. Em alguns casos foi necessário entrevistar os estudantes, no momento para que as respostas fossem dadas. Este processo contou com a colaboração dos dirigentes,

funcionários, docentes e alunos, durante os meses de maio, junho, julho e agosto de 2015.

No caso dos estudantes da UNICA e da Uni-Piaget, dado ao período de férias escolares, além dos aplicados nas salas de aula, foram aplicados nas residências de alguns estudantes, pela investigadora e por alguns estudantes universitários.

A aplicação do questionário foi precedida de um pedido de autorização às IES, com exceção do pólo da Praia, da Universidade Lusófona, que não respondeu ao pedido de aplicação dos questionários. Atendendo à realidade da ilha e da operação estatística, o questionário foi submetido a um pré-teste, a um pequeno número de estudantes do ensino superior, fora da amostra, no sentido de observar o preenchimento dos questionários e a compreensão das questões, o que permitiu estabelecer uma comunicação com os estudantes e analisar a adequabilidade do instrumento. A aplicação do pré-teste vai ao encontro da abordagem de Lakatos e Marconi (2010). Cerca de 15% dos questionários foram controlados através de entrevistas telefónicas, aos estudantes que deixaram os seus contactos, o que permitiu preencher as respostas em falta em relação aos dados demográficos.

## **5.6 - Técnicas de tratamento e análise de dados**

O tratamento dos dados deste estudo, seguiu várias etapas distintas e incorporou vários procedimentos, a saber:

- Após a aplicação dos questionários, centrou-se na sua verificação, com o objetivo de validação dos mesmos;
- Construiu-se o ficheiro, no SPSS 21.0 (Statistical Package for the Social Sciences) e fez-se a digitalização dos 913 questionários;
- Fez-se a verificação da coerência dos dados introduzidos;
- Produziu-se as tabulações; e

- Interpretação dos resultados obtidos.

A análise foi desenvolvida, por um lado, com base na técnica univariada, recorrendo a tabelas, gráficos, percentagens e estatísticas descritivas (média, desvios-padrão) e, por outro, com base na técnica bivariada, cruzando variáveis e testando hipóteses, verificando se as diferenças são ou não significativas, estatisticamente.

Foram realizados os testes de qui-quadrado e de Mann-Whitney, para verificar se existe igualdade na proporção das diversas categorias, ou seja, se as categorias são uniformes e também para analisar a independência entre variáveis qualitativas (Reis et al., 2008).

## **Nota síntese do capítulo V**

Com base nos dados estatísticos do anuário da educação (2015), referente ao ano letivo 2013/2014, por falta de dados oficiais do ano letivo 2014/2015, considerou-se que, a população alvo corresponderia aos estudantes com pelo menos uma segunda inscrição nas IES, na ilha de Santiago, em 2014/2015, nomeadamente, os que frequentavam os cursos de bacharelato e licenciatura, excluindo assim, os pertencentes aos cursos de complemento de licenciatura, mestrados, doutoramentos e ensino superior profissionalizante. Extraíu-se cerca de 10% considerado, hipoteticamente, que poderiam abandonar a escola, cerca de 4% de taxa de possíveis reprovações, uma margem de erro de (+/-) 3% e num intervalo de confiança de 95%, definiu-se a amostra, constituída por 913 estudantes, de forma aleatória, nas sete IES que autorizaram a aplicação do questionário: públicas (Uni-CV e IUE) e privadas (Uni-Piaget, ISCEE, ISCJS, UNICA e US).

A ilha de Santiago foi escolhida por abarcar cerca de 70% dos estudantes do ensino superior em Cabo Verde, por ser a ilha natal da investigadora e porque concentra a maior parte das IES.

Salienta-se, ainda, o facto de a investigadora estudar em três IES, na ilha de Santiago (ISE, ISCEE e Uni-Piaget).

Com o inquérito por questionário realizado, recolheu-se dados sobre as situações socioeconómicas dos estudantes inqueridos e os resultados foram tratados no programa SPSS 21 (Statistical Package for the Social Sciences), com ajuda do excel e do word. Foram controlados 15% dos questionários através de entrevistas telefónicas, com o propósito de completar as respostas em falta. Recorreu-se às técnicas univariada e bivariada para a construção de tabelas, gráficos, médias, desvios padrão e testes qui-quadrado e de Mann-Whitney.

## **Capítulo VI - Apresentação e análise dos resultados do inquérito**

No Capítulo VI, pretende-se apresentar os resultados do inquérito por questionário aplicado à amostra, constituída por 913 estudantes, das sete instituições que ministram cursos de ensino superior na ilha de Santiago, nomeadamente, a Universidade de Cabo Verde, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, a Universidade de Santiago, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, a Universidade Intercontinental de Cabo Verde e o Instituto Universitário de Educação. De notar que, a Universidade Lusófona de Cabo Verde ficou de fora, por não se ter conseguido autorização para a aplicação do inquérito, na referida instituição.

O objetivo principal desta investigação é conhecer a situação socioeconómica dos estudantes da ilha de Santiago, no período escolar. Assim sendo, apresenta-se, neste capítulo, as respostas conseguidas em relação: à caracterização pessoal dos estudantes inquiridos, quanto ao tipo de ensino, sexo, nacionalidade, faixa etária, estado civil, número de irmãos e número de filhos; a situação do estudante face ao alojamento; a distância percorrida (casa/instituição) e os meios de transporte utilizados pelos estudantes na deslocação à instituição de ensino, no período letivo; a situação socioeconómica e educacional dos pais dos estudantes; o nível de rendimento e a habilitação dos pais dos estudantes; profissão dos pais dos estudantes; processo de acesso ao ensino superior dos estudantes; o acesso ao ensino superior e a probabilidade da oscilação do valor da propina; a situação laboral do estudante; as fontes de apoio e suporte financeiro dos estudantes do ensino superior; a situação dos estudantes face aos empréstimos; os meios de pagamento das despesas utilizados pelos estudantes; o acesso aos equipamentos e materiais didáticos; o acesso aos

serviços de cantina e biblioteca e a opinião dos estudantes sobre o ensino superior.

### **6.1 - Caraterização pessoal dos estudantes inquiridos**

Os estudantes da ilha de Santiago, no ano letivo 2014/2015, distribuíram-se por dois tipos de instituições, públicas e privadas, sendo duas públicas (a Universidade de Cabo Verde e o Instituto Universitário de Educação) e seis privadas (UNICA, ISCEE, Jean Piaget, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade de Santiago e Universidade Lusófona).

A nível geral, 33,8% das respostas foram dadas pelos estudantes das instituições de ensino superior públicas (86,0% da Uni-CV e 14,0% da IUE) e 66,2% pelos estudantes das instituições privadas (15,7% da UNICA, 23,4% da Uni-Piaget, 23,4% do ISCEE, 14,5% do ISCJS, 22,9% da US), conforme o quadro 2.

**Quadro 2 - Distribuição das respostas por instituição e tipo de ensino**

Instituição	Tipo de Instituição		Total
	Pública	Privada	
UNICA		15,7	10,4
Uni-Piaget		23,4	15,6
ISCEE		23,4	15,6
Uni-CV	86,0		28,9
ISCJS		14,5	9,6
US		22,9	15,2
IUE	14,0		4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0



Embora a Universidade de Cabo Verde possua maior número de estudantes e responderam em maior percentagem, ao questionário aplicado, se a análise for feita por tipo de instituição, a totalidade dos estudantes do ensino público (33,6%) será menor do que a do ensino privado (66,4%).

### **6.1.1 - Tipo de instituição, sexo e nacionalidade**

As respostas foram distribuídas por sexo dos estudantes e por tipo de instituição, tendo verificado que, 63,4% das respostas foram dadas por estudantes do sexo feminino e 36,6% pelos do sexo masculino. Sendo assim, os estudantes das instituições de ensino superior na ilha de Santiago foram, maioritariamente, do sexo feminino, no ano letivo 2014/2015. A percentagem dos estudantes do sexo feminino não difere muito entre as instituições, pois, nas públicas responderam 61,2% e nas privadas 64,4%. Portanto, uma diferença de 3,2%, a favor das escolas privadas. Quanto aos estudantes do sexo masculino, a diferença entre os tipos de instituição, também, não é acentuada, uma vez que, existe uma diferença de 3,2%, conforme o quadro 3.

**Quadro 3 - Distribuição das respostas por tipo de ensino e sexo**

	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Instituição Pública	61,2	38,8	100,0
Instituição Privada	64,4	35,6	100,0
Total	63,4	36,6	100,0

O Anuário Estatístico do Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação (MESCI, 2015) refere que, no ano letivo 2013/2014, as alunas apresentaram uma vantagem considerável em relação aos alunos, com uma taxa bruta de

escolarização superior de 28,8% contra 19,6% dos alunos. O mesmo acontece em relação à amostra definida neste estudo em que cerca de 63% são estudantes do sexo feminino e 37% do sexo masculino. Os estudantes dos dois tipos de instituições são maioritariamente de nacionalidade cabo-verdiana, correspondendo a 98,6%. A percentagem de estudantes de outra nacionalidade, tanto no público como no privado, não ultrapassou os 2,0%. Este resultado vai ao encontro dos dados do Anuário do MESCI (2015), onde consta que, nas instituições de ensino superior em Cabo Verde existe uma percentagem muito diminuta de estudantes provenientes de outros países, sobretudo os Países de Língua Oficial Portuguesa [PALOP], destacando-se os da Guiné-Bissau.

O quadro 4 sintetiza os resultados numéricos relacionados com o cruzamento das duas variáveis: tipo de ensino e nacionalidade. De notar que, dos inqueridos, 0,3% dos estudantes de outras nacionalidades são do ensino público e 2,0% do privado.

**Quadro 4 - Distribuição das respostas por tipo de ensino e nacionalidade**

	Nacionalidade		
	Cabo-Verdiana	Outra	Total
Instituição Pública	99,7	,3	100,0
Instituição Privada	98,0	2,0	100,0
Total	98,6	1,4	100,0

### **6.1.2 - Faixa etária e estado civil**

Em relação ao estado civil, cerca de 95% dos estudantes são solteiros, 4,8% casados e 0,7% divorciados, segundo os resultados espelhados no quadro 5, que

apresenta a distribuição das respostas de acordo com as variáveis de caracterização pessoal, nomeadamente, a faixa etária e o estado civil.

A idade média para os homens se casarem é de 38 anos e a idade mediana de 36 anos, calculado no período que vai do ano 2000 a 2011. Nas mulheres, a idade média de casamento é de 33,8 anos e a mediana de 31 anos, para o mesmo período. Portanto, as mulheres casam-se cinco anos mais cedo do que os homens (INE, 2013).

**Quadro 5 - Distribuição das respostas por estado civil e faixa etária**

	Variável	Percentagem
Estado civil	Casado	4,8
	Solteiro	94,5
	Divorciado	,7
	Total	100,0
Faixa etária	Até 20 anos	22,8
	21 a 25 anos	54,9
	26 a 30 anos	15,7
	> de 30 anos	6,7
	Total	100,0

Constata-se que, segundo o quadro 5, mais da metade dos estudantes responderam que são jovens (54,9%), pertencentes à faixa etária dos 21 a 25 anos. Em seguida, encontram-se os estudantes com idade até 20 anos (22,8%) entre os 26 e 30 anos (15,7%) e com idade superior a 30 anos (6,7%). Este resultado ajusta-se ao publicado no Anuário (MESCI, 2015), confirmando que, a maioria dos estudantes do ano letivo 2013/2014 é jovem, destacando-se cerca de 21% de estudantes com idade compreendida entre os 18 e 20 anos e 44,5% na faixa etária de 21 a 25 anos.

Comparou-se a faixa etária e o sexo dos estudantes. Constatou-se que, em todas as faixas etárias as mulheres sobrepõem aos homens, sendo as diferenças acentuadas, principalmente, nos mais jovens, pertencentes às faixas etárias até 20 anos e dos 21 a 25 anos. Na faixa etária dos 21 aos 25 anos encontram-se mais estudantes, dos dois sexos, sendo 34,1% femininos e 20,8% masculinos. Na faixa etária superior aos 30 anos existem menor número de mulheres (4,6%) e menor número de homens (2,1%), conforme o quadro 6.

**Quadro 6 - Distribuição dos estudantes por sexo e faixa etária**

	Sexo dos estudantes		Total
	Feminino	Masculino	
Até 20 anos	15,2	7,6	22,8
21 a 25 anos	34,1	20,8	54,9
26 a 30 anos	9,5	6,1	15,6
>30 anos	4,6	2,1	6,7
Total	63,4	36,6	100,0

$$\chi^2(3) = 2,617; p=0,454$$

Interpretação: as diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

Se forem comparados estes dados com os dados estatísticos relativos ao ano letivo 2013/2014, em que 24,1% do universo da população estudantil encontrava-se na faixa etária de 18 a 22 anos, pode-se dizer que não houve mudanças significativas no ano letivo 2014/2015.

Comparando a faixa etária dos estudantes com os dois tipos de instituições, verificou-se que, 55,4% dos estudantes pertencem às instituições públicas, na faixa etária dos 21 a 25 anos, 28,0% dos estudantes do ensino público possuem até 20 anos de idade. Quanto às instituições privadas, a maioria

dos estudantes inquiridos pertence à faixa etária dos 21 a 25 anos (54,6%), assim como nas IES públicas.

Constatou-se um aumento da percentagem dos estudantes das instituições privadas, em relação aos das IES públicas, na faixa etária dos 26 a 30 anos (19,8% e 7,5%, respetivamente). Existe uma diferença de 3,7% entre os estudantes das instituições públicas e das privadas, na faixa etária superior a 30 anos, conforme o quadro 7.

**Quadro 7 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e faixa etária**

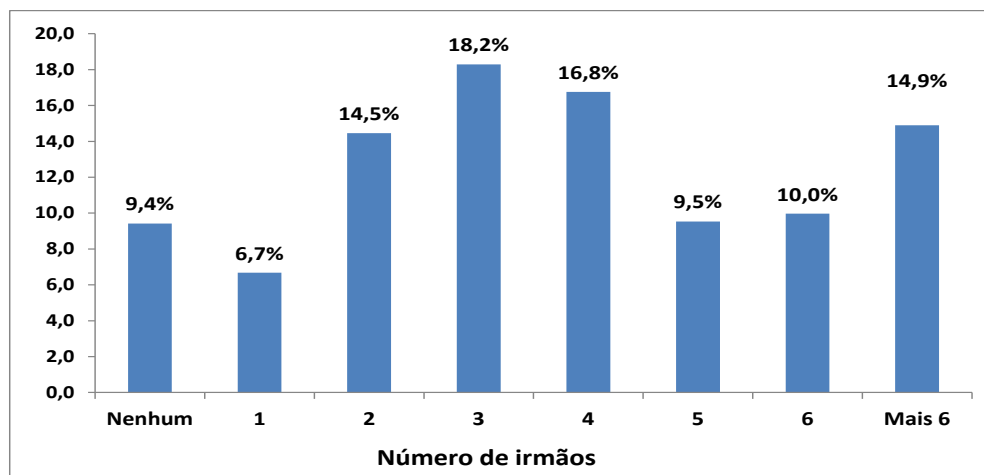
	Faixa etária				Total
	Até 20	21-25	26-30	>30	
Instituição Pública	28,0	55,4	7,5	9,1	100,0
Instituição Privada	20,1	54,6	19,8	5,4	100,0
Total	22,8	54,9	15,7	6,7	100,0

$\chi^2(3) = 29,411$ ;  $p=0,000$

Interpretação: as diferenças são estatisticamente significativas ( $p<0,05$ )

### 6.1.3 - Número de irmãos

No momento da aplicação dos questionários, deparou-se com diversas questões, em relação à contagem do número de irmãos, já que, muitos não vivem sob o mesmo teto, por serem irmãos de um dos lados: ou do lado da mãe ou do lado do pai. Pelas dúvidas dos estudantes percebeu-se que, muitos vivem apenas com a mãe. Mesmo assim, foram incluídos todos os irmãos. Os resultados foram apresentados no gráfico 1.

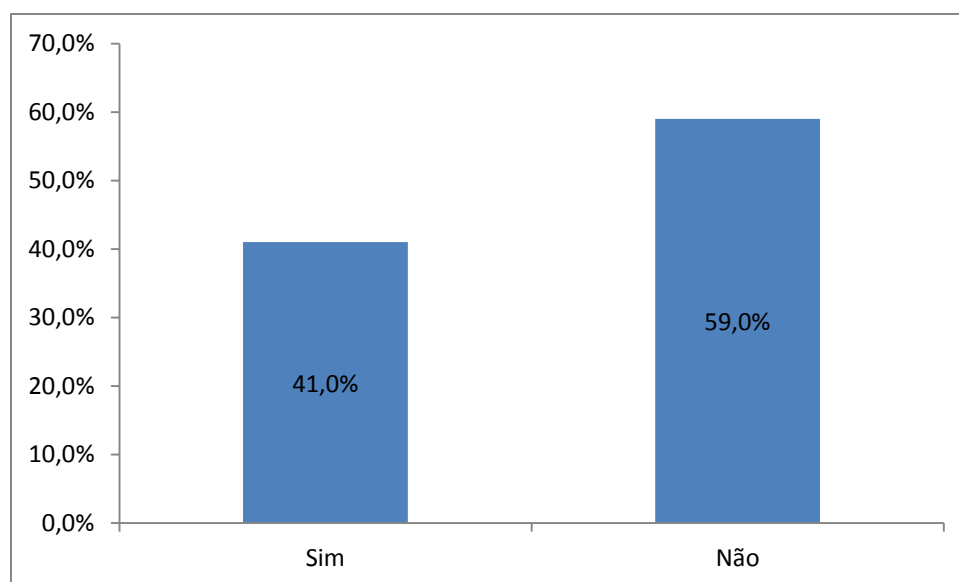


**Gráfico 1 - Número de irmãos por estudante inquerido**

De acordo com os dados ilustrados no gráfico 1, 18,2% dos estudantes do ensino superior, que fazem parte da amostra, afirmaram terem três irmãos, correspondendo a maior percentagem, e 9,4% não têm nenhum irmão (menor frequência). De igual modo, observa-se que quase dois terços (cerca 66%) dos estudantes inquiridos responderam que têm até quatro irmãos e 14,9% responderam que têm “mais de 6 irmãos”.

Como se pode observar no gráfico 2, dos 913 estudantes, 378 (41,0%) afirmaram que têm irmãos a frequentarem o ensino superior e 535 (59,0%) responderam que não têm. Portanto, a maioria não tem nenhum irmão a estudar no ensino superior.

Na situação em que, numa mesma instituição, se encontram dois ou mais irmãos, as instituições concedem alguns apoios, de acordo com as políticas internas, que vêm expressas nos estatutos das instituições, principalmente, nas privadas, destacando-se a redução do montante das propinas, conforme referido na parte teórica.



**Gráfico 2 - Estudantes com irmãos no ensino superior (em percentagem)**

#### **6.1.4 - Número de filhos**

Os resultados referentes ao número de filhos que os estudantes do ensino superior têm, apresentados no quadro 8, indicam que 648 (71,0%) não têm filhos e 265 são pais (29,0%).

Comparativamente ao tipo de instituição de ensino, constatou-se que a maioria dos estudantes das instituições públicas não tem nenhum filho (79,9%), assim como das instituições privadas (67,1%). A seguir encontram-se os estudantes com um filho (nas instituições públicas 12,9% e nas privadas 16,5%). Um número muito reduzido de estudantes das instituições privadas (0,8%) possui mais de cinco filhos (ver o quadro 8).

O número médio de filhos dos estudantes situa-se em 1,49, sendo 1,44 no ensino público e 1,52 no privado. Em relação ao desvio padrão, nota-se, no quadro 8, uma maior variação no setor privado (0,941), comparativamente ao público (0,858). Segundo os dados do INE (2012), o Censo 2010 indicou que, o

número médio de filhos por mulher, que em 1990 era de 5,5, baixou para 2,2 em 2010, representando uma média de menos de 3 filhos.

**Quadro 8 - Número de filhos dos estudantes, por tipo de instituição**

Nº de filhos	Tipo de Instituição		
	Pública	Privada	Total
0	79,9	67,1	71,0
1	12,9	16,5	15,4
2	4,3	11,0	9,0
3	2,2	3,6	3,2
4	,7	,9	,9
=>5		,8	,5
Total	100,0	100,0	100,0
Média	1,44	1,52	1,49
Desvio Padrão	,858	,941	,914

Comparando o sexo dos estudantes com o número de filhos que possuem, nota-se que, não houve grandes diferenças (4,3%) entre os dois sexos, feminino e masculino, quando dizem que não têm nenhum filho. Em ambos os sexos houve cerca de 15% de estudantes que responderam que possuem um filho e 0,9% que têm quatro filhos. Um número reduzido (0,3% do sexo feminino e 0,9% do masculino) respondeu que têm cinco ou mais filhos. Entre aqueles que não têm filhos, constata-se nitidamente uma diferença segundo o sexo dos inquiridos, 402 feminino contra 246 masculino, como se pode observar no quadro 9.



**Quadro 9 - Número de filhos dos estudantes por sexo**

Nº de filhos	Sexo dos estudantes		Total
	Feminino	Masculino	
0	69,4	73,7	71,0
1	15,2	15,9	15,4
2	10,5	6,3	9,0
3	3,6	2,4	3,2
4	,9	,9	,9
=>5	,3	,9	,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

## 6.2 - Situação do estudante face ao alojamento

Em Cabo Verde, a oferta educativa, no ensino superior, não é disponibilizada em todas as ilhas, estando concentrada nas ilhas de Santiago e São Vicente. Assim, os estudantes que não residem em Santiago, ao pretenderem frequentar o ensino superior, terão de se deslocar a S. Vicente ou a Santiago, conforme o curso e instituição que pretenderem, ou então fazer os cursos oferecidos pelo IUE, à distância.

O que se verifica, normalmente, é a deslocação dos estudantes do grupo das ilhas de Barlavento para a ilha de S. Vicente e os de Sotavento para Santiago. Como já foi dito, as IES, na sua maioria, concentram-se em Santiago, sobretudo na capital, cidade da Praia. Além desta cidade, na referida ilha, funcionam, na cidade de Assomada, a Escola de Formação de Professores pertencente ao IUE e a sede da Universidade de Santiago, Campus de Bolanha. Esta é a única que possui um campus na cidade de Tarrafal, denominada Escola Superior de Turismo, Negócios e Administração.

A concentração de instituições educativas de ensino superior, na cidade da Praia, tem levado a uma grande movimentação de estudantes. Consequentemente, o alojamento, no período escolar, tem sido um grande desafio para os estudantes provenientes dos concelhos onde não existem tais serviços e onde fica difícil ou mesmo impossível regressarem à casa diariamente, obrigando-os a residirem com os familiares, amigos, em quartos e/ou apartamentos arrendados.

Questionados sobre a sua residência habitual, 55,5% dos estudantes inquiridos responderam que residem na cidade da Praia, 19,2% em Santa Catarina, 4,8% no Tarrafal e 20,5% noutros concelhos, conforme o quadro 10.

**Quadro 10 - Distribuição dos estudantes de acordo com a sua residência habitual e no período letivo, no último ano escolar**

	Localidade	Total
Residência habitual	Praia	55,5
	Santa Catarina	19,2
	Tarrafal	4,8
	Outro	20,5
Residência no período letivo	Praia	84,8
	Santa Catarina	10,1
	Tarrafal	4,9
	Outro	,2

No período letivo, no último ano escolar, 84,8% dos estudantes residiam no concelho da Praia, 10,1% em Santa Catarina, 4,9% em Tarrafal e 0,2% noutros concelhos, conforme o quadro 10.

Examinando os resultados da residência do período letivo com os da residência habitual, quadro 10, verifica-se grandes diferenças percentuais na deslocação dos estudantes dos outros concelhos da ilha para a cidade da Praia. Este resultado não é de se estranhar, uma vez que, a cidade da Praia é a mais populosa do país, é o maior centro urbano (com forte atividade económica e financeira) e é onde concentram os serviços administrativos do Estado.

Do cruzamento das variáveis residência habitual e residência no período letivo, conforme o resultado das respostas apresentadas no quadro 11, verifica-se que, os estudantes que habitualmente residiam na cidade da Praia (100%) não se deslocavam para os outros concelhos para estudarem, mas o mesmo não se pode dizer em relação aos outros dois concelhos onde existem IES, Santa Catarina e Tarrafal.

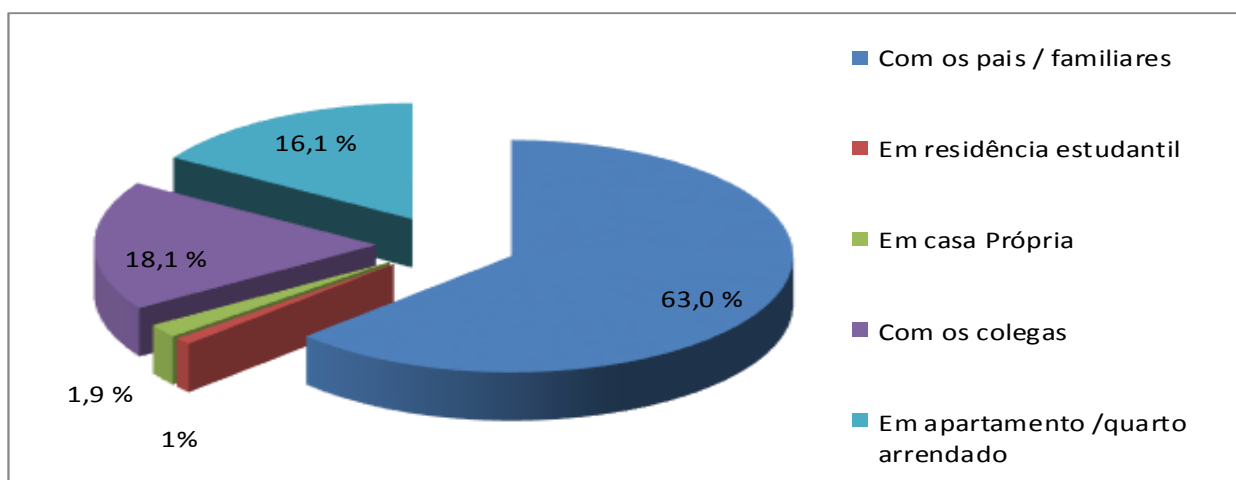
De Santa Catarina, 44,6% dos estudantes, afirmaram que, estudam na mesma cidade, na Universidade de Santiago ou no IUE. Mais da metade dos estudantes que residem, habitualmente, em Santa Catarina (54,9%), afirmaram que, se deslocam para cidade da Praia e 0,6% de Assomada para outros concelhos.

Os estudantes do concelho de Tarrafal, afirmaram que, estudam, na sua maioria (95,5%), no mesmo concelho, já que a Universidade de Santiago possui um campus no referido concelho; 2,3% declararam que deslocam de Tarrafal para Assomada e igual percentagem para a Praia; não houve nenhuma resposta que confirmasse a deslocação de Tarrafal para os outros concelhos; 90,9% dos estudantes dos outros concelhos deslocaram-se para a cidade da Praia, 7,0% para a cidade de Assomada e 1,6% para o Tarrafal. Portanto, os resultados comprovam que alguns estudantes se encontram na situação de deslocados da sua residência habitual.

**Quadro 11 - Distribuição dos estudantes de acordo com as deslocações que fazem entre a residência habitual e a residência no período escolar**

Residência habitual	Residência no período letivo				
	Praia	Santa Catarina	Tarrafal	Outro	Total
Praia	100,0				100,0
Santa Catarina	54,9	44,6		,6	100,0
Tarrafal	2,3	2,3	95,5		100,0
Outro	90,9	7,0	1,6	,5	100,0
Total	84,8	10,1	4,9	,2	100,0

Neste estudo, procurou-se saber com quem residiam os estudantes, no último ano académico. Constatou-se que, mais da metade dos estudantes viviam “com os pais/familiares” (63,0%), seguindo-se dos que viviam “com os colegas” (18,1%), “em apartamento/quarto arrendado” (16,1%), “em casa própria” (1,9%) e “em residência universitária” (1%), conforme ilustra o gráfico 3.



**Gráfico 3 - Distribuição dos estudantes de acordo com a residência, no último ano escolar**

O quadro 12 apresenta as respostas dos estudantes, por tipo de instituição, de acordo com a principal residência. Analisando as respostas por tipo de IES, verificou-se que, 44,0% dos estudantes das escolas privadas e 18,2% das públicas residiam “com os pais e familiares”.

Em seguida, surgem os que garantiram que viviam “com os colegas” (6,4% públicas e 11,7% privadas) e “em apartamentos arrendados” (4,8% públicas e 11,3% privadas). Uma percentagem reduzida de estudantes residia “em casa própria” (0,3% públicas e 1,5% privadas) assim como “em residência estudantil” (0,8% públicas e 0,2% privadas).

**Quadro 12 - Principal residência dos estudantes, no último ano, por tipo de instituição**

	Tipo de instituição					
	Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	N	%
Com os pais e/ou familiares	166	18,2	409	44,0	575	63,0
Em residência estudantil	7	,8	2	,2	9	1,0
Em casa Própria	3	,3	14	1,5	17	1,9
Com os colegas	58	6,4	107	11,7	165	18,1
Em apartamento / quarto arrendado	44	4,8	103	11,3	147	16,1
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>30,4</b>	<b>635</b>	<b>69,6</b>	<b>913</b>	<b>100,0</b>

Como está indicado no quadro 13, a maioria dos estudantes (71,7%) vive na sua residência habitual. Dos estudantes que responderam “sim”, que se encontravam deslocados, 30,3% pertencem às instituições públicas e 27,2% às privadas. Dos não deslocados da sua residência habitual, 69,7% são oriundos das instituições públicas e 72,8% das privadas.

**Quadro 13 - Situação dos deslocados, por tipo de ensino**

Instituição	Situação de deslocados da sua residência		Total
	Sim	Não	
Pública	30,3	69,7	100,0
Privada	27,2	72,8	100,0
Total	28,3	71,7	100,0

$$X^2(1) = 0,945; p=0,331$$

Interpretação: as diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

A diferença entre a situação de deslocados dos estudantes do ensino superior público e do privado não é estatisticamente significativa, conforme os resultados do teste qui-quadrado (ver o quadro 13).

Procurou-se saber quais as razões que estiveram na base da escolha do alojamento dos estudantes, no período letivo. Apresentou-se um conjunto de possíveis respostas, nomeadamente: “queria minimizar os custos”; “queria ser independente”; “não havia residência universitária disponível”; “a minha casa é noutra localidade e é muito longe para se deslocar diariamente”; “a minha família não autorizava outras escolhas” e “outras”. Foi pedido que indicassem o grau de importância para cada decisão, desde “muito importante a nada importante”, apresentadas no quadro 14.

Constatou-se que, a razão mais indicada como “muito importante” foi “queria minimizar os custos”, com 66,5% das respostas dos estudantes das instituições públicas e 64,1% das privadas. De seguida, 20,5% dos estudantes do ensino público e 21,9% do ensino privado responderam “importante”, no mesmo item. Estes resultados totalizam 87,0% de respostas dos estudantes do ensino público e 86,0% do privado que consideram a razão “queria minimizar os custos” como sendo “muito importante e importante”, para a escolha do local onde

vivem, na época escolar. Obteve, ainda, 6,7% das respostas como sendo “pouco importante” (6,8% dos estudantes das instituições públicas e 6,6% das privadas). Não responderam 0,6% dos estudantes das instituições públicas.

A razão “a minha casa é noutra localidade e é muito longe para se deslocar diariamente” foi referida por 66,9% dos estudantes do ensino público e por 73,9% dos do privado como “nada importante”. Consideraram que era “muito importante” 10,1% dos estudantes das instituições públicas e 5,8% das privadas; “importante” 18,7% públicas e 15,1% privadas. Concluiu-se que, foi a razão que obteve menor importância, demonstrando que a localização da instituição não constitui obstáculo aos estudantes. A vontade de estudar ultrapassa as barreiras territoriais.

“A minha família não autorizava outras escolhas”, obteve 97,1% das respostas dos estudantes do ensino público e 98,1% do privado em “nada importante”; 1,4% dos estudantes do ensino público e 0,9% do privado consideraram esta razão como “pouco importante”, demonstrando que as famílias não tiveram muita influência na escolha dos filhos. As “outras” causas não tiveram importância para 99,3% estudantes do ensino público e 99,2% do privado. 0,8% dos estudantes deram “pouca importância” a esta razão (0,7% do público e 0,8% do privado).

**Quadro 14 - Grau de importância das razões que determinaram a escolha de residência, no período escolar, por tipo de instituição**

Importância das seguintes razões na sua escolha do local onde vive		Tipo de Instituição		
		Pública	Privada	Total
Queria minimizar os custos	Muito importante	66,5	64,1	64,8
	Importante	20,5	21,9	21,5
	Pouco importante	6,8	6,6	6,7
	Nada importante	6,1	6,8	6,6
	Não respondeu		,6	,4
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Queria ser independente	Muito importante	6,1	11,3	9,7
	Importante	15,1	10,9	12,2
	Pouco importante	37,4	31,5	33,3
	Nada importante	41,0	45,8	44,4
	Não Respondeu	,4	,5	,4
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Não havia residência universitária disponível	Muito importante			
	Importante			
	Pouco importante	46,4	32,0	36,4
	Nada importante	53,6	68,0	63,6
A minha casa é noutra localidade e é muito longe para se deslocar diariamente	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Muito importante	10,1	5,8	7,1
	Importante	18,7	15,1	16,2
	Pouco importante	4,3	5,2	4,9
	Nada importante	66,9	73,9	71,7
A minha família não autorizava outras escolhas	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Muito importante			
	Importante			
	Pouco importante	1,4	,9	1,1
Outras	Nada importante	97,1	98,1	97,8
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	Muito importante			
	Importante			
Outras	Pouco importante	,7	,8	,8
	Nada importante	99,3	99,2	99,2
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>



Pretendeu-se saber, ainda, quais as condições sanitárias, eletricidade e água das residências dos estudantes, no período escolar. Pelas respostas, constatou-se que, do total dos inquiridos, 58,7% responderam que estão alojados num quarto individual e 41,3% estão em situação de quarto partilhado (ver o quadro 15).

**Quadro 15 - Distribuição das respostas dos estudantes em relação às condições de residência, no período escolar, no último ano escolar**

Variáveis		Tipo de instituição		
		Pública	Privada	Total
Quarto de dormir	Individual	54,7	60,5	58,7
	Partilhado	45,3	39,5	41,3
	Total	100,0	100,0	100,0
Água canalizada	Sim	94,6	82,8	86,4
	Não	5,4	17,2	13,6
	Total	100,0	100,0	100,0
Energia elétrica	Sim	100,0	98,9	99,2
	Não		1,1	,8
	Total	100,0	100,0	100,0
Casa de banho	Sim	100,0	95,9	97,2
	Não		4,1	2,8
	Total	100,0	100,0	100,0

Observando os dados por tipo de instituição, deparou-se que, nas instituições públicas, 57,7% dos estudantes dormem em quarto individual e 45,3% em partilhado. No ensino privado 60,5% dos estudantes inquiridos, afirmaram que, dormem em quarto individual e 39,5% em quarto partilhado. Destes dados descritos, pode-se dizer que, os estudantes do ensino privado gozam de mais privacidade do que os do ensino público.

No que tange à água canalizada, 86,4% dos estudantes inquiridos responderam “sim”, assegurando que, a maioria das residências tem água canalizada. Contrariamente, 13,6% não têm acesso a este precioso bem, pela rede pública.

Na ilha de Santiago, quando as residências não têm água canalizada, o abastecimento é feito por autotanques ou chafarizes. Os dados do INE (1016) sobre o acesso à água pela população, em 2015, indicam que 62,4% está ligada à rede pública (52,4% no meio rural e 67,6% no meio urbano), 15,4% obtêm água nos chafarizes, 5,6% através de autotanques, 7,3% apanham-na nos vizinhos e 9,3% em outras fontes, tais como poço, levada, nascente, entre outros.

Como se pode observar no quadro 15, praticamente todos os estudantes possuem energia elétrica nas suas residências, no período escolar. Dos estudantes do ensino privado, cerca de 1% responderam que não têm acesso à energia elétrica em casa. Todos os estudantes do ensino superior público responderam que possuem casas de banho. No ensino privado, esta percentagem situa-se à volta de 96%, o que indica que cerca de 4% dos estudantes não possuem casas de banho na sua residência, no período escolar.

Os dados do quadro 16 revelam que, mais da metade (50,5%) dos estudantes consideram que o ambiente de estudo nas residências é “Bom” o que significa que existem condições para estudarem em casa. Cerca de 38% dos estudantes inquiridos avaliam como razoável o ambiente de estudo e, informaram que, os seus estudos são realizados “às vezes em casa”. Portanto, pode-se dizer que, cerca de 88% dos inqueridos classificam o ambiente de estudo como adequado (razoável ou bom), o que lhes permite fazer os estudos em casa.

Em termos comparativos, nota-se diferenças na classificação do ambiente de estudos em casa, por parte dos estudantes inquiridos. Observa-se, no quadro 16 que, 45,3% dos estudantes do ensino público e 52,8% do privado classificam de “bom” o ambiente de estudos em casa. A classificação “é razoável” foi

respondida por 40,6% dos estudantes do ensino público e 36,5% do privado. Em sentido oposto, verifica-se que, 11,9% dos estudantes do ensino público e 8,1% dos do privado atribuíram a classificação “é péssima”, ao ambiente de estudos em casa, pelo que preferem estudar na biblioteca ou noutro lugar.

**Quadro 16 - Classificação do ambiente de estudo dos estudantes, segundo o tipo de instituição de ensino superior**

	Tipo de Instituição		
	Público	Privado	Total
É bom. Estuda em casa	45,3	52,8	50,5
É razoável. Às vezes estuda em casa	40,6	36,5	37,8
É péssimo. Estuda na biblioteca ou noutro lugar	11,9	8,1	9,2
Outro	2,2	2,7	2,5
Total	100,0	100,0	100,0

### 6.3 - A situação socioeconómica e educacional dos pais dos estudantes

#### 6.3.1 - Nível de ensino dos pais

A maioria dos pais dos estudantes inqueridos possui habilitações literárias, com predominância dos ensinos básico e secundário, conforme as respostas apresentadas no quadro 17. O nível do ensino básico foi, praticamente, igual tanto para o pai como para a mãe dos estudantes (cerca de 29%). Em relação ao nível médio e/ou profissional, as mães apresentaram uma percentagem mais elevada do que os pais (15,3% contra 6,5%). Quanto ao ensino superior, a percentagem das respostas diferem, ligeiramente, nos dois casos (15,3% para o pai e 14,1% para a mãe). Salienta-se nas respostas que, mais de um terço dos

estudantes (27,1%) “não sabe/não respondeu” quando perguntado qual é a habilitação do pai, quadro 17.

De acordo com os dados apresentados pelo INE (2016), sobre a alfabetização relativo a 2015, 98,3% das mulheres e 97,4% dos homens, na faixa etária dos 15 a 24 anos, eram alfabetizados.

**Quadro 17 - Habilitação dos pais dos estudantes**

		Pai	Mãe
Nível de ensino	Nenhum/Básico incompleto	3,6	6,0
	Básico	29,1	29,4
	Secundário	18,4	35,2
	Médio/Profissional	6,5	15,3
	Superior	15,3	14,1
	Não Sabe/Não Respondeu	27,1	
	Total	100,0	100,0

Os dados do quadro 18 evidenciam diferenças estatisticamente significativas, na análise das variáveis “nível de ensino da mãe” e “tipo de ensino”. De acordo com as respostas, em relação à formação de nível básico e secundário, as mães dos estudantes do ensino público apresentam uma percentagem mais elevada (38,8% para o básico e 38,1% para o secundário) do que as mães dos estudantes do ensino privado (25,0% para o nível básico e 24,0% para o secundário).

**Quadro 18 - Nível de habilitação da mãe, por tipo de ensino**

		Tipo de ensino		
		Público	Privado	Total
Nível de ensino da mãe	Nenhum/Básico incompleto	6,5	5,8	6,0
	Básico	38,8	25,0	29,4
	Secundário	38,1	34,0	35,2
	Médio/Profissional	9,4	18,0	15,3
	Superior	7,2	17,2	14,1
	Total	100,0	100,0	100,0

Teste:  $\chi^2(4)=36,347$ ;  $p=0,000$ ;

Interpretação: As diferenças são estatisticamente significativas ( $p<0,05$ )

Quanto ao nível de habilitação do “pai”, 27,1% dos estudantes enquadraram-no na categoria “nenhum ou básico incompleto”, 29,1% no nível básico, 18,4% no secundário e 15,3% no superior, conforme os resultados apresentados no quadro 19.

**Quadro 19 - Nível de habilitação do pai, por tipo de ensino**

		Tipo de ensino Superior		
		Público	Privado	Total
Nível de ensino do pai	Nenhum/Básico incompleto	3,6	3,6	3,6
	Básico	35,6	26,3	29,1
	Secundário	17,3	18,9	18,4
	Médio/Profissional	2,2	8,3	6,5
	Superior	10,4	17,5	15,3
	Não Sabe/Não Respondeu	30,9	25,4	27,1
Total		100,0	100,0	100,0

Teste:  $\chi^2(5)=25,983$ ;  $p=0,000$

Interpretação: As diferenças são estatisticamente significativas ( $p<0,05$ ).

Comparando o nível de habilitação do “pai” por tipo de ensino frequentado pelos estudantes do ensino superior, nota-se nos resultados do quadro 20 que, a percentagem de habilitação do progenitor de sexo masculino dos estudantes do ensino público com o nível básico (35,6%) é maior do que a percentagem do nível de habilitação do “pai” dos estudantes do ensino privado (26,3%). Verifica-se que é no ensino superior privado que se regista maior número de estudantes cujo “pai” possui habilitações de níveis “médio/profissional” (17,5%) e “superior” (8,3%). Os estudantes de ambos os sexos demonstraram nas suas respostas uma certa dificuldade em pronunciar sobre o nível de escolaridade dos progenitores do sexo masculino. As respostas apresentadas no quadro 20, revelam que, 28,8% dos estudantes do sexo feminino e 24,0% do sexo masculino não responderam/não sabem a resposta.

**Quadro 20 - Escolaridade do pai, por sexo dos alunos**

		Sexo		
		Feminino	Masculino	Total
Nível de ensino do pai	Nenhum/Básico incompleto	4,0	3,0	3,6
	Básico	28,7	29,9	29,1
	Secundário	19,0	17,4	18,4
	Médio/Profissional	6,2	6,9	6,5
	Superior	13,3	18,9	15,3
	Não Sabe/Não Respondeu	28,8	24,0	27,1
	Total	100,0	100,0	100,0

Teste:  $\chi^2(5) = 7,280$ ;  $p = 0,201$

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p > 0,05$ ).

O nível de ensino básico dos progenitores do sexo masculino registou maiores percentagens em ambos os sexos e com valores muito próximos (28,7% para o sexo feminino e 29,9% para o masculino). Segue-se o nível de ensino secundário com 19,0% das respostas dos estudantes do sexo feminino e 17,4% do masculino.

O nível superior aparece em terceiro lugar, nos registos, com 18,9% das respostas dos estudantes do sexo masculino e 13,3% do feminino.

Comparando o nível de ensino da mãe dos estudantes, dos dois sexos, verifica-se que, o nível de ensino predominante das mães é o secundário (35,2%), tanto para os estudantes do sexo feminino (36,6%) como para os do sexo masculino (32,6%). O ensino básico segue o secundário em ambos os sexos (28,8% do sexo feminino e 30,2% do masculino). O ensino médio/profissional está em terceiro lugar, para as mães dos estudantes de ambos os sexos (18,3% do masculino e 13,6% do feminino), conforme o quadro 21.

**Quadro 21 - Escolaridade da mãe, por sexo dos alunos**

		Sexo dos estudantes		
		Feminino	Masculino	Total
Nível de ensino da mãe	Nenhum/Básico incompleto	6,2	5,7	6,0
	Básico	28,8	30,2	29,4
	Secundário	36,6	32,6	35,2
	Médio/Profissional	13,6	18,3	15,3
	Superior	14,7	13,2	14,1
	Total	100,0	100,0	100,0

Teste:  $\chi^2(4) = 4,481$ ;  $p = 0,345$ ;

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p > 0,05$ )

### 6.3.2 - Profissão dos pais

Um dos indicadores da avaliação da situação económica de um indivíduo é a sua situação profissional, pelo facto de, “usualmente, se associar capital económico, capital cultural, condições de vida e profissão e de esta ser determinante do seu nível salarial” (Cabrito, 2002, p. 131).

As respostas dos estudantes em relação à profissão dos pais (pai e mãe) foram enquadradas em 10 categorias socioprofissionais (dos ativos), de acordo com a classificação nacional das profissões (INE, 2009). Encontrou-se no seio

das respostas os desempregados (inativos) e alguns estudantes que não souberam/não responderam quais as profissões dos seus pais.

O quadro 22 revela a distribuição das respostas dos estudantes a cerca da situação profissional, dos seus pais, incluindo tanto a situação dos ativos como dos inativos, bem como as respostas daqueles que desconhecem as atividades dos seus pais. A análise dos dados do quadro 22, reflete uma estrutura bastante desigual da participação dos dois sexos na atividade produtiva. Por um lado, os progenitores de sexo feminino ocupam uma proporção maior de lugares em relação aos do sexo masculino, nas seguintes profissões: “profissões elementares” (mãe 25,8% e pai 25,1%); “técnicos e profissionais de nível intermédio” (mãe 13,7% e pai 7,7%), “pessoal administrativo” (mãe 20,7% e pai 15,3%) e “pessoal dos serviços e vendedores” (mãe 23,0% e pai 22,3%). Por outro lado, nas profissões que se seguem, a percentagem dos progenitores do sexo masculino é maior: “profissões especificamente militares” (pai 1,9% e mãe 0,8%); “especialistas das atividades intelectuais e científicos” (pai 6,1% e mãe 3,2%); “representante dos poderes legislativos, executivos, diretores, gestores executivos” (pai 3,0% e mãe 1,5%); “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” (pai 10,1% e mãe 5,8%); “operários, artífices e trabalhadores similares” (pai 1,5% e mãe 0,7%); “operadores de instalações de máquinas e trabalhos de montagem” (pai 1,5% e mãe 0,2%) e nas “outras” profissões (pai 2,6% e mãe 0,4%).

As mães ocupam maior percentagem no seio dos inativos (mãe 2,7% e pai 2,0%). Os progenitores do sexo masculino destacam-se no seio dos estudantes que desconhecem a profissão dos seus pais (pai 0,9 e mãe 0,3%). Este resultado deixa transparecer a existência de um grande número de famílias monoparentais, tendo as mães como chefes de família.

Conclui-se que, em termos relativos, a maior percentagem de indivíduos a desempenhar funções de elevado nível de responsabilidade recai sobre os homens. As mulheres destacam-se nas funções de execução. Os resultados das respostas



dos estudantes confirmam a teoria de Blackman (1987), segundo o qual, existe uma relação entre a “profissão” e o “sexo”, dos progenitores e existe algumas profissões até esta dominadas pelo sexo masculino e outras pelo sexo feminino.

**Quadro 22 - Profissão dos pais dos estudantes**

Categoria de profissão	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Especificamente militar	17	1,9	7	,8
Profissões elementares	229	25,1	236	25,8
Representantes dos poderes legislativos, executivos, diretores e gestores executivos	27	3,0	14	1,5
Especialistas das atividades intelectuais e científicos	56	6,1	29	3,2
Técnicos e profissionais de nível intermédio	70	7,7	125	13,7
Pessoal administrativo	140	15,3	189	20,7
Pessoal dos serviços e vendedores	204	22,3	210	23,0
Agricultor e trabalhador qualificado da agricultura da pesca e da floresta	92	10,1	53	5,8
Operários, artífices e trabalhadores similares	14	1,5	6	,7
Operadores de instalações de máquinas e trabalhos de montagem	14	1,5	2	,2
Desempregados	18	2,0	25	2,7
Outras	24	2,6	4	,4
Não Sabe/Não Respondeu	8	,9	3	,3
Total	913	100,0	913	100,0

Os resultados sobre o nível de ensino dos pais dos estudantes refletem nas profissões que desempenham, ou seja, maiores níveis de ensino podem proporcionar níveis mais elevados de empregabilidade, em alguns setores.

Dáí que, se cruzou as variáveis “nível de educação dos pais” e “profissão dos pais”, como se pode ver nos quadros 23 e 24, conforme as respostas dos estudantes.

O quadro 23 ilustra que, o “pai” com nível “básico” se encontra em maior número percentual em “profissões elementares” (47,0%), em “ pessoal dos serviços e vendedores” (22,9%) e em “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” (16,2%). O “pai” com nível secundário encontra-se na categoria de “pessoal dos serviços e vendedores” em maior número (31,5%), na sequência, as “profissões elementares” (23,8%) e “pessoal administrativo” (22,6%). Com o nível “médio/profissional”, o “pai” destaca-se na categoria de “técnicos e profissões de nível intermédio” (42,4%), seguido de “pessoal administrativo” (23,7%) e “pessoal dos serviços e vendedores” (22,0%).

De realçar que, o “pai” com o nível “superior” destaca-se na categoria de “especialistas das atividades intelectuais e científicos (25,7%), seguido de “técnicos e profissionais de nível intermédio” (22,9%) e “pessoal administrativo” (15,7%).

É de notar que, o “pai” com nível superior aparece nas categorias de “operadores de instalações de máquinas e trabalhos de montagem”. O “pai” que não completou o ensino básico e/ou não possui nenhum nível aparece em maior percentagem nas categorias de “pessoal dos serviços e vendedores” (27,3%) e “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” (27,3%).

Segundo os dados do Censo 2010 (INE, 2012), os homens destacam-se como militares, operários e operadores de máquinas, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, bem como em posições de decisão, técnicos e profissionais intermédios.

**Quadro 23 - Distribuição das respostas por nível de ensino e profissão do pai**

Categoria de profissões	Nível de ensino do Pai						Total
	Básico	Secundário	Médio/ Profissional	Superior	Nenhum/ Não completou o Básico	Não sabe/Não respondeu	
Especificamente militar	,8	4,2		5,0		,4	1,9
Profissões elementares	47,0	23,8		,7	21,2	22,7	25,1
Representante dos poderes legislativos, executivos, diretores, gestores executivos			1,7	17,1		,8	3,0
Especialistas das atividades intelectuais e científicos	1,1	1,2	5,1	25,7		4,9	6,1
Técnicos e profissionais de nível intermédio	,8	,6	42,4	22,9		4,0	7,7
Pessoal Administrativo	3,8	22,6	23,7	15,7	9,1	21,5	15,3
Pessoal dos serviços e vendedores	22,9	31,5	22,0	2,9	27,3	26,7	22,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	16,2	7,7		1,4	27,3	10,1	10,1
Operários, artífices e trabalhadores similares	,4	3,0	1,7	2,1		1,6	1,5
Operadores de instalações de máquinas e trabalhos de montagem		1,2	3,4	6,4		,4	1,5
Desempregado	3,4	1,8			3,0	2,0	2,0
Outras	4,1	1,8			12,1	2,4	2,6
Não Sabe/Não respondeu	,4	,6				2,4	,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00

O quadro 24 apresenta a distribuição das respostas, dos estudantes, do cruzamento das duas variáveis: “nível de ensino da mãe” e “profissão da mãe”. As mães com o nível de ensino “básico” encontram-se em maior número percentual nas categorias de “profissões elementares” (37,3%), “pessoal de serviços e vendedores” (28,0%) e “pessoal administrativo” (13,1%). Com o nível secundário destacam-se nas “profissões elementares” (30,2%), “pessoal de serviços e vendedores” (29,0%) e “pessoal administrativo” (21,8%). Com o nível médio/profissional tiveram mais destaque nas categorias de “técnicos e profissionais de nível intermédio” (41,4%), “pessoal administrativo” (33,6%) e “pessoal de serviços e vendedores” (10,7%). Com o nível superior concentraram-se em maior número nas categorias “técnicos e profissionais de nível intermédio” (43,4%), “pessoal administrativo” (25,6%) e “pessoal de serviços e vendedores” (10,1%). No grupo das mães que não completaram o ensino básico ou que não possuem nenhum nível destacam-se as categorias de “profissões elementares (52,7%) e “pessoal de serviços e vendedores” (20,0%).

A situação profissional dos pais (“pai e mãe”) dos estudantes do ensino superior é desigual. Contudo, iguais profissões são ocupadas em maior percentagem por ambos os progenitores, com igual nível de responsabilidade, prestígio da profissão e o nível de escolaridade exigido confirmando a teoria de capital humano, conforme a distribuição das respostas dos quadros 26 e 27, como por exemplo: nas “profissões elementares” (pai 25,1% e mãe 25,8%), “pessoal dos serviços e vendedores” (pai 22,3% e mãe 23,0%) e “pessoal administrativo” (pai 15,3% e mãe 20,7%). Assim, os pais (pai e mãe) com o nível básico se encontram nas “profissões elementares”, “pessoal de serviços e vendedores” e “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”; com nível secundário em “profissões elementares”, “pessoal administrativos” e “pessoal de serviços e vendedores”; com o nível médio/profissional em “técnicos e profissionais de nível intermédio” e “pessoal de serviços e vendedores”; com o nível superior em “técnicos e profissionais de nível intermédio” e “pessoal administrativo”.

**Quadro 24 - Distribuição das respostas por nível de ensino e profissão da mãe**

Categoria de profissões	Nível de ensino da mãe					Total
	Básico	Secundário	Médio/ Profissional	Superior	Nenhum/ Não completou o Básico	
Especificamente militar		,6	2,1	1,6		,8
Profissões elementares	37,3	30,2	3,6	3,9	52,7	25,8
Representante dos poderes legislativos, executivos, diretores, gestores executivos	1,1	,9	1,4	4,7		1,5
Especialistas das atividades intelectuais e científicos	,7	2,8	2,9	9,3	3,6	3,2
Técnicos e profissionais de nível intermédio	,4	3,1	41,4	43,4		13,7
Pessoal Administrativo	13,1	21,8	33,6	25,6	7,3	20,7
Pessoal dos Serviços e vendedores	28,0	29,9	10,7	10,1	20,0	23,0
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	11,9	5,6		1,6	1,8	5,8
Operários, artífices e trabalhadores similares	1,5	,3	,7			,7
Operadores de instalações de máquinas e trabalhos de montagem	,4		,7			,2
Desempregada	4,5	4,0				2,7
Outras	,4		,7		3,6	,4
Não Sabe/Não respondeu	,7	,6	2,1		10,9	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A nível nacional, a presença das mulheres é mais elevada em atividades de comércio e serviços, administração, profissões elementares e atividades intelectuais e científicas (INE, 2012). Assim sendo, os resultados das respostas apresentadas, pelos estudantes, em relação às profissões das mães, vão ao encontro dos dados do INE (2012), excepto na categoria de “atividades intelectuais e científicas”.

Segundo os dados estatísticos relativos a 2015, taxa de desemprego nas mulheres (11,2%) é inferior à dos homens (13,5%). As mulheres representam 58,8% das pessoas que trabalham no sector informal e 55,8% no sector terciário. Em média as mulheres dedicam 9 horas diárias ao trabalho doméstico e os homens cerca de 5 horas (INE, 2016).

### 6.3.3 - Nível de rendimento dos pais

O rendimento foi estruturado, por estimativa, em quatro níveis: alto (151.000\$00 ou superior); médio (61.000\$00 a 150.000\$00); baixo (31.000\$00 a 60.000\$00) e muito baixo (até 30.000\$00), conforme o gráfico 5.

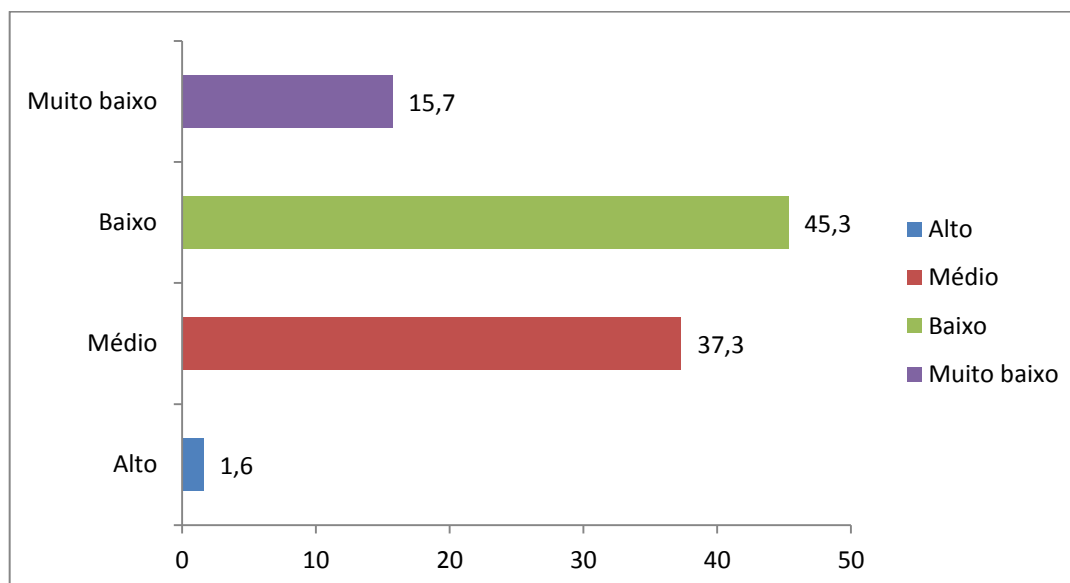


Gráfico 4 - Distribuição dos estudantes, por rendimento do agregado familiar

Questionados sobre o nível de rendimento dos seus pais, 15,7% dos estudantes incluíram o rendimento dos mesmos no nível “muito baixo”, 45,3% no nível “baixo”, 37,4% no nível médio e 1,6% no nível “alto”, o que significa que 61% dos estudantes afirmaram que os seus pais têm um rendimento “baixo” ou “muito baixo” (gráfico 5).

Da análise comparativa feita entre o nível de rendimento dos pais e o tipo de instituição que os estudantes frequentavam, constatou-se que, tanto no público como no privado os pais dos estudantes se enquadraram em maior número percentual no nível baixo (44,6% dos estudantes do público e 45,7% do privado). Segue-se o nível médio, nos dois tipos de ensino, com uma diferença percentual de 9,1% a favor dos pais do ensino privado, o que efetivamente traduz que, os pais dos estudantes do ensino privado (40,4%), apresentaram melhores níveis de rendimento nesta categoria (nível médio) do que os pais dos estudantes do ensino público (31,3%), conforme o quadro 25.

**Quadro 25 - Distribuição dos alunos por tipo de ensino e nível de rendimento dos pais**

	Tipo de instituição		
	Público	Privado	Total
Alto	,7	2,1	1,6
Médio	31,3	40,4	37,3
Baixo	44,6	45,7	45,3
Muito Baixo	23,5	11,7	15,7
Total	100,0	100,0	100,0

Teste:  $\chi^2(3) = 25,318$ ;  $p = 0,000$

Interpretação: As diferenças são estatisticamente significativas ( $p < 0,05$ )

Pode-se constatar, ainda, no mesmo quadro que, no nível de rendimento “muito baixo”, existe uma diferença percentual, aproximadamente, de 14%,

tendo os pais dos estudantes das instituições públicas maior prevalência (23,5%) do que os do privado (11,7%). Uma minoria dos estudantes afirmou que, o nível de rendimento dos seus pais se situava no nível alto (1,6%). Entre os ensinos públicos (0,7%) e os privados (2,1%), verificou-se uma diferença de 1,4%, no nível “alto”. De um modo geral, a diferença das respostas dos estudantes em relação ao nível de rendimento dos seus pais, nos dois tipos de instituição, é significativa, tendo em conta o teste de qui-quadrado.

Ao cruzar as variáveis “rendimento do agregado familiar” e “beneficiários de apoios sociais” contactou-se que, do total de 22,1% dos que foram beneficiados apoios sociais (bolsas e/ou subsídios), 34,3% pertencem ao nível “muito baixo”, 24,9% ao nível “baixo”, 14,4% ao nível “médio” e 6,7% ao nível “alto”. Estes resultados levam a crer que, à medida que aumenta o nível de rendimento dos pais, a percentagem de estudantes beneficiados diminui. Isso acontece, em parte, devido às políticas de financiamento de apoios sociais praticadas, no país, que baseiam sobretudo no financiamento dos estudantes provenientes de famílias com rendimentos muito baixo, no equilíbrio regional, no resultado académico do estudante, entre outros fatores (quadro 26).

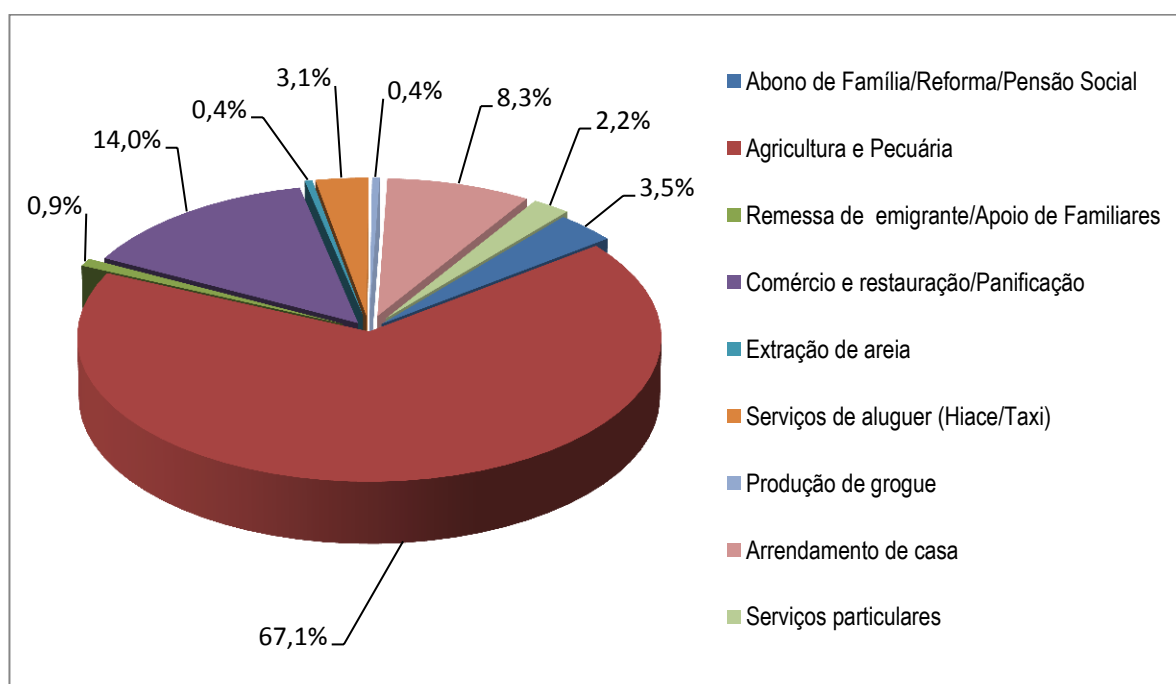
**Quadro 26 - Classificação do rendimento do agregado familiar dos beneficiários de apoios sociais (bolsas de estudo e/ou subsídios)**

Classificação do rendimento do agregado familiar	Recebe apoio social (bolsas de estudo/subsídios)		
	Sim	Não	Total
Alto	6,7	93,3	100,0
Médio	14,4	85,6	100,0
Baixo	24,9	75,1	100,0
Muito Baixo	34,3	65,7	100,0
Total	22,1	79,9	100,0



Uma das questões levantadas, neste estudo, prende-se com outras fontes de rendimento dos pais dos estudantes, além do trabalho fixo. Os resultados apresentados no gráfico 6 ilustram que, cerca de três quartos dos estudantes (75,4%) responderam “sim” e cerca de um quarto respondeu “não” (24,6%).

Dos estudantes que asseguraram que os seus pais possuíam outras fontes de rendimento, 3,5% recebe “abono de família/reforma/pensão social”; 0,9% “remessas de emigrante/apoio de familiares”; 8,3% “arrendamento de casa”, 2,2% “serviços particulares” e 3,1% aluguer (hiace/táxi); 67,1% trabalha na “agricultura e pecuária”; 14,0% no “comércio e restauração/panificação”; 0,4% na “extração de areia”; 0,4% nos “serviços de produção de grogue”, (ilustrados no gráfico 6).



**Gráfico 5 - Outras fontes de rendimento dos pais dos estudantes**

#### **6.4 - Processo de acesso dos estudantes ao ensino superior**

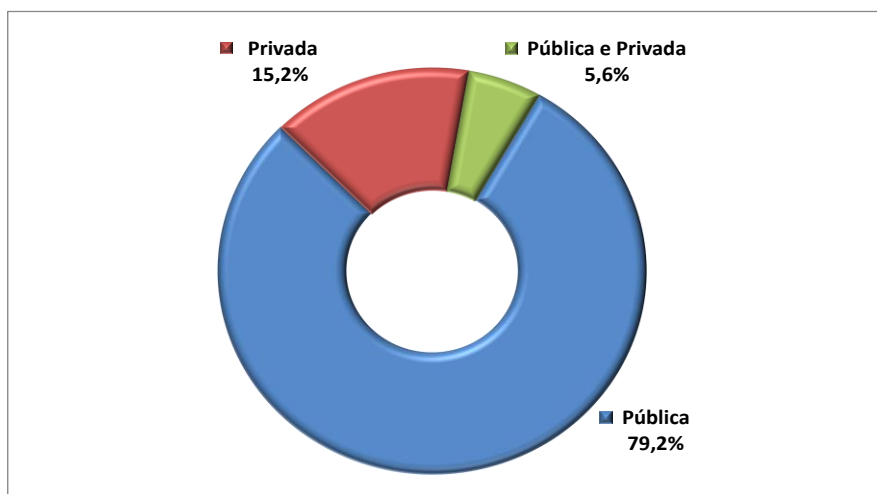
A maioria dos estudantes inquiridos, cerca de 79%, afirmou ter frequentado os estabelecimentos de ensino secundário públicos, 15,2% de ensino secundário privados e 5,6% de ensino secundário públicos e privados, conforme o gráfico 7.

O facto de a maioria dos estudantes ter declarado que, frequentou o ensino secundário público, pode estar relacionado com o valor da propina que é praticado no ensino público (1º ciclo até 1.200\$00; 2º ciclo até 15.000\$00 e 3º ciclo até 18.000\$00 por ano, segundo o decreto-lei nº 18/2002, 19 de agosto), consideravelmente, inferior ao do ensino privado (7º ano 1500\$00; 8º ano 2000\$00; 9º ano 3000\$00, 11º e 12º 4000\$00, por mês).

Ainda, pode-se levar em conta o facto de, em Cabo Verde, os estudantes ao perderem o direito de acesso e permanência no ensino secundário público, querendo continuar os estudos, a única alternativa é ingressarem no ensino secundário privado. Segundo a lei, o ensino é obrigatório até ao 8º ano, mas na prática continua a ser até ao 6º ano de escolaridade, por não ter sido implementada, até à data de realização deste estudo.

O decreto-lei nº 41/2003, de 27 de outubro, regula o acesso e permanência dos alunos no ensino secundário, nos três ciclos. O “aluno que obtenha certificado de conclusão do Ensino Básico pode aceder ao Ensino Secundário desde que não tenha idade superior a 15 (quinze) anos de idade até 31 de Dezembro do ano de matrícula”. Refere ainda que, o aluno pode permanecer no 1º ciclo “até à idade máxima de 17 (dezassete) anos, não podendo ultrapassar o limite de duas reprovações no mesmo ciclo”, a partir do qual não será aceite no ensino público, a não ser alguns casos devidamente analisados pela escola quando houver vaga (Decreto-lei nº 41/2003, artigo 2º).

De realçar que, os alunos que não se enquadram nas normas estabelecidas, no decreto-lei referido anteriormente, podem recorrer ao ensino privado.



**Gráfico 6 - Tipo de escola secundária frequentada pelos estudantes**

O quadro 27 apresenta as respostas em relação ao processo de entrada no ensino superior. Fazendo a análise comparativa entre as respostas dos estudantes das IES públicas e privadas, observa-se no quadro 28 que, os estudantes das instituições públicas conseguiram ingressar no ensino superior, logo que concluíram o ensino secundário, em maior número percentual (77,9%) do que os estudantes das IES privadas (59,4%).

**Quadro 27 - Distribuição das respostas consoante o tipo de ensino e processo de entrada no ensino superior (em percentagem)**

	Entrou diretamente no ensino superior depois de ter terminado o ensino secundário?		
	Sim	Não	Total
Instituição Pública	77,9	22,1	100,0
Instituição Privada	59,4	40,6	100,0
Total	65,6	34,4	100,0

$\chi^2(1)=30,722;p=0,000$

Interpretação: As diferenças são estatisticamente significativas ( $p<0,05$ )

Ao comparar os resultados relativamente à entrada dos estudantes, no ensino superior, verifica-se que não houve diferenças percentuais significativas, na entrada do ensino superior em relação ao sexo, na medida em que 66,3% dos estudantes do sexo feminino e 64,4% do sexo masculino conseguiram entrar, diretamente, no ensino superior, depois de terem terminado o ensino secundário, confirmado pelo teste Mann-Whitney (quadro 28).

**Quadro 28 - Distribuição dos estudantes por sexo e entrada imediata ou não no ensino superior (em percentagem)**

Sexo	Entrou diretamente no ensino superior depois de receber o certificado de ensino secundário?		
	Sim	Não	Total
Feminino	66,3	33,7	100,0
Masculino	64,4	35,6	100,0
Total	65,6	34,4	100,0

Mann-Whitney=94807;  $p=0,550$

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

O cruzamento das respostas dos estudantes dos dois tipos de IES com o tipo de escola secundária que frequentaram, resumidas no quadro 29, indicam que a maioria dos estudantes são provenientes das escolas secundárias públicas, tanto para os das IES públicas (88,6%) como para os das privadas (74,4%).

Dos estudantes das IES públicas, 3,9% frequentaram as escolas secundárias públicas e privadas e os das IES privadas tiveram uma percentagem maior relativamente à proveniência (6,4%). Os estudantes das IES privadas apresentaram uma proveniência muito mais acentuada das escolas secundárias públicas (74,4%) do que os das IES privadas (19,1%).

**Quadro 29 - Distribuição dos alunos por tipo de ensino superior e tipo de escola secundária frequentada (em percentagem)**

IES	Tipo de escola secundária que frequentou?			Total
	Pública	Privada	Pública e Privada	
Pública	88,6	7,5	3,9	100,0
Privada	74,4	19,1	6,4	100,0
Total	79,2	15,2	5,6	100,0

$\chi^2(2)=25,667$ ;  $p=0,000$ .

Interpretação: As diferenças são estatisticamente significativas ( $p<0,05$ )

Analisou-se alguns fatores que poderiam ter influenciado os estudantes na escolha da instituição e do curso, no ensino superior. Foi-lhes pedido que identificassem de entre os quatro fatores, previamente, apresentados, nomeadamente: “família”, “desempenho académico no ensino superior”, “localização da instituição” e a “despesa que a família tinha que suportar”, que são “muito influente”, “influente”, “pouco influente” e “nada influente”. Podiam escolher uma hipótese para cada um dos fatores (quadro 30).

No que concerne aos fatores que influenciaram os estudantes na escolha de instituição e curso no ensino superior, os resultados das respostas do quadro 30 apontam para uma maior influência do fator “despesa que a família tinha que suportar” (51,0%), seguido de “família” (40,9%) e “desempenho académico” (34,8%). O menos mencionado foi “a localização” da instituição de ensino superior (21,1%).

Analisadas as respostas por tipo de instituição, constatou-se que o fator “despesas que a família tinha que suportar” mereceu mais destaque no seio dos estudantes dos dois tipos de instituição (público 53,2% e privado 50,1%). O fator “família” foi mais influente para os estudantes do ensino privado (41,4%) do que do ensino público (39,6%). Já “o desempenho académico no ensino secundário” influenciou mais os estudantes do ensino público (38,8%) do que os

do privado (33,1%). Por último, a localização tem afetado mais os estudantes do privado (22,8%) do que do público (17,3%).

**Quadro 30 - Os fatores que influenciaram a escolha da instituição e do curso, no ensino superior, por tipo de ensino (em percentagem)**

		Tipo de ensino (IES)		
		Pública	Privada	Total
Família	Muito influente	39,6	41,4	40,9
	Influente	27,3	29,1	28,6
	Pouco influente	16,5	12,9	14,0
	Não influente	15,1	15,2	15,1
	Não respondeu	1,5	1,4	1,4
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Desempenho académico no ensino secundário	Muito influente	38,8	33,1	34,8
	Influente	30,9	38,6	36,3
	Pouco influente	18,3	18,6	18,5
	Não influente	8,6	7,9	8,1
	Não respondeu	3,4	1,8	2,3
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Localização da instituição	Muito influente	17,3	22,8	21,1
	Influente	23,0	26,8	25,6
	Pouco influente	27,0	21,6	23,2
	Não influente	28,1	26,9	27,3
	Não respondeu	4,6	1,9	2,7
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
A despesa que a família tinha que suportar	Muito influente	53,2	50,1	51,0
	Influente	32,0	31,7	31,8
	Pouco influente	5,8	8,8	7,9
	Não influente	9,0	8,7	8,8
	Não respondeu		,7	,5
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

De acordo com os resultados resumidos no quadro 31, as respostas dos estudantes, praticamente, não diferem quando perguntados sobre a influência do “status económico da sua família”, na escolha da instituição ou do curso, pois 49,7% responderam “sim”, e 50,3 % “não”.

Portanto, a percentagem dos que foram influenciados pelo “status económico da família”, nas instituições públicas e privadas, rondam, praticamente, a metade dos alunos, com praticamente equilíbrio entre as respostas “sim” (49,7%) e “não” (50,3%).

Comparando as respostas dos estudantes das IES públicas com as das privadas, pode-se dizer que, a influência do status económico da família é maior nas IES públicas (54,2%), pois, as respostas dos estudantes das IES privadas estiveram à volta de 47%.

**Quadro 31 - Influência do status económico da família na escolha da instituição e do curso, no ensino superior, por tipo de ensino (em percentagem)**

	O status económico da família afetou a escolha da instituição ou do curso?		
	Sim	Não	Total
IES Públicas	54,2	45,8	100,0
IES Privadas	47,4	52,6	100,0
Total	49,7	50,3	100,0

$$\chi^2(1)=3,781; p=0,52$$

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

Procurou-se saber como é que o status económico da família afetou a escolha dos estudantes relativamente à instituição e curso. Para isso foi-lhes pedido que pronunciassem sobre o nível de concordância (“concorda em parte”, “concorda”, “discorda”, “discorda em parte” e “não aplicável”) de algumas razões, nomeadamente: “aumentou a sua escolha, porque após ter obtido as qualificações académicas necessárias pôde ir para a instituição que queria (pode pagar)”; “diminui as suas escolhas, porque apenas pôde ir para uma instituição próxima, para continuar a viver em casa”; “diminui a sua escolha, porque apenas pôde ir para uma instituição que lhe ofereceu apoio social (bolsa de

estudo/subsídio)”; “diminui as suas escolhas, porque as suas despesas de educação não podem exceder um certo limite.”

As respostas apresentadas no quadro 32 indicam que, a razão com maior peso percentual é “o status económico da família diminuiu as suas escolhas, porque as suas despesas de educação não podem exceder um certo limite”, com 91,5% de concordância. A seguir destaca-se a razão “diminui as suas escolhas, porque apenas pôde ir para uma instituição próxima, para continuar a viver em casa” com 66,7% das respostas.

**Quadro 32 - Efeito do status económico da família dos estudantes na escolha da instituição e/ou curso**

			Tipo de instituição					
			Pública		Privada		Total	
			N	%	N	%	N	%
Aumentou a sua escolha, porque após ter obtido as qualificações académicas necessárias, pôde ir para a instituição que queria (pode pagar).	Concorda		10	6,0	34	11,6	44	9,6
	Discorda		157	94,0	258	88,4	415	90,6
	<b>Total</b>		<b>167</b>	<b>100,0</b>	<b>292</b>	<b>100,0</b>	<b>459</b>	<b>100,0</b>
Diminui as suas escolhas, porque apenas pôde ir para uma instituição próxima, para continuar a viver em casa.	Concorda		105	62,9	202	68,9	307	66,7
	Discorda		62	37,1	91	31,1	153	33,3
	<b>Total</b>		<b>167</b>	<b>100,0</b>	<b>293</b>	<b>100,0</b>	<b>460</b>	<b>100,0</b>
Diminui a sua escolha, porque apenas pôde ir para uma instituição que lhe ofereceu uma bolsa de estudo/subsídio ou apoio social.	Concorda		7	4,2	13	4,5	20	4,4
	Discorda		160	95,8	279	65,5	439	95,6
	<b>Total</b>		<b>167</b>	<b>100,0</b>	<b>292</b>	<b>100,0</b>	<b>459</b>	<b>100,0</b>
Diminui as suas escolhas, porque as suas despesas de educação não podem exceder um certo limite.	Concorda		158	94,6	262	89,7	420	91,5
	Discorda		9	5,4	30	10,3	39	8,5
	<b>Total</b>		<b>167</b>	<b>100,0</b>	<b>292</b>	<b>100,0</b>	<b>459</b>	<b>100,0</b>



Observa-se que, as razões com menos concordância foram: “aumentou a sua escolha, porque após ter obtido as qualificações académicas necessárias, pôde ir para a instituição que queria (pode pagar) ” com 90,6% de discordância e “diminui a sua escolha, porque apenas pôde ir para uma instituição que lhe ofereceu apoio social (bolsa de estudo/subsídio)” com 95,6% de discordância (Quadro 32).

Questionados se entraram pela primeira vez que se candidataram ao ensino superior, as respostas obtidas, distribuídas no quadro 33, revelam que, a grande maioria do total da amostra conseguiu entrar pela primeira vez (80,4%).

Confrontando as respostas dos dois tipos de ensino superior, verificou-se que, mais da metade dos inqueridos conseguiu entrar no ensino superior pela primeira vez, em ambos os tipos de IES, tendo os do ensino público tido maior facilidade no acesso (81,4% do público contra 79,9% do privado).

**Quadro 33 - Acesso ao ensino superior, por tipo de instituição (em percentagem)**

	Entrou pela primeira vez que se candidatou ao ensino superior?		
	Sim	Não	Total
Instituição Pública	81,4	18,6	100,0
Instituição Privada	79,9	20,1	100,0
Total	80,4	19,6	100,0

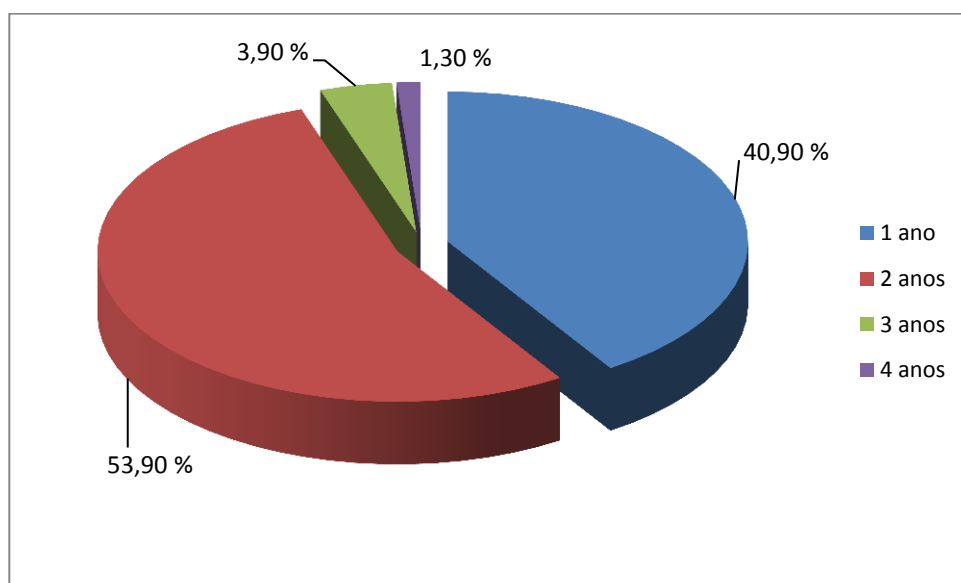
$X^2(1)=0,317$ ;  $p=0,574$

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

Foi perguntado aos estudantes se o seu sexo teve impacto nas suas escolhas de IES e curso, a resposta foi “não”, na generalidade. Este resultado deixa transparecer o facto de que na sociedade cabo-verdiana os cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior são voltados para estudantes de

ambos os sexos. O mesmo se pode dizer quanto à oferta de emprego, em que ambos podem concorrer. Portanto, pode-se dizer que não existe discriminação entre dos sexos dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior, nem nos cursos.

Dos estudantes que não conseguiram entrar pela primeira vez, pretendeu-se saber quantas vezes já o tinham feito. Notou-se que, a maioria entrou na segunda candidatura (53,9%), seguido daqueles que conseguiram na terceira tentativa (3,9%) e quarta vez (1,3%). Concluiu-se que, em média, os estudantes levaram cerca de 2 anos entre o processo de candidatura e a entrada no ensino superior (conforme a distribuição das respostas no gráfico 8).



**Gráfico 7 - Número de anos em que os estudantes que não entraram no ensino superior, à primeir vez, repetiram a candidatura (em percentagem)**

Em Cabo Verde, a entrada no ensino superior obedece ao cumprimento da legislação nacional. Algumas instituições realizam concurso público de acesso ao ensino superior, cumprindo o Decreto-Lei n.º 22/2012, que define o Regime

de Graus e Diplomas do Ensino Superior, publicado no Boletim Oficial nº 46, Iª Série, de 7 de agosto de 2012, que estabelece, no artigo 15º, as regras de acesso e ingresso ao ciclo de estudos conducentes ao grau de licenciatura.

Além do certificado do ensino secundário, como sendo uma das habilitações requeridas para o acesso ao ensino superior, o referido artigo (na alínea b), concede a possibilidade aos indivíduos maiores de 25 anos que, não sendo titulares da habilitação necessárias de acesso ao ensino superior, de fazerem a prova de capacidade de frequência através da realização de provas especiais de aptidão organizadas pelos estabelecimentos de ensino superior. Ainda, admite a candidatura (alínea c) dos titulares de um Diploma de Estudos Superiores Profissionalizantes [DESP].

Atesta-se que, existem diferenças nas respostas dos estudantes relativamente à escolha do estabelecimento de ensino e do curso que frequentam, como se observa no quadro 34. Do total da amostra, 37,5% dos estudantes do ensino público e 62,5% do privado, estavam a frequentar, no ano letivo 2014/2015, o estabelecimento de ensino que escolheram em 1ª opção.

**Quadro 34 - Situação dos estudantes face à escolha do curso e estabelecimento de ensino que frequenta como 1ª opção, por tipo de instituição**

			Tipo de instituição		
			Pública	Privada	Total
O estabelecimento de ensino que frequenta foi a sua 1ª opção?	Sim	%	37,5	62,5	100,0
	Não	%	29,1	70,9	100,0
O curso que frequenta foi a sua 1ª opção?	Sim	%	36,0	64,0	100,0
	Não	%	30,9	69,1	100,0

Em relação ao curso, 36,0% dos estudantes do ensino público e 64,0% dos do ensino privado encontravam-se no curso que escolheram em 1ª opção. 37,5% dos estudantes do público e 62,5% dos do privado encontram-se em estabelecimentos que escolheram em primeira opção (quadro 34).

Procurou-se saber quais as razões que impediram os estudantes de entrarem no ensino superior, logo após a conclusão do ensino secundário. Foram apresentadas algumas razões que, provavelmente justificariam a situação, nomeadamente: “não passou no concurso de admissão ao ensino superior”, “não tinha o curso que desejava”, “não tinha dinheiro para cobrir as despesas”, “queria trabalhar primeiro”, “não queria estudar”, “não entrou devido a razões profissionais”, “os seus pais não permitiram”, “dificuldades em deslocar-se à casa depois das aulas”. Os estudantes apontaram o grau de importância de cada uma das razões, sendo as respostas distribuídas no quadro 35.

Apurou-se que, das razões propostas, três foram mais apontadas pelos estudantes inquiridos e consideradas “muito importante” ou “importante”, a saber: “não tinha dinheiro para cobrir as despesas”, respondido por cerca de 90%; “queria trabalhar primeiro”, afirmado por cerca de 77% e “dificuldades em deslocar-se à casa depois das aulas”, declarado por cerca de 62%.

As duas primeiras causas prendem-se, de alguma forma, com problemas financeiros por parte dos estudantes inquiridos e a terceira com problemas de transporte.

**Quadro 35 - Razões por não ter entrado no ensino superior de acordo com o grau de importância**

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Não respondeu	Total
Não passou no concurso de admissão ao ensino superior.	1,0	1,6	7,3	90,1		100,0
Não tinha o curso que desejava.	4,2	6,7	42,5	46,6		100,0
Não tinha dinheiro para cobrir as despesas.	47,1	42,4	7,6	2,5	,4	100,0
Queria trabalhar primeiro.	26,4	51,0	5,4	17,2		100,0
Não queria estudar.	5,7	3,2	22,6	68,2	,3	100,0
Não entrou devido a razões profissionais.	3,8	8,9	22,6	64,3	,4	100,0
Os seus pais não permitiram.	3,5	6,4	45,5	41,4	3,2	100,0
Dificuldades em deslocar-se à casa depois das aulas.	22,3	39,5	15,0	23,2		100,0

Foi perguntado aos estudantes inquiridos, se não tivessem ingressado no ensino superior, qual a probabilidade de se encontrarem em cada uma das situações apontadas no quadro 36: “estaria empregada”, “estaria a frequentar outra modalidade de formação”, “teria montado um negócio por conta própria” ou se “estaria em casa sem trabalhar, nem estudar”. Deviam escolher uma opção em cada coluna. Verificou-se que, cerca de 42% dos estudantes inquiridos consideram que é “muito provável” e “provável” que estariam empregados, caso não estivessem no ensino superior. Mais da metade dos estudantes (cerca de 60%) afirmaram que, era “pouco provável” e mesmo “nada provável” que estivessem empregados. Quanto à probabilidade “estaria a frequentar outra

modalidade de formação”, cerca de 80% dos estudantes aceitaram ser “muito provável” ou “provável”.

**Quadro 36 - Probabilidade de se encontrar numa das situações apontadas, num cenário de não entrada no ensino superior**

Situações	Muito Provável	Provável	Pouco Provável	Nada Provável
Estaria empregada	5,9	35,8	39,8	18,5
Estaria a frequentar outra modalidade de formação	37,0	42,8	13,6	6,6
Teria montado um negócio por conta própria	6,8	19,5	32,1	41,6
Estaria em casa sem trabalhar, nem estudar	4,8	18,2	35,2	41,8

Num cenário de não entrada no ensino superior, a probabilidade de montar um negócio por conta própria é, na opinião de cerca de 74% dos estudantes inquiridos, muito baixa: “pouco provável” ou “nada provável” tal hipótese. Contudo, uma percentagem muito elevada de estudantes inquiridos (cerca de 77%) rejeitou a possibilidade de estarem em casa sem trabalhar nem estudar, caso não estivesse no ensino superior. Portanto, a esperança e a vontade de estudar e trabalhar é notório no seio dos estudantes, mesmo sem terem condições financeiras para custearem todas as despesas escolares.

#### **6.4.1 - O acesso ao ensino superior e a probabilidade da oscilação do valor da propina**

Partindo da hipótese de haver aumento do valor da propina até 50% ou mesmo superior a 50%, foi perguntado aos estudantes em qual da situação seguinte encontraria: “obteria um empréstimo, caso fosse possível”, “começaria

a trabalhar ou trabalharia mais”, “cancelaria a matrícula” ou “desistiria”, com o objetivo de conhecer o impacto da oscilação no comportamento dos estudantes.

Conforme o quadro 37, no caso de haver um aumento do valor da propina até 50% do valor atual da propina, as respostas apontam para que mais da metade dos estudantes, cerca de 66%, começar a trabalhar ou aumentar o tempo de trabalho como sendo “muito provável” ou “provável”. Em relação à “obtenção de um empréstimo, caso fosse possível”, metade dos estudantes inquiridos respondeu “muito provável” ou “provável”, o que significa que, caso fosse possível, obteriam um empréstimo, demonstrando a vontade de continuar os estudos. Essa vontade dos cabo-verdianos estudarem e continuarem os estudos já tinha sido constado nos estudos realizados pelo Banco Mundial (2012).

**Quadro 37 - Probabilidade dos estudantes se encontrarem numa das situações indicadas, com um aumento de até 50% do valor atual da propina (em percentagem)**

Situação	Com um aumento de até 50% do valor da propina					Total
	Muito Provável	Provável	Pouco Provável	Improvável	NR	
Obteria um empréstimo, caso fosse possível	15,8	34,0	25,7	23,5	1,0	100,0
Começaria a trabalhar ou trabalharia mais	19,7	46,3	21,9	11,3	,8	100,0
Cancelaria a matrícula para trabalhar.	15,6	27,4	36,2	19,8	1,0	100,0
Desistiria	20,2	13,2	17,4	48,4	,8	100,0

NR: Não Respondeu

A probabilidade de cancelar a matrícula para trabalhar foi respondido por 15,6% dos estudantes como sendo “muito provável”, 27,4% “provável”, 36,2% “pouco provável”, 19,8% “improvável” e 1% não respondeu. A probabilidade de desistir do curso foi respondido por 20,2% como “muito provável”, 13,2%

“provável”, 17,4% “pouco provável”, 48,4% “improvável” e 0,8% não respondeu. Portanto, a vontade de estudar prevalece mesmo com um aumento de 50% do valor das propinas (quadro 37).

Com um aumento em mais de 50% do valor atual de propina, as respostas foram enquadradas na possibilidade de haver uma desistência no público, com cerca de 96% dos estudantes. O mesmo acontece com o privado, em que cerca de 93% enquadraram as respostas na possibilidade “desistiria”, em “muito provável” e “provável”. Apenas 5,4 % das respostas enquadraram-se na probabilidade de desistência em “pouco provável” e 0,2% em “improvável”, conforme os resultados apresentados no quadro 38.

**Quadro 38 - Probabilidade dos estudantes se encontrarem numa das situações indicadas, com um aumento em mais de 50% do valor atual da propina, por tipo de ensino superior (em percentagem)**

Com um aumento do valor da propina em mais de 50%		Tipo de Instituição		
		Público	Privado	Total
Desistiria	Muito provável	30,6	40,5	37,5
	Provável	65,8	52,8	56,7
	Pouco provável	3,6	6,1	5,4
	Improvável		,3	,2
	Não Respondeu		,3	,2
<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

De seguida, pretendeu-se saber a opinião dos estudantes no caso da igualdade do valor da propina praticada entre as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, se escolheriam e/ou permaneceriam ou não na mesma instituição. As respostas estão indicadas no quadro 39, segundo a qual, cerca de 24% dos estudantes inquiridos escolheria as IES públicas e, residualmente, 0,3% escolheriam as IES privadas.



**Quadro 39 - Que tipo de IES escolheria caso o valor da propina fosse igual**

	Frequência	Percentagem
Escolheria a IES Pública	220	24,1
Escolheria a IES Privada	3	,3
Permaneceria na IES pública	354	38,8
Permaneceria na IES privada	336	36,8
Total	913	100,0

$\chi^2(3)=342$ ,  $p=0,000$

Interpretação: As diferenças são estatisticamente significativas ( $p<0,05$ )

Quanto à permanência, as respostas situaram-se em 38,8% para os que permaneceriam na IES pública e 36,8% para aqueles que permaneceriam na IES privada. Segue-se 24,1% dos estudantes que escolheriam a IES pública e 0,3% a privada. Em termos de significância, os resultados obtidos revelam-se estatisticamente significativos, o que dá sinais de que há diferenças entre as respostas dos estudantes que escolheriam o público ou o privado, se as propinas fossem iguais.

## 6.5 - Situação laboral do estudante

Quanto à situação laboral dos estudantes, no ano letivo anterior, concluiu-se que, mais da metade dos estudantes não trabalharam e 22,2% estiveram empregados, no último ano, sendo destes, 21,8% pertencentes às instituições de ensino superior públicas e 22,4% às privadas. Os estudantes das instituições privadas (21,8%) têm uma taxa de ocupação mais elevada do que os estudantes das instituições públicas (22,4%), mas as diferenças estatísticas entre a ocupação dos estudantes do ensino público e do privado não são estatisticamente significativas, conforme os resultados do teste qui-quadrado (quadro 40).

**Quadro 40 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação em relação ao emprego (em percentagem)**

	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano escolar?		
	Sim	Não	Total
Instituições Públicas	21,8	78,2	100,0
Instituições Privadas	22,4	77,6	100,0
Total	22,2	77,8	100,0

$\chi^2(1)=0,45$ ;  $p=0,832$

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

Ao comparar a faixa etária dos estudantes com a situação laboral, vê-se na distribuição das respostas do quadro 41 que, 61,4% dos estudantes com idade compreendida entre 21 a 25 anos não trabalharam e 28,5% dos com até 20 anos, também, não trabalharam, perfazendo um total de 89,9% de estudantes que não trabalharam nessas duas faixas etárias.

Na faixa etária dos 26 a 30 anos, 8,3% dos estudantes responderam que não trabalharam e 1,8% dos estudantes com idade superior a 30 anos não estiveram empregados, no último ano escolar.

Os estudantes com idade superior a 21 anos estiveram mais ocupados, no ano académico anterior, com cerca de 97%. Portanto, os mais jovens, com idade inferior a 21 anos, segundo as respostas dadas, estiveram menos ocupados do que os restantes estudantes, no último ano escolar.

O teste qui-quadrado comprova que, existem diferenças estatísticas significativas nas respostas dadas no cruzamento das variáveis “faixa etária” e a “situação laboral, no último ano letivo”, pelos estudantes.

**Quadro 41 - Situação de emprego, no último ano escolar, por faixa etária (em percentagem)**

		Esteve empregado durante o período relativo ao último ano escolar		
		Sim	Não	Total
Faixa etária	Até 20 anos	2,9	28,5	22,8
	21 a 25 anos	32,4	61,4	54,9
	26 a 30 anos	41,2	8,3	15,7
	>30 anos	23,6	1,8	6,7
	Total	100,0	100,0	100

$\chi^2(3)=292,548$ ;  $p=0,000$

Interpretação: As diferenças são estatisticamente significativas ( $p<0,05$ )

O quadro 42 apresenta a distribuição das respostas dos estudantes perante a situação de emprego, por sexo, no último ano escolar. Cerca de 22% das meninas e 23,4% dos rapazes trabalharam. As diferenças entre os estudantes dos dois sexos, em relação à situação de emprego, durante o último ano escolar, não são estatisticamente significativas, confirmada pelo teste qui-quadrado.

**Quadro 42 - Situação de emprego por sexo, no último ano escolar (em percentagem)**

	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano escolar?		
	Sim	Não	Total
Feminino	21,8	78,2	100,0
Masculino	23,4	76,6	100,0
Total	22,3	77,7	100,0

Teste qui-quadrado:  $\chi^2(1)=0,205$ ;  $p=0,651$

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

Nota-se no quadro 43 que, são os estudantes provenientes de famílias com “baixos” rendimentos os que mais se encontravam a trabalhar (23,7%). Segue-se os provenientes de famílias com rendimentos “muito baixos” (22,4%), os com rendimento “médio” (20,5%) e, por último, os que incluíram os pais na classe de famílias com “alto” rendimento (20,0%). Os que possuem rendimentos mais altos trabalharam menos (20,0%) do que os que possuem rendimentos “médios” (20,5%), “baixo” (23,7%) e “muito baixo” (22,4%). A diferença entre as respostas dos estudantes, em relação às variáveis “esteve empregado durante o período relativo ao último ano escolar” e o “nível de rendimento dos pais” não são estatisticamente significativas (quadro 43).

**Quadro 43 - Situação de emprego, no último ano escolar, por tipo de rendimento familiar (em percentagem)**

	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano escolar		
	Sim	Não	Total
Alto	20,0	80,0	100,0
Médio	20,5	79,5	100,0
Baixo	23,7	76,3	100,0
Muito baixo	22,4	77,6	100,0
Total	22,2	77,8	100,0

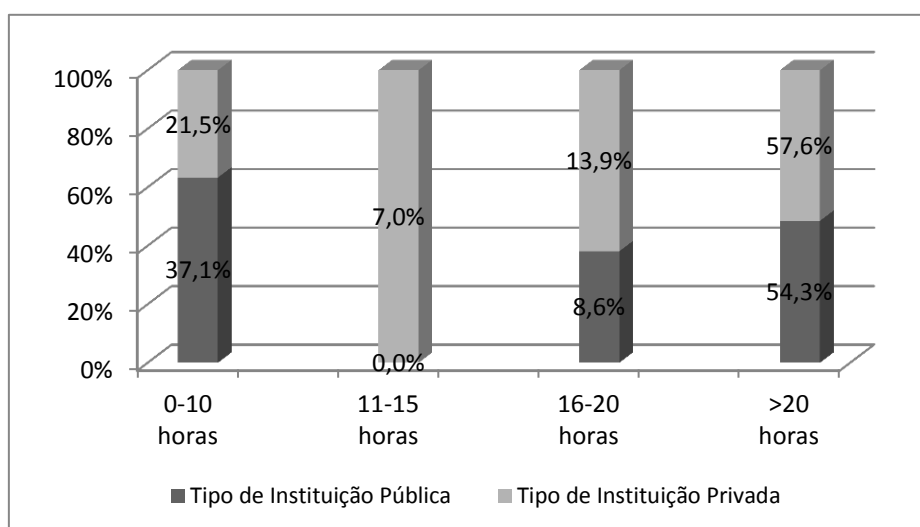
$\chi^2(3)=1,114$ ;  $p=0,774$

Interpretação: As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ )

Dos 197 estudantes que afirmaram terem trabalhado, no último ano escolar, as respostas em relação ao tempo de trabalho semanal foi o seguinte: entre “0 -10 horas” trabalharam 37,1% de estudantes pertencentes ao ensino público e 21,5% do privado; entre “11-15 horas” trabalharam 7,0% dos estudantes do ensino privado e nenhum do público; entre “16-20 horas” trabalharam 8,6% dos estudantes do ensino público e 13,9% do privado”;

superior a 20 horas trabalhou 54,3% dos estudantes do público e 57,6% do privado, conforme o gráfico 10.

Nos dois tipos de ensino, público e privado, prevalecem as respostas dos estudantes que trabalharam mais de 20 horas semanais, com maior incidência de respostas para os estudantes do ensino superior privado, (57,6% do privado contra 54,3% do público).



**Gráfico 8 - Número de horas por semana que os estudantes trabalharam**

Foi pedido aos estudantes que trabalharam, durante o último ano escolar, que dessem a sua opinião sobre as consequências que o facto de trabalharem, no último ano, poderia ter na sua progressão académica e de vida.

Relativamente às questões colocadas, os resultados do quadro 44 indicam que, os estudantes concordaram com maior peso percentual (“concordo”) que o facto de terem de trabalhar afeta o período de término dos estudos, pois cerca de 53% dos estudantes concordaram que “poderia terminar os estudos mais rapidamente, se não tivessem que trabalhar”.

**Quadro 44 - Opinião dos estudantes que trabalharam no último ano escolar e consequências desse facto na vida académica (em percentagem)**

Consequências	Opinião	%
Poderia terminar os estudos mais rapidamente, se não tivesse que trabalhar	Concorda em parte	17,30
	Concorda	53,10
	Discorda em parte	15,80
	Discorda	2,00
	Não se aplica	5,60
	Não respondeu	6,10
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Poderia ter mais aulas, se não tivesse que trabalhar	Concorda em parte	18,90
	Concorda	39,30
	Discorda em parte	5,10
	Discorda	5,60
	Não se aplica	23,00
	Não respondeu	8,20
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Poderia ter melhores notas se não tivesse que trabalhar	Concorda em parte	19,90
	Concorda	53,10
	Discorda em parte	17,90
	Discorda	1,50
	Não se aplica	4,60
	Não respondeu	3,10
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Se não tivesse trabalhado, não poderia estar na universidade de maneira nenhuma	Concorda em parte	13,80
	Concorda	34,70
	Discorda em parte	13,30
	Discorda	7,70
	Não se aplica	24,50
	Não respondeu	6,10
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Não tem que contrair empréstimo desde que trabalhe	Concorda em parte	12,20
	Concorda	18,90
	Discorda em parte	26,50
	Discorda	14,80
	Não se aplica	18,40
	Não respondeu	9,20
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
A experiência de trabalho irá ajudar-lhe a obter uma ocupação, após a conclusão do curso	Concorda em parte	28,10
	Concorda	53,60
	Discorda em parte	4,10
	Discorda	2,60
	Não se aplica	6,10
	Não respondeu	5,60
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Poderia participar em mais atividades extracurriculares, se não tivesse que trabalhar	Concorda	5,10
	Discorda em parte	94,90
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>

As respostas sobre os dois impactos, “poderia ter melhores notas se não tivesse que trabalhar” e “a experiência de trabalho irá ajudar-lhe a obter uma ocupação, após a conclusão do curso”, rondaram os 53%. Verificou-se que, 94,9% dos estudantes “discordaram em parte” que “poderia participar em mais atividades extracurriculares, se não tivessem que trabalhar”.

Em relação ao rendimento auferido pelos estudantes que trabalharam, no último ano escolar, constatou-se que, o valor mensal não ultrapassou os 100.000\$00 mensais, para estudantes de ambas as instituições. 31,5% dos estudantes que trabalharam receberam até 50.000\$00 e 33,3% entre 51.000\$00 a 100.000\$00. Não houve nenhum estudante que tenha auferido valor superior a 100.000\$00 mensais, nesse período (ver o quadro 45).

Os estudantes das instituições privadas trabalharam mais e chegaram a receber mais (68,5%), do que os estudantes das instituições públicas na tabela salarial até 50.000\$00, cujas respostas tiveram 31,8% da amostra.

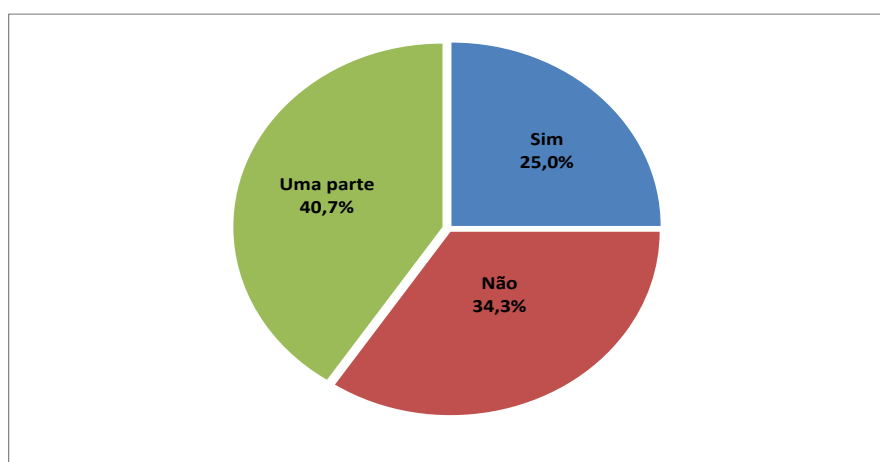
**Quadro 45 - Nível de rendimento auferido no emprego, por tipo de ensino (em percentagem)**

	Tipo de instituição		
	Pública	Privada	Total
0 a 50.000\$00	31,5	68,5	100,0
51.000\$00 a 100.000\$00	33,3	66,7	100,0
Total	31,8	68,2	100,0

Quanto à utilidade do rendimento, pode-se constatar que, uma parte significativa dos estudantes que trabalharam, cerca de 41%, considera que o rendimento que obteve do trabalho realizado teve utilidade em “parte” (40,7%). Um quarto dos estudantes inquiridos respondeu afirmativamente, “sim”, isto é,

que conseguiram atingir os objetivos preconizados e cobrir todas as despesas escolares, com o montante que recebeu do trabalho realizado.

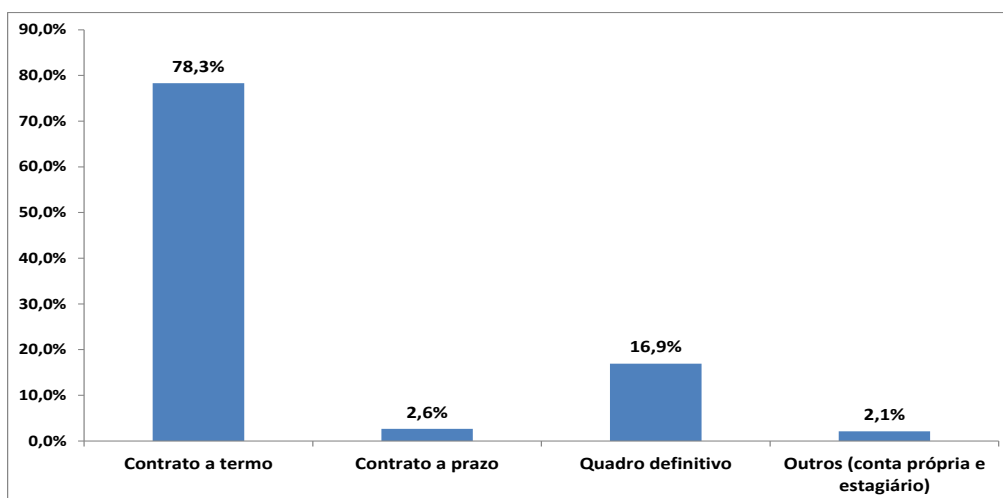
Por seu turno, cerca de 34% respondeu que “não” conseguiu cobrir todas as despesas escolares, conforme se constata no gráfico 11. Estes resultados evidenciam opiniões diferenciadas por parte dos estudantes inquiridos.



**Gráfico 9 - Opinião sobre a utilidade do rendimento dos estudantes que trabalharam**

O gráfico 12 apresenta a opinião dos estudantes inquiridos sobre o tipo de vínculo laboral, que tiveram, enquanto trabalhadores, no último ano escolar. Como se pode ver, a maioria (78,3%) dos estudantes inquiridos declarou ter contrato a termo, o que mostra claramente que, a maioria dos estudantes inquiridos tiveram um contrato precário. Cerca de 17% dos inquiridos afirmaram pertencer ao quadro definitivo, situação que concede uma maior garantia profissional. Alguns estudantes afirmaram que tiveram contratos a prazo (2,6%) e outros trabalharam por conta própria ou foram estagiários (2,1%).





**Gráfico 10 - Tipo de vínculo laboral dos estudantes trabalhadores**

## **6.6 - Fontes de apoio e suporte financeiro dos estudantes do ensino superior**

De acordo com o quadro 46, do total dos inqueridos, 22,1% recebeu apoio social e 77,9% não recebeu. Salienta-se que, os estudantes das instituições públicas foram os que mais receberam apoios sociais (público 27,0% e privado 19,6%). Esta situação põe em discussão, entre outros aspetos, a política de financiamento do ensino superior cabo-verdiano, de modo a evitar desigualdades entre os dois tipos de ensino.

Portanto, confirma-se a ideia de que os cabo-verdianos têm vontade e determinação em relação aos estudos. Com ou sem apoios sociais, conseguem sobreviver com poucos recursos e, cada vez mais, têm apostado na formação superior, chegando a cerca de 13.000 estudantes, no ano letivo 2013/2014.

**Quadro 46 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação face aos apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios)**

Instituição	SIM		NÃO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pública	83	27,0	224	73,0	307	100,0
Privada	119	19,6	487	80,4	606	100,0
Total	202	22,1	711	77,9	913	100,0

Quanto ao tipo de bolsa, a grande maioria dos estudantes inquiridos declarou que a bolsa recebida era do tipo não reembolsável e 2,9% afirmou que era reembolsável. No geral, as bolsas concedidas pela FICASE, IES e Câmaras Municipais, no ano letivo em estudo, foram “não reembolsáveis”. Contudo alguns alunos ficaram em dúvida, no momento do preenchimento dos questionários e responderam “reembolsáveis”, sendo 4,9% dos estudantes pertencentes às IES públicas e 1,7% às privadas (ver o quadro 47).

**Quadro 47 - Distribuição dos estudantes por tipo de bolsa e instituição**

Tipo de bolsa	Pública		Privada		Total	
	N	%	N	%	N	%
Reembolsável	4	4,9	2	1,7	6	2,9
Não Reembolsável	79	95,1	117	98,3	196	97,1
Total	83	100	119	58,9	202	100,0

A FICASE foi considerada a fonte de financiamento do ensino superior mais vantajosa pelos estudantes, tanto das instituições privadas (62,2%) como das públicas (48,1%).

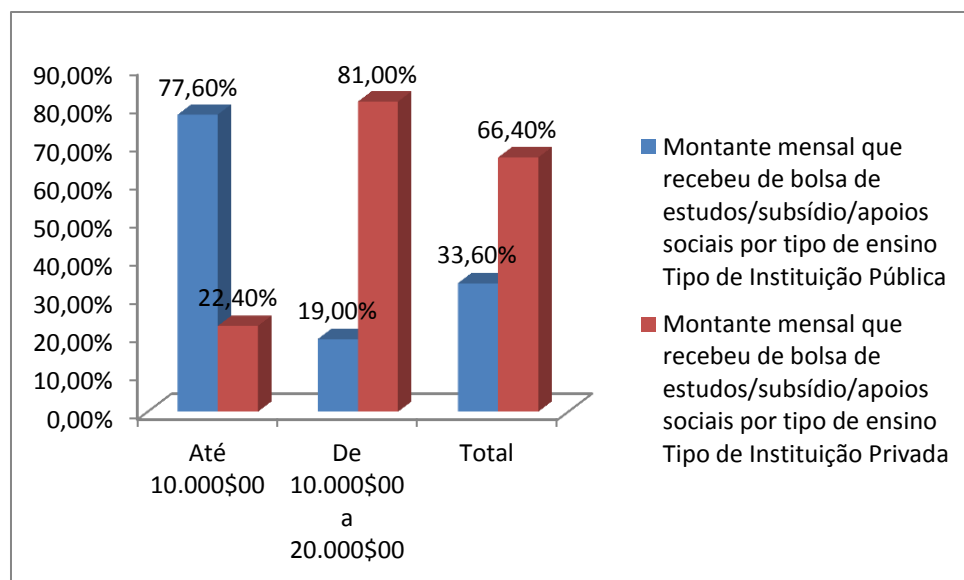
Os estudantes dos dois tipos de ensino consideraram as “outras” fontes de financiamento como sendo a segunda mais vantajosa (26,5% para os estudantes das IES públicas e 27,8% para os das privadas) e a terceira as Câmaras Municipais com 22,9% dos estudantes do ensino pública e 5,0% para os do privado. As instituições de ensino superior beneficiaram mais os estudantes das instituições privadas (5,0%) do que das públicas (2,5%).

**Quadro 48 - As fontes de financiamento que os estudantes consideram mais vantajosas (em percentagem)**

Fonte Financiadora	Tipo de Instituição					
	Pública		Privada		Total	
	Nº	%	N	%	N	%
FICASE	40	48,1	74	62,2	114	56,5
IES	2	2,5	6	5,0	8	4,0
Otras	22	26,5	33	27,8	55	27,2
Câmaras Municipais	19	22,9	6	5,0	25	12,3
Total	83	100,0	119	100,0	202	100,0

O valor que os estudantes bolsheiros receberam não ultrapassou os 20.000\$00 mensais, nem no público, nem no privado. Os do ensino superior público (77,6%) receberam à volta dos 10.000\$00 mensais, ao contrário dos do ensino privado, em que a maioria (81,0%) recebeu entre 10.001\$00 a 20.000\$00, como se pode observar no gráfico 11.

A diferença do montante oferecido aos estudantes justifica-se, em parte, pela diferença do valor da propina praticada nas instituições de ensino superior. No público, nomeadamente, na Uni-CV e no IUE, o valor da propina praticada é de nove mil escudos mensais, enquanto que, no privado o valor oscila entre doze a vinte mil escudos.



**Gráfico 11 - Distribuição dos beneficiários de apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios), por valor da bolsa recebida (em percentagem)**

As fontes financiadoras limitam-se, na maioria dos casos, a ajudar com um valor correspondente à propina, principalmente a FICASE, que tem pago a propina diretamente às instituições de ensino, por vezes, acrescido de um subsídio para o pagamento de transporte.

O quadro 49 apresenta a distribuição dos estudantes por valor dos apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios) recebidos por nível de rendimento do agregado familiar. No escalão até 10.000\$00 mensais, de apoios sociais, encontram-se os estudantes cujos pais se enquadraram no nível de rendimento “baixo” (55,3%). No escalão seguinte (10.001\$00 a 20.000\$00 mensais) encontram-se os que classificaram o rendimento dos pais no nível médio (19,7%). No nível “muito baixo” a diferença entre as respostas nos dois patamares de ajuda é de, praticamente, 1% (25,0% até 10.000\$00 e 23,8% dos 10.001\$00 a 20.000\$00).

**Quadro 49 - Distribuição dos estudantes por valor dos apoios sociais recebidos (bolsas de estudo/subsídios) e por nível de rendimento do agregado familiar**

Nível de rendimento	Montante mensal que recebe de apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios)	
	Até 10.000\$00	10.001\$00 a 20.000\$00
Alto		,8
Médio	19,7	27,0
Baixo	55,3	48,4
Muito baixo	25,0	23,8
Total	100,0	100,0

São os estudantes filhos de “pais” que possuem o nível de ensino básico (34,7%), os que têm sido mais beneficiados com os apoios sociais (bolsas de estudo e/ou subsídios), seguido dos bolseiros cujos pais possuem o ensino secundário (16,8%), conforme a distribuição das respostas apresentadas no quadro 50.

**Quadro 50 - Habilitação do "pai" do estudante bolseiro**

	Recebe apoios sociais (bolsas de estudo/ subsídios)		
	Sim	Não	Total
Ensino Básico	34,7	27,6	29,1
Ensino Secundário	16,8	18,8	18,4
Ensino Médio/profissional	5,9	6,6	6,5
Ensino Superior	5,9	18,0	15,3
Nenhum/Não completou o básico	6,4	2,8	3,6
NS/NR	30,2	26,2	27,1
Total	100,0	100,0	100,0

Os bolsheiros filhos de “pais” (progenitores do sexo masculino) com o nível de ensino básico foram os mais contemplados com apoios sociais (34,7%) e os menos beneficiados foram os cujos “pais” possuem o ensino médio/profissional e o ensino superior, conforme se pode observar na distribuição das respostas apresentadas no quadro 50.

Fazendo uma análise comparativa entre os estudantes bolsheiros e o nível de ensino das “mães”, pelas respostas do quadro 51, constata-se que, os mais beneficiados foram os cujas “mães” possuem o ensino básico (34,7%), seguido dos bolsheiros cujas mães possuem o ensino secundário (32,7%), o médio e/ou profissional (14,4%) e o superior (8,9%).

**Quadro 51 - Habilitação da mãe do estudante bolsheiro**

	Recebe apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios)		
	Sim	Não	Total
Ensino Básico	34,7	27,8	29,4
Ensino Secundário	32,7	35,9	35,2
Ensino Médio/profissional	14,4	15,6	15,3
Ensino Superior	8,9	15,6	14,1
Nenhum/Não completou o básico	9,4	5,1	6,0
Total	100,0	100,0	100,0

Dos estudantes que estiveram empregados, no último ano escolar, 3,9% receberam apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios) e 18,2% não trabalharam, mas foram apoiados, o que parece ser justo pois, se assim não fosse teriam mais dificuldades financeiras em cobrir as despesas escolares (ver o quadro 52).

**Quadro 52 - Distribuição dos estudantes que trabalharam face aos que receberam apoios sociais (bolsas de estudo/subsídios)**

		Recebe apoios sociais (bolsas de estudo/subsídio)?		
		Sim	Não	Total
Esteve empregado no último ano escolar?	Sim	3,9	18,3	<b>22,2</b>
	Não	18,2	59,6	<b>77,8</b>
	Total	22,1	77,9	<b>100,0</b>

Relativamente à opinião dos estudantes sobre a utilidade dos apoios recebidos, as respostas foram as seguintes: 0,5% “consegue pagar todas as despesas escolares”; 4,0% “não chega para pagar a propina”; 47,5% “paga apenas a propina” e 48,0% “não chega para todas as despesas”. A maioria das respostas dos estudantes tanto das instituições públicas como das privadas foram para as variáveis “não chega para todas as despesas” e “paga apenas a propina (ver o quadro 53).

Segundo Ramos (2015), os estudantes beneficiados pela FICASE não chegam a receber todo o montante da ajuda de forma direta. O valor correspondente à propina é depositado, diretamente, nas contas das IES e o restante entregue ao beneficiário. Esse valor é pago, muitas vezes, com algum atraso, facto que é divulgado, com frequência, nos meios de comunicação social do país, principalmente, na Televisão de Cabo Verde, e defendido pelas instituições, que alegam atraso no pagamento das propinas, por parte dos estudantes.

**Quadro 53 - Utilidade dos apoios sociais recebidos**

	Tipo de Instituição					
	Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	N	%
Consegue pagar todas as despesas escolares			1	,8	1	,5
Não chega para pagar a propina	3	3,6	5	4,2	8	4,0
Paga apenas a propina	38	45,8	58	48,7	96	47,5
Não chega para todas as despesas	42	50,6	55	46,2	97	48,0
Total	83	100,0	11	100,0	202	100,0

No que concerne ao nível de importância das várias fontes de apoio e suporte financeiro à frequência do ensino superior, de acordo com a opinião dos estudantes (“dinheiro dos pais ou familiares”, “apoio em género dos pais ou familiares”, “dinheiro ou outros tipos de apoios financeiros do agregado familiar”, “os ganhos de um emprego”, “dinheiro provindo de um empréstimo”, “apoio financeiro proveniente de subsídios ou bolsas”), os resultados foram apresentados no quadro 54.

“Dinheiro dos pais ou familiares” foi o mais referido pelos estudantes inquiridos, com 62,1% das respostas, na categoria “muito importante”. Adicionando a esta percentagem os 15,4% das respostas da categoria “importante”, pode-se dizer que, cerca de 78% dos estudantes, consideraram que, “o dinheiro dos pais ou familiares” constitui a fonte de apoio e suporte financeiro de maior importância, na vida académica. Segue-se o item “dinheiro ou outros tipos de apoios financeiros do agregado familiar” com 75% nas categorias “importante” e “muito importante”.



O “apoio em géneros dos pais ou familiares” aparece na terceira posição, no nível de importância, com cerca de 70% das respostas, nas categorias “importante” e “muito importante”.

O “dinheiro provindo de um empréstimo” foi uma das fontes com menos grau de importância (8,0% “muito importante” e 5,3% “importante”). A mesma fonte teve no grau “não aplicável” 71,8% o que leva a entender que, empréstimo não é uma prática no seio dos estudantes, nem no público (74,4%), nem no privado (70,6%).

“Os ganhos de um emprego” é uma outra fonte que teve baixo grau de importância (12,3% “muito importante” e 9,7% “importante”); 45,3% dos estudantes, responderam “não aplicável” (49,5% do ensino público e 43,4% do privado).

O mesmo acontece com a fonte “o apoio financeiro proveniente dos subsídios ou bolsas de estudo”, que obteve uma percentagem elevada (46,4%) no grau “não aplicável”, o que confirma que, os apoios financeiros recebidos têm sido insuficientes, tanto para os estudantes do público (41,2%), como para os do privado (48,8%).

**Quadro 54 - Nível de importância das várias fontes de apoio e suporte financeiro, de acordo com a opinião dos estudantes, por tipo de ensino (em percentagem)**

		Tipo de instituição		
		Público	Privado	Total
Dinheiro dos pais ou familiares	Muito Importante	62,0	62,2	62,1
	Importante	15,6	15,3	15,4
	Útil	9,1	6,7	7,5
	Não Aplicável	12,3	14,1	13,5
	Não Respondeu	1,1	1,7	1,5
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Apoio em género dos pais ou familiares	Muito Importante	46,2	46,7	46,6
	Importante	26,7	21,8	23,4
	Útil	6,9	10,4	9,3
	Não Aplicável	18,8	19,5	19,3
	Não Respondeu	1,4	1,5	1,5
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Dinheiro ou outros tipos de apoios financeiros do agregado familiar	Muito Importante	54,5	53,1	53,6
	Importante	22,4	21,3	21,7
	Útil	9,4	10,1	9,9
	Não Aplicável	10,5	13,6	12,6
	Não Respondeu	3,2	1,8	2,3
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Os ganhos de um emprego	Muito Importante	11,9	12,4	12,3
	Importante	10,1	9,6	9,7
	Útil	26,7	31,9	30,3
	Não Aplicável	49,5	43,4	45,3
	Não Respondeu	1,8	2,7	2,4
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Dinheiro provindo de um empréstimo	Muito Importante	6,1	8,9	8,0
	Importante	4,3	5,7	5,3
	Útil	11,2	11,4	11,4
	Não Aplicável	74,4	70,6	71,8
	Não Respondeu	4,0	3,4	3,6
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Apoio financeiro proveniente de subsídios ou bolsas	Muito Importante	40,8	35,2	37,0
	Importante	7,2	8,8	8,3
	Útil	8,7	5,1	6,2
	Não Aplicável	41,2	48,8	46,4
	Não Respondeu	2,2	2,2	2,2
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

## 6.7 - Situação dos estudantes face aos empréstimos

Procurou-se confirmar, se os estudantes fizeram algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para os ajudar no financiamento dos estudos, bem como outros procedimentos subsequentes ao processo de empréstimo ou obrigação, no último ano letivo. Os dados recolhidos foram apresentados no quadro 55, segundo o qual, apenas 4 estudantes, representando 0,4% dos inquiridos, garantiram ter contraído algum empréstimo ou obrigação que incorra num pagamento futuro, visando ajudar no financiamento dos seus estudos.

**Quadro 55 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação de obtenção de empréstimo (em percentagem)**

IES	No último ano, contraiu algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para ajudar o financiamento dos seus estudos?		
	Sim	Não	Total
Instituição Pública		100,0	100,0
Instituição Privada	,6	99,4	100,0
Total	,4	99,6	100,0

A maioria dos estudantes não contraiu nenhum tipo de empréstimo, representando 99,6% do total dos inqueridos. Contudo, de entre os 0,4% dos estudantes inquiridos, que responderam ter feito empréstimo ou obrigação, 75% asseguraram que as dívidas contraídas foram destinadas ao pagamento de propinas e 25% de outras despesas escolares. Pode-se constatar ainda que, os estudantes do ensino público, responderam que, não contraíram nenhum tipo de empréstimo, nem obrigação, conforme o quadro 55.

Relativamente às fontes do empréstimo, três quartos dos estudantes inquiridos, declararam que, contraíram dívidas junto dos bancos comerciais, que operam na ilha e um quarto junto dos familiares e amigos, conforme as respostas distribuídas no quadro 56.

**Quadro 56 - Fonte de empréstimo e responsável pelo pagamento da dívida**

Variável		Total
Fonte do empréstimo	Banco	75,0%
	Familiar/amigo	25,0%
Valor total da dívida (final do curso)	Até 100.000\$00	
	De 101.000\$00 a 150.000\$00	25,0%
	De 151.000\$00 a 200.000\$00	
	De 201.000\$00 a 250.000\$00	50,0%
	Superior a 250.000\$00	25,0%
Responsável por pagar a dívida	Você próprio	100,0%

Interrogados sobre o valor total das dívidas, após o término do curso, metade dos estudantes inquiridos, afirmaram que, o valor das dívidas poderá rondar entre os 200.000\$00 a 250.000\$00, um quarto pode chegar a 150.000\$00 e a outra parte (25%) pode ultrapassar os 250.000\$00, no final do curso.

Relativamente às razões por não ter contraído empréstimo ou qualquer outro encargo, a grande maioria dos estudantes inquiridos (96,2%), afirmou que, não tinha condições financeiras para efetuar um empréstimo e 3,4% apresentaram várias justificações, designadamente: “não sabia que havia empréstimo para este fim” (96,2%); “não conseguiu obter fiador” 1,0%); “medo de contrair dívidas” (0,9%) e “outras” (1,3%), conforme o quadro 57.

**Quadro 57 - Razões por não ter contraído empréstimo, no último ano escolar**

Razões por não ter contraído empréstimo	Nº	%
Não estava em condições financeiras para contrair empréstimo	878	96,2
Não sabia que havia empréstimo para este fim	2	,2
Não conseguiu obter fiador	7	1,0
Tem medo de contrair dívidas	8	,9
Outras	12	1,3
Não respondeu	2	,2
Total	909	100,0

Ao fazer o cruzamento das variáveis “nível de rendimento dos pais” com os estudantes que contraíram empréstimos ou obrigações futuras, verificou-se que, são somente os estudantes com nível “baixo” (100%) que contraíram empréstimos ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para financiar os seus estudos (ver o quadro 58).

**Quadro 58 - Obtenção de empréstimo por estudante e nível de rendimento do agregado familiar (em percentagem)**

Nível de	No último ano, contraiu algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para financiar os seus estudos?					
	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alto			15	100,0	15	100,0
Médio			341	100,0	341	100,0
Baixo	4	1,0	410	99,0	414	100,0
Muito baixo			143	100,0	143	100,0
Total	4	,4	909	99,6	913	100,0

Sem compromissos futuros, encontram-se os estudantes dos outros níveis de rendimento: “alto, médio e muito baixo”. É de notar que, dos que contraíram empréstimos, todos serão responsáveis pela liquidação das dívidas.

Quando questionados sobre as razões que os levaram a contrair empréstimos, a maioria dos inqueridos (75%) respondeu que os empréstimos eram para cobrir despesas de propina e outras taxas. Os restantes 25% admitiram que o montante era destinado ao pagamento de outras despesas escolares (ver o quadro 59).

**Quadro 59 - As razões que levaram os estudantes a contrair empréstimos**

As razões para a obtenção de empréstimos financeiros		
	%	Total
Propina e outras taxas	,3	75,0
Outras despesas escolares	,1	25,0
Total	,4	100.0

Foram cruzadas as respostas dos estudantes que, no último ano, contraíram algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para financiar os estudos, com as quatro faixas etárias, em que foram agrupados os estudantes. Verificou-se que, os estudantes com idade compreendida entre os 26 e 30 anos foram os que mais empréstimos contraíram, no último ano letivo (2,1%). Na sequência aparece o grupo dos com idade compreendida entre 21 a 25 anos que contraíram algum empréstimo (0,2%). Realça-se o facto de não haver nenhum estudante no grupo da amostra com idade inferior a 20 anos e superior a 30 anos que tenha feito empréstimo (ver o quadro 60).

**Quadro 60 - Distribuição dos estudantes por idade e obtenção de empréstimo financeiro**

Faixa etária	No último ano, contraiu algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para financiar os seus estudos?		
	Sim	Não	Total
Até 20 anos		100,0	100,0
21 a 25 anos	,2	99,8	100,0
26 a 30 anos	2,1	97,9	100,0
>30 anos		100,0	100,0
Total	,4	99,6	100,0

Quanto aos estudantes que se encontram deslocados da sua residência habitual, constatou-se que, apenas 0,4% dos que responderam “sim” e 0,5% dos que responderam que “não”, chegaram a contrair empréstimos ou obrigação que incorra num pagamento futuro (ver a distribuição das respostas no quadro 61).

**Quadro 61 - Situação dos estudantes face à sua residência e a obtenção de empréstimos financeiros (em percentagem)**

		No último ano, contraiu algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para financiar os seus estudos		
		Sim	Não	Total
Encontra-se deslocado da sua residência habitual?	Sim	,4	99,6	100,0
	Não	,5	99,5	100,0
	Total	,4	99,6	100,0

Relacionando os estudantes que contraíram algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para financiar os estudos, com

os estudantes que estiveram empregados durante o período relativo ao último ano escolar, as respostas demonstraram que apenas 2% dos que trabalharam contraíram empréstimo ou obrigação (ver o quadro 62).

**Quadro 62 - Estudantes que contraíram empréstimos ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro e situação face ao emprego**

		No último ano, contraiu algum empréstimo ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para financiar os seus estudos?		
		Sim	Não	Total
Esteve empregado durante o período relativo ao último ano escolar?	Sim	2,0	98,0	100,0
	Não		100,0	100,0
	Total	,4	99,6	100,0

## 6.8 - Meios de pagamento das despesas utilizados pelos estudantes

Em Cabo Verde os estudantes possuem vários meios de pagamento das propinas, como por exemplo o pagamento com dinheiro líquido, com débito do cartão Vinti4, depósitos diretos nas contas e transferência bancária.

Questionados se possuem cartões de débito e de crédito, que utilizam para o pagamento das despesas escolares, cerca de 90% dos estudantes inqueridos afirmaram que possuem o cartão de débito e os restantes não (ver o quadro 63).

Quanto ao cartão de crédito, os estudantes ainda não tiveram oportunidade de o adquirirem. Embora exista, em Cabo Verde, este produto nos bancos comerciais, ainda não foram criadas condições específicas desse serviço para os estudantes.



**Quadro 63 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e situação de posse de cartão de débito ou Vinti4 (em percentagem)**

Tipo de Instituição	Possui cartão de débito (Cartão Vinti4)?		
	Sim	Não	Total
Instituição Pública	93,5	6,5	100,0
Instituição Privada	88,7	11,3	100,0
Total	90,1	9,9	100,0

O cartão de débito é de fácil acesso, junto dos bancos comerciais, a qualquer pessoa que tenha idade superior a 18 anos. As universidades possuem máquinas Vinti4 que permitem o pagamento dos emolumentos e propinas através do cartão de débito nas universidades, por um lado, facilitando o processo de cobrança das receitas das IES e economizando, por outro lado, o precioso tempo dos estudantes.

## 6.9 - Acesso aos equipamentos e materiais didáticos

Os resultados relacionados com o acesso aos equipamentos informáticos, nomeadamente, telemóvel, portátil/computador, tablet e às tecnologias de informação e comunicação designadamente internet, estão apresentados no quadro 64, segundo o qual, a totalidade dos estudantes inquiridos declarou que teve acesso à internet, 41,8% adquiriu portátil/computador/tablet e apenas 36,6% conseguiu comprar todos os materiais didáticos e equipamentos necessários.

De certa forma, esse resultado justifica-se pelo facto de que, com a entrada da empresa de telecomunicação Unitel T+ no mercado cabo-verdiano, foram introduzidas inovações, neste setor, que provocaram um aumento do número de redes móvel e fixo, no país.

O custo da internet baixou, incrementou-se serviços diversificados e promoções a nível de internet e equipamentos informáticos, principalmente com o acesso à internet por telemóvel, fomentando a competição entre as duas empresas que operam no mercado nacional. Existem wifi em muitos lugares públicos, onde também conseguem ter acesso à internet.

**Quadro 64 - Distribuição dos estudantes por acesso aos equipamentos informáticos e internet**

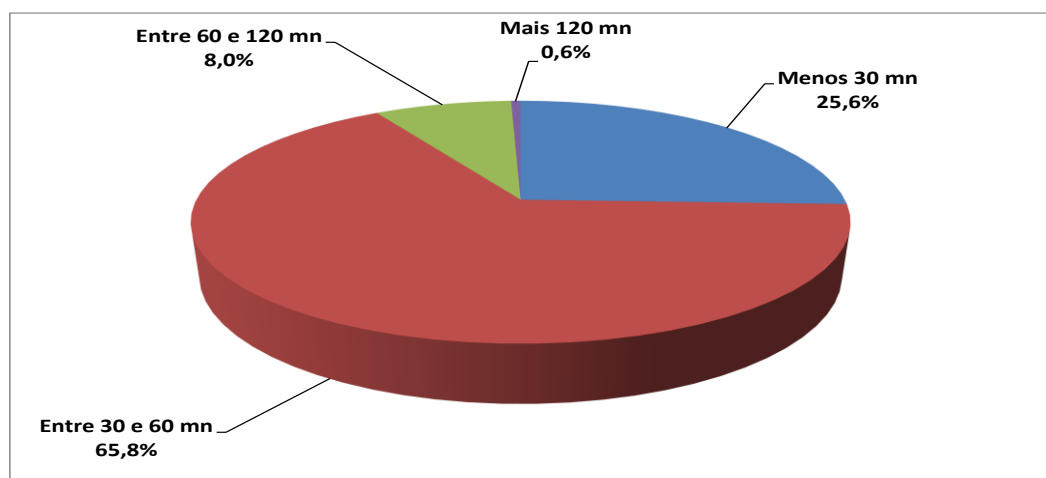
	Situação de acesso	%
Acesso à internet	Sim	100,0
	Não	
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Posse de computador /Portátil/Tablet	Sim	41,8
	Não	58,2
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Compra de todos os materiais didáticos e equipamentos	Sim	36,6
	Não	63,4
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Embora o Governo de Cabo Verde tenha criado o Programa Mundo Novo, no âmbito do protocolo com a Unitel T+ e a CVMóvel, nem todos os estudantes tiveram acesso a esses equipamentos. Como se pode constatar através das respostas apresentadas no quadro 64, 58,2% dos estudantes não possuem computador/portátil/tablet e 63,4% não conseguiram adquirir todos os materiais didáticos e equipamentos.

### 6.10. A distância percorrida e os meios de transporte utilizados pelos estudantes na deslocação à instituição de ensino, no período escolar

Na ilha de Santiago, muitos estudantes regressam à residência habitual depois das aulas, diariamente, mesmo que tenham que fazer mais de uma hora de percurso, em transportes públicos ou privados, tais como: Toyota Hiace, viaturas de caixa aberta, autocarros, automóveis particulares ou mesmo fazendo o percurso a pé.

A distância percorrida entre a residência, no período letivo, e as instituições de ensino superior foi um dos itens do questionário. Dos resultados ilustrados no gráfico 12.



**Gráfico 12 - Distância entre a residência no período letivo e as IES**

De acordo com os dados do quadro 65, o tipo de transporte mais utilizado pelos estudantes das IES é o autocarro (31,9%), seguido do percurso feito a pé (30,0%), utilização das viaturas Hiaces (16,6%) e a combinação dos Hiaces, autocarros e percurso a pé, já que muitos das zonas rurais fazem um certo trajeto a pé, depois apanham Hiaces ou carrinhas de caixa aberta.

A maioria dos Hiaces termina o percurso entre zona rural e cidade da Praia no mercado municipal designado Sucupira. Para alguns estudantes que fazem o trajeto, por exemplo, Santa Catarina/Praia ou Santa Cruz/Praia terminam o percurso na Sucupira, ficando próximo do ISCJS e um pouco distante da Uni-CV, UNICA, Uni-PIAGET e ISCEE, pelo que, estes estudantes necessitam de autocarros para continuarem o percurso até ao destino final.

Para os estudantes que vêm da zona de Ribeira Grande de Santiago a Uni-Piaget, a UNICA, o ISCJS e o ISCEE ficam mais no percurso e podem fazê-lo a pé ou utilizarem apenas o Hiace ou carinha de caixa aberta. Os da Uni-CV e da US que vêm de Ribeira Grande de Santiago fazem mais alguns minutos a pé ou utilizam os autocarros para poderem concluir o percurso. Os táxis quase não são utilizados (0,1%). Os outros meios, também, são pouco utilizados (1,9%).

**Quadro 65 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e meios de transporte utilizados na deslocação à instituição de ensino**

	Tipo de instituição					
	Público		Privado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Viatura Própria	2	,7	26	4,1	28	3,1
Autocarro	113	40,6	178	28,0	291	31,9
Bicicleta			3	,5	3	,3
A pé	118	42,4	156	24,6	274	30,0
Toyota Hiace	24	8,6	128	20,2	152	16,6
Hiace/autocarro/pé	16	5,8	124	19,5	140	15,3
Táxi			1	,2	1	,1
Outro	4	1,54	13	2,0	17	1,9
Não Respondeu	1	,4	6	,9	7	,8
Total	278	100,0	635	100,0	913	100,0

De notar que, em Assomada e em Tarrafal os autocarros não prestam serviço público pelo que os estudantes utilizam mais Hiaces e carrinhas de caixa aberta ou fazem o percurso a pé. Pelo contrário, na Cidade da Praia os Hiaces e viaturas de caixa aberta são proibidos de fazer carreira, sendo o serviço limitado aos autocarros. Assim sendo, justifica-se, em parte, os resultados apresentados no quadro 65.

Quando se compara as respostas dos estudantes dos dois tipos de ensino fica-se a saber que, os autocarros e os percursos a pé foram mais utilizados pelos estudantes do ensino público (40,6% e 42,4%) do que pelos do ensino privado (28,0% e 24,6%). Os Hiaces foram mais utilizados pelos estudantes das instituições privadas (20,2%) contra os do público (8,6%). Um número reduzido de estudantes declarou que possui “viatura própria” (0,7% do público e 4,1% do privado).

### 6.11 - Acesso aos serviços: cantina e biblioteca

Aos estudantes são oferecidos espaços (cantinas) e serviços onde podem fazer as refeições, sem saírem da escola, mas com pouca frequência (gráfico 5).

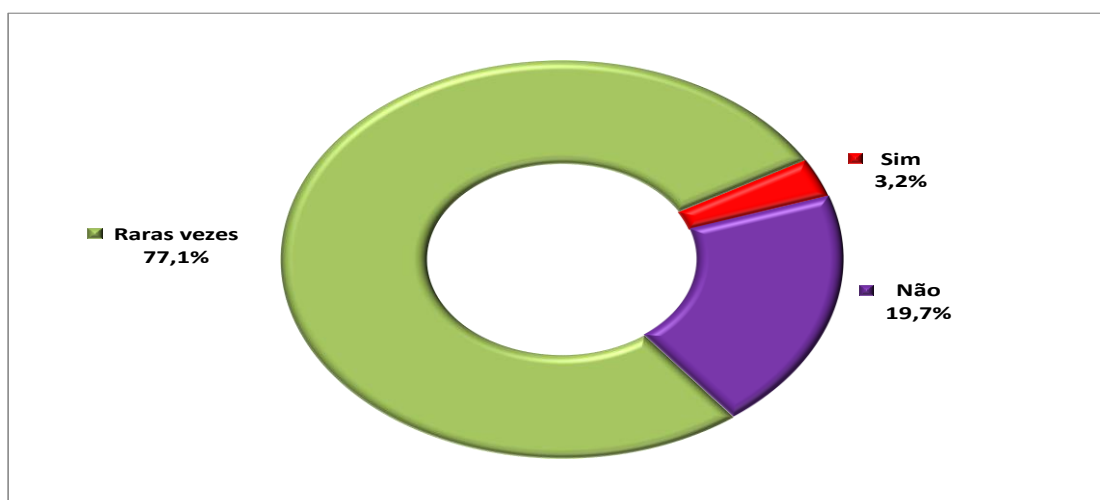


Gráfico 13 - Frequência à cantina para fazer as refeições

Segundo as respostas, 77,1% respondeu “raras vezes”, 3,2% “sim” e 19,7% “não”, conforme o gráfico 5. As refeições não são feitas nas cantinas porque, segundo as respostas dos inqueridos, “os preços dos produtos são altos” (4,0%); “os produtos não satisfazem os seus gostos” (1,2%); “fora da escola os preços são mais baixos” (85,7%); “faz as suas refeições em casa” (4,1%); “não possuem dinheiro para comer na escola com frequência” (4,8%) e “outras” razões (0,2%). A razão com maior peso percentual foi “fora da escola os preços são mais baixos”, tanto nas IES públicas (87,3%) como nas privadas (84,9%), como se pode verificar no quadro 66.

**Quadro 66 - Razões da não frequência das cantinas, por tipo de ensino**

Razões	Tipo de Instituição		
	Pública	Privada	Total
Os preços dos produtos são altos.	4,2	3,8	4,0
Os produtos não satisfazem os seus gostos.	1,6	1,0	1,2
Fora da escola os preços são mais baixos.	87,3	84,9	85,7
Faz as suas refeições em casa.	5,2	3,5	4,1
Não possui dinheiro para comer na escola com	1,3	6,6	4,8
Outras	,4	,2	,2
Total	100,0	100,0	100,0

Relativamente á frequência da biblioteca, 3% dos estudantes inqueridos afirmaram frequentar e cerca de 97% responderam “raras vezes”. É de frisar, ainda, que a maioria dos estudantes revelou que prefere estudar em casa por ser um bom ambiente e favorece o estudo. A fraca frequência dos estudantes às bibliotecas demonstra falta de hábito em aprofundar os conhecimentos, fazendo pesquisas nos documentos existentes no acervo bibliográfico das IES, o que pressupõe que ficam limitados às fotocópias fornecidas pelos docentes e pesquisas na internet. Acresce, ainda, o facto de a maioria dos estudantes

pertencer à famílias com rendimentos “baixo” e “muito baixo”, que não possui condições financeiras para custear a deslocação às bibliotecas, no período contrário às aulas, e nem para permanecer durante o dia nas IES, pois, os preços dos produtos das cantinas são elevados, conforme as respostas.

### **6.12 - Opinião sobre o ensino superior**

Saber qual é a opinião do estudante sobre a quem cabe a responsabilidade de financiar o ensino superior, em Cabo Verde, foi um dos objetivos desta investigação. Foram levantados um conjunto de pressupostos, nomeadamente: “o ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado”; “o custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes”; “as empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, respostas às suas necessidades de mão-de-obra”; “o ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas”; “o regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior”; “o regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino”; o valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de ensino superior”; “o valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso”; “o valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições” e “o Estado deve financiar o ensino superior das universidades privadas”.

De acordo com os resultados indicados no quadro 67, 57,6% dos estudantes responderam que “concorda completamente” e 28,2% responderam que “concorda mais do que discorda”, num total de 85,8% dos inqueridos, relativamente ao item “o ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado”.

Questionados sobre a participação das empresas no financiamento do ensino superior, cerca de 85% dos estudantes pronunciaram-se favoravelmente ao pressuposto de que as “empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, respostas às suas necessidades de mão-de-obra qualificada”. De igual modo, 79,3% dos estudantes “concorda completamente” e “concorda mais do que discorda” que “o ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas. Outro aspeto que mereceu concordância de cerca de 73% foi o item “o valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições”. Para cerca de 56% dos inquiridos, “o estado deve financiar, também, o ensino das universidades privadas”.

Em relação ao item “o regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior” 20,1% afirmou que “concorda completamente” e 43,2% “concorda mais do que discorda”, 43,2% “concorda mais do que discorda”, 23,6% “discorda mais do que concorda”, 7,9% “discorda” e 5,2% “não respondeu”. Por um lado, 59,1% “concorda completamente” e “concorda mais do que discorda” que “o regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino”, por outro, 39,8% dos estudantes “discorda mais do que concorda” e “discorda fortemente”, 1,1% “não respondeu”.

Os estudantes consideram que “o valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de ensino superior, tendo obtido 52,2% de concordância (26,7% “concorda completamente” e 38,3% “concorda mais do que discorda”. Cerca de 66% dos estudantes discordaram com o item “o custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes”. É de notar que, cerca de 52,2% dos inquiridos não consideram que “o valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso” e cerca de 50% dos estudantes “concorda completamente” e “concorda mais do que discorda” com todos os pressupostos indicados no quadro 67.



**Quadro 67 - Opinião dos estudantes da ilha de Santiago, sobre o ensino superior**

Itens	Concorda completamente	Concorda mais do que discorda	Discorda mais do que concorda	Discorda fortemente	NR
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado.	57,6%	28,2%	8,4%	3,9%	1,9%
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes.	9,8%	23,1%	35,5%	30,0%	1,6%
As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, respostas às suas necessidades de mão-de-obra qualificada.	39,7%	45,1%	11,4%	2,3%	1,5%
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas.	34,2%	45,1%	15,6%	3,8%	1,3%
O regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior.	20,1%	43,2%	23,6%	7,9%	5,2%
O regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino.	20,9%	38,2%	26,4%	13,4%	1,1%
O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de ensino superior.	26,7%	38,3%	24,3%	9,4%	1,3%
O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso.	19,2%	26,4%	27,3%	24,9%	2,2%
O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições.	33,9%	38,7%	17,2%	9,2%	1,0%
O Estado deve financiar o ensino superior das universidades privadas	33,0%	22,7%	26,6%	16,5%	1,2%

## **Nota síntese do capítulo VI**

No capítulo VI, apresentou-se os resultados do inquérito por questionário aplicado à amostra, constituída por 913 estudantes, das sete instituições de ensino superior na ilha de Santiago, nomeadamente, a Universidade de Cabo Verde, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, a Universidade de Santiago, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, a Universidade Intercontinental de Cabo Verde e o Instituto Universitário de Educação.

Do questionário aplicado, 33,8% das respostas foram dadas pelos estudantes das instituições de ensino superior públicas (86,0% da Uni-CV e 14,0% da IUE) e 66,2% pelos estudantes das instituições privadas (15,7% da UNICA, 23,4% da Uni-Piaget, 23,4% do ISCEE, 14,5% do ISCJS, 22,9% da US). Conclui-se que, os estudantes do ensino privado responderam em maior número percentual (66,4%).

Os estudantes das instituições de ensino superior na ilha de Santiago foram, maioritariamente, do sexo feminino, no ano letivo 2014/2015 (63,4%). Entre as instituições houve uma diferença de 3,2% em relação ao sexo dos estudantes, a favor das instituições privadas. A maioria dos estudantes é de nacionalidade cabo-verdiana (98,0%).

Em relação ao estado civil, cerca de 95% dos estudantes são solteiros, 4,8% casados e 0,7% divorciados.

Mais da metade dos estudantes responderam que são jovens (54,9%), pertencentes à faixa etária dos 21 a 25 anos. Em seguida, encontram-se os estudantes com idade até 20 anos (22,8%) e entre os 26 e 30 anos (15,7%). Na faixa etária dos 21 aos 25 anos incluem-se mais estudantes, dos dois sexos, sendo 34,1% femininos e 20,8% masculinos. Verificou-se que, nas instituições públicas, cerca de 83% dos estudantes não têm mais do que 25 anos. O mesmo acontece nas instituições privadas.

Cerca 66% dos estudantes inquiridos responderam que têm até quatro irmãos e 14,9% “mais de 6 irmãos”. Dos 913 estudantes, 378 (41,0%) afirmaram que têm irmãos a frequentarem o ensino superior e 535 (59,0%) responderam que não.

Constatou-se que, a maioria dos estudantes das instituições públicas não tem nenhum filho (79,9%), assim como das instituições privadas (67,1%). O número médio de filhos dos estudantes situa-se em 1,49, sendo 1,44 no ensino público e 1,52 no privado. Em relação ao desvio padrão, nota-se uma maior variação no setor privado (0,941), comparativamente ao público (0,858). Em ambos os sexos, cerca de 15% de estudantes responderam que possuem um filho e 0,9% quatro. Um número reduzido de estudantes respondeu que têm cinco ou mais filhos (0,3% do sexo feminino e 0,9% do masculino).

Questionados sobre a sua residência habitual, 55,5% dos estudantes inquiridos responderam que residem na cidade da Praia, 19,2% em Santa Catarina, 4,8% no Tarrafal e 20,5% noutros concelhos. No período letivo, no último ano escolar, 84,8% dos estudantes residiam no concelho da Praia, 10,1% em Santa Catarina, 4,9% em Tarrafal e 0,2% noutros concelhos.

Do cruzamento das variáveis residência habitual e residência no período letivo, verificou-se que, os estudantes que habitualmente residiam na cidade da Praia (100%) não deslocavam para os outros concelhos. De Santa Catarina, 44,6% dos estudantes afirmaram que estudam na mesma cidade, na Universidade de Santiago ou no IUE. Mais da metade dos estudantes que residem, habitualmente, em Santa Catarina (54,9%) afirmaram que se deslocam para cidade da Praia e 0,6% de Assomada para outros concelhos.

Os estudantes do concelho de Tarrafal afirmaram que estudam, na sua maioria (95,5%), no mesmo concelho, na Universidade de Santiago; 2,3% declararam que deslocam de Tarrafal para Assomada e igual percentagem para a Praia; não houve nenhuma resposta que confirmasse a deslocação de Tarrafal

para os outros concelhos; 90,9% dos estudantes dos outros concelhos deslocaram para a cidade da Praia, 7,0% para a cidade de Assomada e 1,6% para o Tarrafal.

Mais da metade dos estudantes viviam “com os pais/familiares” (63,0%), seguindo-se dos que viviam “com os colegas” (44,0% das escolas privadas e 18,2% das públicas), para minimizarem os custos (66,5% das instituições públicas e 72,8% das privadas).

A maioria dos estudantes (71,7%) vive na sua residência habitual. Dos estudantes que se encontravam deslocados, 30,3% pertencem às instituições públicas e 27,2% às privadas. Dos não deslocados, 69,7% são oriundos das instituições públicas e 72,8% das privadas.

As condições sanitárias, eletricidade e água das residências dos estudantes, no período escolar, também, foram abordadas. Pelas respostas, constatou-se que, do total dos inquiridos, 58,7% responderam que estão alojados num quarto individual e 41,3% em quarto partilhado. Praticamente todos os estudantes possuem energia elétrica nas suas residências, no período escolar, exceto 1% dos estudantes do ensino privado.

Todos os estudantes do ensino superior público responderam que possuem casas de banho. No ensino privado, esta percentagem situa-se à volta de 96%, o que indica que cerca de 4% dos estudantes não possuem casas de banho.

Cerca de 88% dos inqueridos classificam o ambiente de estudo como adequado (razoável ou bom), o que lhes permite fazer os estudos em casa. Dos estudantes, 45,3% do ensino público e 52,8% do privado classificam de “bom” e “razoável” o ambiente de estudos em casa. A classificação “é razoável” foi respondida por 40,6% dos estudantes do ensino público e 36,5% do privado.

Os pais dos estudantes possuem na sua maioria o nível de ensino básico (pai 29,1% e mãe 29,4%) e secundário (pai 18,4% e mãe 35,2%), tanto no público como no privado, à semelhança do que acontece a nível nacional. As habilitações do pai dos estudantes do ensino público foram superiores no ensino básico (público 33,9% e privado 26,7%) e nenhum/não completou o básico

(público 4,6% e privado 3,1%). No ensino privado denotou-se maior número percentual de pais com habilitações de nível secundário (público 17,9% e privado 18,6%), seguido do médio/profissional (público 2,3% e privado 8,6%) e superior (público 10,1 e privado 18,0).

Em relação à habilitação da mãe do estudante, o nível de ensino secundário foi mais destacado tanto no público (40,1%) como no privado (32,7%), seguido do nível básico (público 35,2% e privado 26,4%). Os níveis de ensino médio/profissional (público 12,4% e privado 16,9%) e superior (público 6,5% e privado 18,0%) tiveram menores números percentuais, mas com destaque para as mães do ensino privado.

A maioria dos estudantes inquiridos, cerca de 79%, afirmou ter frequentado os estabelecimentos de ensino secundário públicos, 15,2% de ensino secundário privados e 5,6% de ensino secundário públicos e privados. Os estudantes das instituições públicas conseguiram ingressar no ensino superior, logo que concluíram o ensino secundário, em maior número percentual (77,9%) do que os estudantes das instituições privadas (59,4%). Verificou-se que não houve diferenças percentuais significativas, na entrada do ensino superior em relação ao sexo, na medida em que 66,3% dos estudantes do sexo feminino e 64,4% do sexo masculino conseguiram entrar, diretamente, no ensino superior, depois de terem terminado o ensino secundário.

A maioria dos estudantes são provenientes das escolas secundárias públicas, tanto das IES públicas (88,6%) como das privadas (74,4%). Dos estudantes das IES públicas, 3,9% frequentaram as escolas secundárias públicas e privadas. Os estudantes das IES privadas apresentaram uma proveniência muito mais acentuada das escolas secundárias públicas (74,4%) do que os das IES privadas (19,1%). De entre os vários fatores apontados, as “despesas que a família tinha que suportar” mereceu mais destaque no seio dos estudantes dos dois tipos de instituição (público 53,2% e privado 50,1%). O fator “família” foi mais influente para os estudantes do ensino privado (41,4%) do que do ensino

público (39,6%). Já “o desempenho académico no ensino secundário” influenciou mais os estudantes do ensino público (38,8%) do que os do privado (33,1%). Por último, a localização tem afetado mais os estudantes do privado (22,8%) do que do público (17,3%).

A maioria conseguiu entrar pela primeira vez que se candidatou ao ensino superior (80,4%), tendo os do ensino público tido maior facilidade no acesso (81,4% do público contra 79,9% do privado), os que não conseguiram entrar na primeira tentativa, tiveram em média 2 anos entre o processo de candidatura e ingresso, devido a falta de dinheiro para cobrir as despesas (90% das respostas).

Os estudantes do ensino privado frequentam o estabelecimento de ensino que escolheram em 1ª opção em maior número percentual que os do público (público 37,5% e privado 62,5%), o mesmo acontece em relação ao curso (público 36,0% e privado 64,0%). O sexo do estudante não teve nenhuma influência no processo de acesso ao ensino superior.

Num cenário de não entrada no ensino superior, a probabilidade de o estudante ficar em casa sem estudar, nem trabalhar foi rejeitada por cerca de 77% dos inqueridos. O mais certo seria “estar a frequentar outra modalidade de formação” (37,0% “muito provável” e 42,8% “provável”).

No caso de haver um aumento do valor da propina até 50% do valor atual (entre 12.000\$00 a 20.000\$00 mensais), as respostas apontam para que, cerca de 66% dos estudantes comecem a trabalhar ou aumentem o tempo de trabalho como sendo “muito provável” ou “provável”. Com um aumento superior a 50% do valor atual da propina, todos responderam que desistiriam.

Numa eventual igualdade no montante das propinas entre os dois tipos de instituição, os resultados obtidos revelaram-se estatisticamente significativos, o que dá sinais de que existem diferenças entre as respostas dos estudantes que escolheriam o público ou o privado.

Dos 22,1% que receberam apoios sociais, 27,0% são das instituições públicas e privado 19,6% das privadas. Quanto ao tipo de bolsa, a grande

maioria dos estudantes inquiridos declarou que a bolsa recebida era do tipo não reembolsável e cerca de 3% afirmou que era reembolsável, sendo a FICASE a considerada a fonte de financiamento mais vantajosa pelos estudantes.

O valor que os estudantes bolseiros receberam não ultrapassou os 20.000\$00 mensais, nem no público, nem no privado. Os do ensino superior público (77,6%) receberam à volta de 10.000\$00 mensais, ao contrário dos do ensino privado, em que a maioria (81,0%) recebeu entre 10.001\$00 a 20.000\$00. Os estudantes cujos pais se enquadraram no nível de rendimento “baixo” foram os mais beneficiados com um apoio mensal de até 10.000\$00 mensais (55,3%). Também, foram os cujos “pais” possuem o nível de ensino básico (34,7%), os que têm sido mais beneficiados com os apoios sociais (bolsas de estudo e/ou subsídios).

Relativamente à opinião dos estudantes sobre a utilidade dos apoios recebidos, 47,5% dos estudantes responderam que “paga apenas a propina” e 48,0% que “não chega para todas as despesas”. A maioria dos estudantes não teve acesso aos apoios financeiros (77,9%) e não trabalharam (82,2%), portanto, as despesas ficaram sob a responsabilidade dos estudantes e suas famílias, daí que, responderam que “o dinheiro dos pais ou familiares” é a fonte de apoio e suporte financeiro de maior relevância na vida académica dos estudantes, pois, cerca de 78% consideram “importante e muito importante”.

A maioria dos estudantes não contraiu nenhum tipo de empréstimo ou obrigação que incorra num pagamento futuro, visando ajudar no financiamento dos seus estudos, representando 99,6% do total dos inqueridos, porque não tinham condições financeiras para efetuar um empréstimo (96,2%).

Os 0,4% dos estudantes que contraíram dívidas, junto dos bancos comerciais, familiares e amigos, pertencem a famílias com o nível de rendimento “baixo” (100%). Após o término do curso, 50% desses estudantes terão de pagar entre 200.000\$00 a 250.000\$00, 25% poderão atingir os 150.000\$00 e 25% superior a 250.000\$00. As dívidas foram contraídas com o objetivo principal de

cobrir as despesas de propina e outras taxas (75%). Os estudantes que mais empréstimos contraíram foram os com idade compreendida entre os 26 a 30 anos (2,1%) e os que trabalharam (2%), no último ano letivo.

Relativamente aos cartões de débito e de crédito, que utilizam para o pagamento das despesas escolares, cerca de 90% dos estudantes inqueridos afirmaram que possuem o cartão de débito e os restantes não.

No que concerne ao acesso à internet, todos os inquiridos afirmaram ter acesso, 41,8% possui equipamento informático (portátil/computador/tablet) e 36,6% conseguiu comprar todos os materiais didáticos e equipamentos necessários.

As instituições oferecem serviços de cantina onde os estudantes podem fazer as suas refeições. Entretanto, a maior parte dos estudantes (77,1%), disseram ter utilizado esse serviço raras vezes, 3,2% “sim” e 19,7% “não”. A não frequência foi justificada, de entre outros, pelo facto de “fora da escola os preços são mais baixos” (85,7%), tanto nas IES públicas (87,3%) como nas privadas (84,9%). Em relação à frequência da biblioteca, 3% dos estudantes inqueridos afirmaram frequentar e cerca de 97% responderam “raras vezes”.

Os meios de transporte mais utilizados pelos estudantes nas deslocações às IES são: na cidade da Praia o autocarro; em Santa Catarina e no Tarrafal as carrinhas de “caixa aberta” (Toyota Dina e Hilux) e Toyota Hiace. O percurso a pé também é muito utilizado, muitas vezes em simultâneo com os autocarros e outras viaturas.

No que tange à opinião dos estudantes sobre a quem cabe a responsabilidade de financiar o ensino superior, 85,8% defenderam que “o ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado”. Embora as outras partes envolvidas no processo devam também contribuir financeiramente, com menor responsabilidade, discordam com a opinião de que “o custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes”.



## Considerações finais

O trabalho que ora se apresenta tem como principal objetivo dar a conhecer a situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago, no contexto cabo-verdiano, tendo para isso procurado obter informações que contribuirão para situar, conhecer e compreender a real situação socioeconómica dos mesmos, no período escolar e os desafios que enfrentam durante o percurso estudantil, relativo ao ano letivo 2014/2015.

O estudo pretende desenvolver os seguintes objetivos específicos: descrever o agregado familiar do estudante do ensino superior, na ilha de Santiago; caraterizar a origem socioeconómica dos estudantes, através das habilitações dos pais dos estudantes; caraterizar o seu ambiente de estudo no período escolar; identificar o meio de transporte mais utilizado pelos estudantes, na deslocação às Instituições de Ensino Superior; identificar os apoios financeiros oferecidos aos estudantes; identificar as fontes de financiamento no país; saber qual é a opinião do estudante face a uma oscilação da propina praticada, nas Instituições de Ensino Superior; descrever a sua situação face ao emprego e saber a opinião do estudante sobre a quem cabe a responsabilidade de financiar o ensino superior.

Para atingir os objetivos preconizados, inicialmente, foi adotada uma metodologia que privilegiou, na primeira fase, a análise documental e bibliográfica, de obras de referências ligadas ao ensino superior, com destaque para as questões relacionadas com as políticas educativas adotadas pelos sucessivos Governos, as políticas e mecanismos de financiamento que vigoraram, sobretudo, depois da independência nacional. Os dados estatísticos e legislações foram bastante utilizados na primeira fase, o que permitiu apresentar um panorama geral sobre o ensino, com realce para o ensino superior.

Após o enquadramento teórico, apresentou-se os resultados do inquérito aplicado nas sete instituições, públicas (Universidade de Cabo Verde e Instituto Universitário de Educação) e privadas (Universidade de Santiago, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade de Cabo Verde, Universidade Intercontinental de Cabo Verde, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e Instituto Superior de Ciências Económicas e Sociais). O inquérito, por questionário, foi aplicado a uma amostra constituída por 913 estudantes que frequentam as referidas instituições, de forma aleatória, nos três concelhos: Praia, Santa Catarina e Tarrafal. Foram controladas cerca de 15% dos questionários através de entrevista, por via telefónica e de forma presencial em algumas instituições, para poder completar as respostas em falta.

Esta investigação norteou-se por três pressupostos básicos. O primeiro pressuposto é de que os estudantes do ensino superior, embora tenham legalmente acesso ao ensino, para frequentar as instituições e sustentar financeiramente os seus estudos, dependem fortemente das condições socioeconómicas dos seus familiares, das políticas de apoio social e instrumentos privilegiados para a concretização desses apoios (bolsas de estudo, subsídios para alojamento, transporte e alimentação, bem como programas de empréstimo). Concluiu-se que, para ter acesso ao ensino superior o estudante, na ilha de Santiago, deve possuir um certificado de conclusão do ensino secundário, conseguir vaga no curso que pretende, na instituição que escolher e ter aprovação no teste de aferição de competência, em algumas instituições.

As condições económicas e financeiras são fundamentais para que o estudante possa permanecer na instituição, após a aprovação no concurso de acesso. A capacidade financeira da família é a mais importante, pois, a maioria dos estudantes afirmou que, depende dos apoios dos pais e familiares, mesmo para os beneficiários de apoios sociais, uma vez que, esses apoios são reduzidos e não chegam para cobrir todas as despesas escolares e de vida.

O segundo pressuposto é de que, sendo Cabo Verde um país com alta taxa de agregados familiares com “baixos rendimentos”, os estudantes do ensino superior, provavelmente, enfrentam grandes dificuldades financeiras, o que limita a sua capacidade de aquisição de materiais didáticos e equipamentos que, de certo modo, os ajudariam a conseguir melhores resultados académicos e adquirir conhecimentos mais abrangentes sobre os cursos que frequentam. Esta hipótese ficou comprovada, na medida em que, 61,0% dos estudantes inqueridos são provenientes de famílias com “muito baixo” e “baixos” rendimentos e 63,4% não conseguem comprar os materiais didáticos e equipamentos necessários.

O terceiro pressuposto é de que, sendo Cabo Verde um país arquipelágico, formado por dez ilhas e vinte e dois concelhos, com concentração das Instituições de Ensino Superior em duas ilhas, Santiago e São Vicente, os estudantes das restantes ilhas sentem-se obrigados a se deslocarem, durante o período letivo, para as ilhas onde estudam ou para outros concelhos na ilha de Santiago, acarretando diversas dificuldades em termos de acolhimento e estadia. Este pressuposto, também, foi confirmado pelas respostas dos estudantes inqueridos, na medida em que, 28,3% dos estudantes se encontravam deslocados da sua residência habitual. Os estudantes que residem habitualmente na cidade da Praia estudaram no mesmo conselho, 57,2% dos estudantes que residem habitualmente em Assomada e Tarrafal deslocaram-se para a cidade da Praia no período escolar. Dos outros concelhos 90,9% dos estudantes deslocaram-se para a cidade da Praia. Esta situação deve-se à maior concentração das IES na cidade da Praia.

Tendo em conta que as residências estudantis existentes em Assomada e Praia são direcionadas aos estudantes do ensino secundário, apenas 1,0% de inqueridos declarou que residia em residência estudantil, na cidade da Praia. A maioria (63,0%) residia com os pais e ou familiares, no período escolar, para minimizar os custos, razão apontada por 86,3% dos inqueridos como sendo “muito importante” e “importante”. Portanto, as despesas de alojamento e

estadia ficam por conta dos estudantes e/ou suas famílias, quando não conseguem apoios sociais.

Na ilha de Santiago, uma ilha montanhosa, constituída por nove concelhos, com uma certa distância entre si, os estudantes para se deslocarem aos três concelhos onde existem IES, Praia, Santa Catarina e Tarrafal, terão de ter condições financeiras para suportarem os custos de deslocação. Pela pesquisa efetuada e pelas respostas apresentadas, constatou-se que, os meios de transporte mais utilizados são: na cidade da Praia o autocarro; em Santa Catarina e no Tarrafal as carrinhas de “caixa aberta” ou Toyota Hiace.

Com a massificação do ensino básico e secundário, desenvolvimento de infraestruturas de saúde, aumento do número de escolas básicas e secundárias em todo o país, desenvolvimento económico e aumento da população, o número de estudantes inscritos no ensino superior aumentou consideravelmente. Se no ano letivo 2000/2001 as instituições contavam com 717 inscritos, no ano letivo 2013/2014 passou para 13.397. O número de instituições, também, aumentou de 6, em 2006, para 10, em 2014, com cursos diversificados. Portanto, pode-se afirmar que Cabo Verde é um caso de sucesso no âmbito do seu crescimento e diversificação.

Embora tenha havido ganhos consideráveis em termos numéricos, as condições de acessibilidade ao ensino superior não são iguais para todos os estudantes devido a vários outros fatores, que contribuem para o aumento das desigualdades de oportunidades, acesso e frequência. Um dos fatores é a natureza geográfica do país, caracterizado no capítulo III, como um país arquipelágico, constituído por dez ilhas, que sofre de carências agudas em termos de infraestruturas e transportes terrestres, aéreos e marítimos. Existem ilhas com deficientes ligações, o custo de deslocação continua a ser muito elevado, condicionando a igualdade de oportunidade. Essa desigualdade é mais acentuada devido à concentração das IES na cidade da Praia.

As políticas de financiamento do ensino superior não são abrangentes a todos os estudantes com o mesmo nível de rendimento, pois, segundo as respostas dos inqueridos, dos 45,7% dos estudantes pertencentes às famílias com rendimento “baixo”, apenas 24,9% foram beneficiados com apoios sociais. Dos 37,3% pertencentes ao nível de rendimento médio, apenas 14,4% foram contemplados com apoios sociais. Dos 13.397 estudantes inscritos no ano letivo 2013/2014, 782 foram beneficiados pela FICASE e apenas 141 pelo sistema de empréstimo com garantia mútua. No ano letivo 2014/2015 o número de beneficiário aumentou para 1.252, mas continuou a ser insuficiente e o sistema de financiamento com garantia mútua foi extinto, depois de dois anos de funcionamento, com um total de 540 beneficiados, o que demonstra que, a acessibilidade do ensino superior não depende da política de apoio social (bolsas de estudo, subsídios para alojamento e refeições e programas de empréstimos).

O sistema de empréstimo não é muito apreciado pelos inqueridos, uma vez que, apenas 0,4% dos estudantes recorreram ao empréstimo, dos bancos ou de familiar/amigo, sendo todos das instituições privadas, pertencentes a agregados familiares com “baixos” rendimentos. Os estudantes inqueridos justificaram a não contração de empréstimos com a falta de condições financeiras para garantir o pagamento dos mesmos (96,2%). Os que contraíram, utilizaram os montantes para o pagamento de propinas (75,0%) e outras taxas (25,0%), sendo responsáveis por pagar a dívida no final do curso (25,0% entre 101.000 a 150.000 escudos, 50,0% de 201.000 a 250.000 escudos e 25,0% valor superior a 250.000 escudos).

Concluiu-se que, a situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago é “difícil”, pois, além dos fatores referidos no parágrafo anterior, 63,4% não possuem condições financeiras para adquirirem os materiais escolares necessários, 63,0% residem com os pais e/ou familiares como forma de minimizarem os custos, no período escolar (18,2% do público e 44,0% do privado), uma vez que, a maioria (77,8%) não trabalhou, no último ano

escolar e destes 59,6% não receberam nenhum financiamento, além da ajuda dos familiares. As dificuldades são ainda maiores para 41,0% dos estudantes que possuem irmãos no ensino superior. Os apoios sociais recebidos das fontes financiadoras foram insuficientes, tendo em conta que, do total de 913 inqueridos, apenas 202 foram beneficiados com apoios sociais, sendo os estudantes do privado os mais beneficiados. A fonte de financiamento considerada mais vantajosa foi a FICASE (público 48,1% e privado 62,2%).

Um outro fator que contribui, de certa forma, para o aumento das desigualdades é o facto das instituições públicas receberem subsídios para o seu funcionamento, ao contrário das privadas, o que tem provocado diferenças acentuadas no valor da propina praticada entre os dois tipos de instituição, pública e privada, para as mesmas ofertas formativas, de 9.000 escudos, nas instituições públicas, para 12.000 a 20.000 escudos, nas instituições privadas, ultrapassando o valor do salário mínimo nacional. Este elevado valor cobrado nas propinas refletiu nas opiniões dos estudantes, pois num eventual aumento até 50% do valor atual das propinas, 66,0% dos inqueridos responderam que seria “muito provável” e “provável” que começariam a trabalhar ou trabalhariam mais tempo e 33,4% desistiria provavelmente. Com a probabilidade desse valor aumentar em mais de 50%, todos responderam que desistiriam, demonstrando que o valor praticado é elevado para o nível de rendimento que possuem.

Pelas respostas dos inqueridos, o ambiente de estudo na residência, no período escolar, é bom, pois, possuem as condições mínimas, nomeadamente, a existência de quartos individuais (58,7%), água canalizada (86,4%), energia elétrica (98,9%) e casa de banho (95,9%), o que lhes permitem estudar em casa, minimizando os custos, uma vez que não possuem condições financeiras para fazerem as refeições nas cantinas, nem permanecerem o dia todo nas IES, muito menos para se deslocarem mais do que uma vez, devido ao alto preço dos transportes e a longa distância a percorrer.

Os estudantes inqueridos são na sua maioria, mais de 50%, provenientes de pais com baixos níveis de habilitação, básico (pai 29,1% e mãe 29,4%) e secundário (pai 18,4% e mãe 35,2%). Concluiu-se que os pais dos estudantes do ensino privado possuem maiores habilitações, destacando o nível de ensino médio/profissional e o superior. Não existem diferenças significativas entre o nível de habilitações dos pais e o sexo dos estudantes inqueridos. O sexo dos estudantes não interfere na escolha dos cursos, nem na escolha das instituições, pelos estudantes, na ilha de Santiago.

Os estudantes inqueridos são de opinião que o “ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado” (57,6% “concorda completamente”) garantindo assim os direitos consagrados na Constituição da República.

Ao longo desta investigação, foram encontradas algumas dificuldades, mas a insistência por parte da investigadora, de alguns estudantes e dos docentes, que ajudaram na aplicação dos questionários e orientações presenciais, no momento da aplicação, foram maiores. Alguns alunos mostraram-se irredutíveis e sem paciência para darem a sua colaboração, muitas vezes, alegando excesso de trabalhos, testes e cansaço físico, comportamentos e atitudes perfeitamente compreensíveis, dado que o inquérito foi aplicado nos últimos três meses do ano letivo, maio, junho e julho, alguns durante as férias escolares, devido a receção tardia das autorizações das Instituições de Ensino Superior e alguns constrangimentos com a deslocação da investigadora a Cabo Verde.

Embora com alguns obstáculos, conseguiu-se concretizar este trabalho, pois, o empenho pessoal da investigadora, o prazer de levar a vivência dos estudantes das IES da Ilha de Santiago ao público, em geral, coadjuvado com uma orientação pontual, de uma professora incansável, que tem proporcionado muita inspiração, desde a escolha do tema até à apresentação final deste trabalho, foram determinantes. Todos os objetivos propostos foram atingidos, mas nem todas as questões do questionário foram trabalhadas neste estudo, pelo

que a investigadora pretende aprofundar os itens correspondentes à parte de custos (pergunta 34 do questionário) na fase de Doutoramento, altura em que pretende estudar o tema “Financiamento do ensino superior em Cabo Verde”.

As conclusões a que se chegou permitem apresentar as seguintes sugestões:

- Criação de mais residências estudantis, em todos os concelhos onde existem instituições de ensino superior, para acolher os estudantes provenientes das outras ilhas, das zonas distantes ou isoladas e do estrangeiro, a um preço simbólico.
- Criação de mecanismos de financiamento dos estudantes do ensino superior, junto dos bancos comerciais, com condições especiais de empréstimos, nomeadamente, taxas mais baixas e com menos burocracias.
- Retoma de mecanismo de financiamento com garantia mútua, criada pelo Governo de Cabo Verde, em 2011, direcionado especialmente aos estudantes provenientes de famílias com baixos rendimentos e os estudantes trabalhadores que desejam prosseguir os estudos. Consequentemente, criar mecanismos fiscais para garantir o retorno do financiamento, como por exemplo garantir emprego ou estágios remunerados para os estudantes beneficiados com este tipo de empréstimo. Caso não concordarem com o emprego oferecido, ordenaria a cobrança coerciva junto dos tribunais, para quando começarem a trabalhar, onde quer que estiverem.
- Aumento do montante de bolsas de estudo para os estudantes provenientes de famílias com baixos e muito baixos rendimentos, de modo a poderem cobrir todas as despesas escolares, principalmente, comprarem todos os materiais e equipamentos necessários para a elevação da qualidade do



ensino e da aprendizagem, com destaque para os livros científicos, como fonte de conhecimento, criarem o hábito de leitura, fazendo com que se desprendam das fotocópias, alargando e aprofundando os conteúdos abordados nas salas de aula.

- O Estado poderá oferecer incentivos fiscais às instituições que oferecerem bolsas de estudo e subsídios aos estudantes ou que lhes oferecerem empregos durante o percurso escolar, ou que comprometerem a empregá-los ao terminarem os estudos.
- Criar condições para que haja transportes escolares direcionados aos estudantes do ensino superior das zonas mais afastadas, permitindo o deslocamento diário e diminuindo as despesas para aqueles cujos pais pertencem a níveis de rendimentos baixo e muito baixo.
- Criar incentivos às cantinas escolares, de modo a facilitar o acesso dos estudantes aos produtos oferecidos, já que a maioria é proveniente de famílias com baixos rendimentos.
- Reativar o programa “Mundo Novo”, continuando com as ofertas de equipamentos informáticos às instituições, professores e estudantes, principalmente, do nível superior, facilitando o acesso dos estudantes a mais e melhores informações, acesso aos livros e outros documentos, em formato digital, diminuindo também os gastos com as fotocópias.
- Criação de políticas de financiamento do ensino superior que permitem igualdade de oportunidade para todos os estudantes com o mesmo nível de rendimento.

## Bibliografia

Agência Nacional de Segurança Alimentar. (2013). *Anuário de Segurança Alimentar de Cabo Verde 2010-2011*. Obtido em 07 de 07 de 2017, de <https://www.arfa.cv/index.php/boletim-info/.../811-anuario-de-seguranca-alimentar-2010-2011>.

American Psychological Association. (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association*. Washington DC, USA: APA

American Psychological Association. (2015). *Publication Manual of the American Psychological Association*. Obtido em 2016, de: <https://www.amazon.com/Publication-Manual-American-Psychological-Association/dp/B003ZGEM5U/ref=sr>

Banco Comercial do Atlântico. (2015). *Crédito com Garantia Mútua*. Obtido em 30 de 11 de 2016, de BCA: <https://www.bca.cv/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?idc>.

Banco Mundial. (2012). *Construindo o futuro. Como é que o ensino superior pode contribuir para a agenda de transformação económica e social de Cabo Verde*. Cabo Verde: Banco Mundial.

Blackman, S. (1987). *The labour market in school: new vocationalism and issues of sociality ascribed discrimination*. London: The Falmer Press.

- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Fundamentos, métodos e técnicas*. Portugal: Porto Editora.
- Bogdan, R., & Taylor, S. J. (1986). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: Labusqueda de significados*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Borges, E. (2016). *Análise do Financiamento do Ensino Superior Caboverdiano*. (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada). Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Praia.
- Brito, J.S. (2003). *Transdisciplinaridade no ensino superior em Cabo Verde*. Eccos. São Paulo: UNINOVE.
- Cabrito, B. (2002). *Financiamento do Ensino Superior. Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal*. Lisboa: EDUCA.
- Câmara de Comércio de Sotavento. (2016). *Transportes Rodoviários*. Praia, Cabo Verde: Câmara de Comércio de Sotavento.
- Cerdeira, L. (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de Custos*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa.
- Cerdeira, L., Brites, R., Patrício, T., Machado, M. d., & Cabrito, B. (2014). *CUSTOS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS*.

*RELATÓRIO CESTES. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior.* Lisboa: EDUCA.

Chaves, V. L. (2015). *Política de Financiamento e a Expansão da Educação Superior no Brasil: O Público e o Privado em Questão.* Brasil: Educação Temática Digital. ISSN 1676-2592.

Conceição, F. T. (1995). *O Financiamento das Universidades Públicas: Aplicação ao Ensino de Engenharia, Ciência e Tecnologia.* Obtido em 2015, de Tese de mestrado: <https://aep.tecnico.ulisboa.pt/files/sites/22>.

Dias, M. A. (2011). *Inovações na Educação Superior: Tendências Mundiais.* Obtido em 31 de dezembro de 2016, de: [http://www.mardias.net/site2010/?page\\_id=3055](http://www.mardias.net/site2010/?page_id=3055). Durkheim, E. (1968). *Sociologie et Education.* Paris: PUF.

Durkheim, E. (1989). *Sociologie et Education.* Paris: P.U.F.

Eicher, J. C., & Chavalier, T. (2002). *Rethinking the financing of post-compulsory education higher education in Europe.* Higher education in Europe.

Fernandes, Gabriel. (2015). *Universidade de Santiago.* Cabo Verde: Universidade de Santiago.

FICASE. (2012). *Plano Operacional 2012/2015.* Praia, Cabo Verde: FICASE.

FICASE. (2015). *Saúde escolar, uma aposta acertada*. Praia, Cabo Verde: FICASE.

FICASE. (2015). *Número de beneficiários de apoios sociais*. Praia, Cabo Verde: FICASE.

Forças Armadas. (2016). *Recursos Humanos*. Praia, Cabo Verde.

Gadotti, M. (2000). *Perspetivas Atuais da Educação*. Universidade de São Paulo: Artes Médicas.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2011). *Metodologia do Ensino Superior* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Graça, A. d. (2010). *Universidade do Mindelo*. Obtido em 02 de 12 de 2016, de <https://uni-mindelo.edu.cv/pt/reitoria/54-reitor-um>.

Graça, A. d. (2016). *Discurso*. Obtido em 02 de 12 de 2016, de <https://asemana.sapo.cv/spid.php?article58741>.

Hill, C. B., Gordon, C. Winston., & Boyd, Stephanie (2003). *Affordability: Family Incomes and Net Prices at Highly Selective Private Colleges and Universities*. Obtido em 19 de dezembro de 2014, de: <http://sites.williams.edu/wpehe/files/2011/06/JHRAffordability.pdf>.

ICHEFAP (2005). The International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project. Obtido em janeiro de 2014, de: <http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/countryprofiles/europe/Austria%20%20updated>.

Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2014). *Plano de Actividades do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde: IEFP.

Instituto Nacional de Estatística. (2009). *Classificação Nacional das Profissões de Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Boletim Informativo nº 2*. Praia, Cabo Verde: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censo 2010*. Praia, Cabo Verde: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Mulheres e Homens em Cabo Verde*. Praia: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Inquérito Multi-Objectivo Contínuo. Estatística das Famílias e Condições de Vida*. Praia: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Inquérito Multiobjectivo Contínuo. Estatística das Famílias e Condições de Vida*. Praia: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Boletim Informativo nº 9*. Praia, Cabo Verde: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Inquérito Multiobjectivo Contínuo 2015. Estatísticas do Emprego e Mercado do Trabalho*. Praia: INE.

Jacob, V. L. (2015). *Política de Financiamento e a Expansão da Educação Superior no Brasil: O Público e o Privado em Questão*. (E. T. Digital, Ed.) ISSN 1676-2592, p. 427-441.

Johnstone, D. B. (1986). *Sharing the costs of Higher Education. Student Financial Assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and United State*. Ney York: College Board Publication.

Johnstone, D. B. (2000). *Student Loans in Internacional Perspective: Promises and Failures, Myths and Partial Truths*. Disponível em: <http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance>.

Johnstone, D. B. (2001). *Those out of control cost*. In Defense of American Public University, Baltimore: The John Hopkins University Press.

- Johnstone, D. B. (2002). *Challenges of financial austerity: Imperatives and limitations of revenue diversification in higher education*. The Welsh Journal of Education: Special International Issue.
- Johnstone, D. B. (2003). *Cost Sharing in higher education Tuition, Financial assistance, and accessibility in comparative perspective*. Czech Sociological Review, 39 (3). Disponível em: <http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/Publications>.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa* (7ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Ludke, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U.
- Marques, F. (2015). *Visita à Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá*. Praia: Ministério da Educação e Desporto. Obtido em 29 de 11 de 2016, de: <https://governo.cv/index.php/rss-destaques/5680-pm-realça-papel-fundamental-de-residenciais-em-cabo-verde>.
- Mattar, F. N. (2014). *Pesquisa de Marketing: Metodologia, Planeamento, Execução e Análise*. São Paulo: Atlas.
- Ministério da Educação e Desporto. (2009). *Anuário da Educação do Ano Letivo 2007/2008*. Praia: Ministério da Educação e Desporto.



Ministério da Educação e Desporto. (2010). *Anuário da Educação do Ano Lectivo 2008/2009*. Praia: Ministério da Educação e Desporto.

Ministério da Educação e Desporto. (2013). *Anuário da Educação do ano lectivo 2010/2011 e 2011/2012*. Praia: Ministério da Educação e Desporto.

Ministério da Educação e Desporto. (2014). *Anuário da Educação do ano lectivo 2012/2013*. Praia: Ministério da Educação e Desporto.

Ministério da Educação e Desporto. (2015). *Anuário da Educação ano letivo 2013/2014*. Praia: MED.

Ministério do Ensino Superior Ciências e Inovação. (2014). *Anuário do Ensino Superior*. Praia: MESCI.

Ministério do Ensino Superior Ciências e Inovação. (2015). *Anuário do Ensino Superior*. Praia: MESCI.

Nações Unidas. (2012). *Quadro de assistência das Nações Unidas para o desenvolvimento da República de Cabo Verde (UNDAF)*. Praia, Cabo Verde: Nações Unidas.

Neves, J. M. (2014). *Visita à Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá*. Página Oficial do Governo de Cabo Verde. Obtido em 29 de 11 de 2016 de: <https://governo.cv/index.php/rss-destaques/5680-pm-realça-papel-fundamental-de-residenciais-estudantis-em-cabo-verde>.

- OCDE. (1990). *Financing Higher Education-Current Patterns*. Paris: OCDE.
- OCDE. (2006). *Policy Brief: The Importance of Financial Education*. Obtido em 19 de dezembro de 2014, de: <https://www.ecde.org/dataoecd/832/3708783>.
- OCDE. (2008). *Tertiary Education for the Knowledge Society. Special Features: Governabce, Funding, quality*. Obtido em 19 de dezembro de 2014, de: <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/41266690.pdf>.
- Pereira, A. (1985). *X Aniversário da Independência Nacional*. Praia, Cabo Verde: Grafedito.
- Perreira, A., & Patrício, T. (2013). *SPSS: guia prático de utilização; análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia* (8ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências Sociais - A complementaridade do SPSS* (6ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Planas, O. (1996). *Economia de la Educación*. Barcelona: Ariel Educación.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*. Brasil: Universidade Feevale; Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo.
- Quéré, L. (23 de Novembro de 2016). *Artigos de apoio*. Obtido de Infopédia: [https://www.infopedia.pt/\\$situacao-social](https://www.infopedia.pt/$situacao-social).

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Brasil: Gradiva.
- Ramos, E. (2012). *Desenvolvimento e acessibilidade do ensino superior em Cabo Verde. O papel da FICASE*. Praia: FICASE.
- Ramos, E. (2015). *Beneficiários de apoios sociais*. Praia: FICASE.
- Reis, E. (2008). *Estatística Descritiva* (7ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Reis, E., Melo, P., Andrade, R., & Calapez, T. (2015). *Estatística Aplicada* (6ª ed., Vol. 2). Lisboa: Edições Sílabo.
- Tolentino, A. C. (2006). *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento. O Caso de Cabo Verde* (Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Educação). Portugal.
- UNESCO. (2000). *Final Report*. Dakar: Ulrika PEPPLER BARRY.
- Universidade de Aveiro. (2013). *Gerir referências bibliográficas. APA 6th. Mindeley*. Serviços Académicos, Informação Documental e Museologia. Obtido em 24 de setembro de 2017, em: [http://blogs.ua.pt/bibliotecainform/a/wp-content/uploads/2015/06/tiPologias\\_estilos\\_2015.pdf](http://blogs.ua.pt/bibliotecainform/a/wp-content/uploads/2015/06/tiPologias_estilos_2015.pdf)
- Universidade de Santiago. (2015). *Testes de Aferição de Competências*. Obtido em 2015, de <https://us.edu.cv/usSITE/index.php/estudantes/pim>.

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. (2014). *Regulamento Financeiro*. Praia, Cabo Verde: Uni-Piaget.

Varela, B. (2006). *Manual de Administração Educativa*. Praia: Universidade de Cabo Verde.

Varela, B. (2011). Concepções, práxis e tendências de desenvolvimento curricular no ensino superior público em Cabo Verde: um estudo de caso sobre a Universidade de Cabo Verde. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Especialidade de Desenvolvimento Curricular. Portugal: Universidade do Minho

Varela, B. (2013). *Evolução do ensino superior público em cabo verde: da criação do curso de formação de professores à instalação da Universidade de Cabo Verde*. Coleção Aula Magna. Vol. 3. Cabo Verde: Uni-CV.

Varela, B. (2015). *Financiamento e sustentabilidade do ensino superior cabo-verdiano - A centralidade das bolsas de estudo*. Praia, Cabo Verde: Universidade de Cabo Verde.

WOODHALL, M. (1995). *Student Loans*. In *Internacional Encyclopedia of Economics of Education*. Cambridge: Pergamon, pp. 420-429.

Yin, R. (2001). *Case Study Research: Design and methods*. Porto Alegre: Bokman.

## **Legislação Consultada**

Decreto nº 58/76 de 05 de junho. *Regulamentação da fixação de prazos, quantitativos de propinas, emolumentos ou selos e as isenções de propinas nos diversos estabelecimentos de ensino do País*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, Série I, Número 23 (1976). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto nº 70/79 de 28 de julho. *Criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário*. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Boletim Oficial, Série I, Número 30 (1976). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto 70/76 de 3 de julho. *Equipara os professores contratados para o quadro do ensino preparatório e secundário, para efeito de percepção de vencimentos, a professores com formação universitários*. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Boletim Oficial, Série I, Número 27 (1976). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto nº 82/76 de 21 de agosto. *Criação da Comissão Nacional de Bolsas de Estudo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Boletim Oficial, I Série, Número 34 (1976). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto nº 21/80 de 27 de março. *Criação do Instituto Nacional de Investigação Tecnológica*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 12 (1980). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto nº 27/80 de 03 de maio. *Alteração do Decreto nº 70/79, de 28 de Julho, que cria o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 18 (1980). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto 83/81 de 18 de julho. *Regulamento do Estudante Bolseiro no Exterior.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, Série I, Número 29 (1981). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto nº 114/81 de 19 de setembro. *Regulamento do Estudante Bolseiro.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, Série I, Número 38 (1981). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto nº 18/88 de 9 de março. *Criação do Instituto Pedagógico.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 10 (1988). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Legislativo nº 2/2010 de 07 de maio. *Bases do Sistema Educativo.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Suplemento, Número 17 (2010). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 57/93 de 13 de setembro. *Regime Jurídica das Bolsas de Estudo.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 34 (1993). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 27/95 de 22 de maio. *Institucionalização do "Ano Zero" para o ingresso no ensino superior.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 16 (1995). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 40/96 de 21 de outubro. *Criação do Instituto Superior de Engenharia de Ciências do Mar (ISECMAR)*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 35 (1996). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 41/96 de 21 de outubro. *Definição do regime jurídico das residências públicas de estudantes*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 35 (1996). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 6/97 de 03 de fevereiro. *Regime jurídico do financiamento para a formação pós-secundária no País ou no estrangeiro*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 4 (1997). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei 58/97. *Cria bolsa de mérito*. Imprensa Nacional de Cabo Verde. Boletim Oficial. Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 52/98 de 26 de outubro. *Estatuto do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 39 (1998). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 15/2000 de 13 de março. *Regula o regime de acesso e ingresso no ensino superior*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 7 (2000). Obtido em 19 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.legis-palop.org/bd/Legis>.

Decreto-Lei nº 11/2001 de 07 de maio. *Autoriza o Instituto Piaget a exercer a sua actividade em Cabo Verde e aprova os seus Estatutos*. Imprensa

Nacional, Boletim Oficial, I Série, Número 12 (2001). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 12/2001 de 07 de maio. *Define os princípios de actuação da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 12 (2001). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 15/2002 de 29 de Julho. *Extingue o ano Zero*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 23 (2002). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 65/2005 de 24 de outubro. *Definição transitória do regime de autorização de funcionamento de cursos superiores ministrados nos estabelecimentos de ensino superior particular*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2005). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 56/2006 de 04 de dezembro. *Alteração do Novo Regulamento de Transportes Automóveis*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, nº 35 (2006). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 17/2007 de 7 de maio. *Aprova o Estatuto do ensino superior particular e Cooperativo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, nº 17 (2007). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 32/2007 de 3 de setembro. *Estabelece os princípios gerais que regem a constituição e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino*



*privado e cooperativo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde. I Série, Número 33 (2007). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 11/2009 de 20 de novembro. *Alteração do Estatuto da Universidade de Cabo Verde*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 16 (2009). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 49/2010 de 08 de novembro. *Define o regime de financiamento público ao ensino superior*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2010). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 17/2012 de 21 de junho. *Reconfiguração do Instituto Pedagógico, que passa a denominar-se Instituto Universitário de Educação*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 36 (2012). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 20/2012 de 19 de julho. *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, Série I, Número 41 (2012). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 22/2012 de 07 de agosto. *Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 46 (2012). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 12/2015 de 24 de fevereiro. *Alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, Série I, Número 14 (2015). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Regulamentar nº 12/94 de 29 de dezembro. *Aprovação do Estatuto Orgânico do Instituto Pedagógico*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, 3º Suplemento, Número 42 (1994). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Regulamentar nº 15/2009 de 16 de novembro. *Reconhecimento oficial do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais - ISCJS*. Imprensa Nacional, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2009). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Regulamentar nº 16/2009 de 16 de novembro. *Reconhecimento Oficial do Mindelo-Escola Internacional de Artes*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2009). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Regulamentar nº 17/2009 de 26 de novembro. *Reconhece oficialmente a Universidade Lusófona de Cabo Verde "Dr. Baltasar Lopes da Silva"*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2009). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Regulamentar nº 18/2009 de 16 de novembro. *Reconhece oficialmente a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA)*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2009). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Regulamentar nº 19/2009 de 16 de novembro. *Reconhece oficialmente a Universidade de Santiago*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2009). Praia: Conselho de Ministros.

Decreto-Regulamentar nº 20/2009 de 16 de novembro. *Reconhecimento oficial do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 43 (2009). Praia: Conselho de Ministros.

Despacho de 05 de maio. *Aumento do valor das bolsas de estudo no país*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 17 (1997). Praia: Ministério da Educação, Ciência e Cultura e Ministério da Coordenação Económica.

Despacho nº 5/78. Cria bolsas de estudos para o exterior. Praia: Direção-Geral do Ensino Superior.

Despacho nº 5/2006 de 18 de outubro. Autoriza cursos de licenciatura ao ISCJS. Praia: Direção-Geral do Ensino Superior.

Despacho nº 22/GM/2009. *Publica o Estatuto do IESIG*. Boletim Oficial, III Série, Número 32 (2009). Praia: Direção-Geral do Ensino Superior e Ciência.

Lei Constitucional nº 1/VII/2010 de 3 de maio. *Constituição da República de Cabo Verde*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, Suplemento, I Série, Número 17 (2010). Praia: Assembleia Nacional.

Lei nº 97/V/99 de 22 de março. *Estabelece o regime de gestão de estabelecimentos públicos de ensino superior*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 8 (1999). Praia: Assembleia Nacional.

Lei nº 113/V/99 de 18 de outubro. *Alteração e republicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro.*

Imprensa Nacional de Cabo Verde. Boletim Oficial, Série I, Número 38 (1999). Praia: Assembleia Nacional.

Ordem nº 2/81 de 22 de agosto. *Fixação do prazo de oito dias para que os bolseiros do do Estado de Cabo Verde que hajam completado ou venham a completar a sua formação no exterior no ano de 1981 se apresentem, para efeitos de colocação, na Direcção-Geral da Função Pública.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, Série I, Número 34 (1981). Praia: Gabinete do Primeiro Ministro.

Portaria nº 90/97 de 31 de dezembro. *Pagamento direto das bolsas de estudo aos estudantes.* Imprensa Nacional de Cabo Verde. Boletim Oficial, I Série, 6º Suplemento, Número 50 (1997). Praia: Ministério da Coordenação Económica e Ministério da Educação, Ciência e Cultura.

Resolução do Governo de 28 de setembro. *Criação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 36 (1998). Praia: Conselho de Ministros.

Portaria nº 8/99 de 19 de janeiro. *Cria a Residência Estudantil da Praia, Madre Teresa de Calcutá.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 3 (1999). Praia: Gabinete do Ministro.

Portaria nº 9/99 de 19 de janeiro. *Cria o Internato do Mindelo designado "Internato Leonel Madeira"*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 3 (1999). Praia: Gabinete do Ministro.

Portaria nº 13/2012 de 04 de abril. *Reconhece o grau e diploma dos cursos de licenciatura do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 22 (2012). Praia: Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação.

Resolução nº 24/98 de 08 de junho. *Criação do Instituto Nacional de Administração e Gestão - INAG*. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Boletim Oficial, I Série, Suplemento, Número 20 (1998). Praia: Concelho de Ministros.

Resolução nº 37 de 22 de 08. *Submete o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais a regras de gestão empresarial*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 34 (2005). Praia: Conselho de Ministros.

Resolução nº 29/2008 de 11 de agosto. *Extinção do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, Número 30 (2008). Praia: Conselho de Ministros.

Resolução nº 24/2010 de 17 de maio. *Fusão do Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar, do Fundo Autónomo de Edição de Manuais Escolares e do Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação na Fundação Cabo-verdiana de Acção Social e Escolar*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial, I Série, nº 19 (2010). Praia: Conselho de Ministros.

## APÊNDICE

**Questionário aos Estudantes do Ensino Superior na Ilha de Santiago – Ano letivo 2014/2015**  
(a ser respondido por estudantes com uma 2ª inscrição no ensino superior)

Este inquérito insere-se num projeto de investigação sobre o estudo da situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na Ilha de Santiago, no âmbito de uma dissertação de mestrado a decorrer no Instituto de Educação, da Universidade de Lisboa.

Este questionário foi adaptado do inquérito aplicado pela Doutora Luísa Cerdeira, na sua tese de Doutoramento.

O tratamento dos dados tem um interesse estritamente científico, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das respostas.

Agradecemos a sua colaboração.

**Instruções**

Por favor, responda as questões que se seguem preenchendo os espaços vazios ou assinale uma (a apenas uma) resposta, exceto nas questões identificadas com\*, tendo em conta a classificação na escala de 1 a 10. Caso não possua informação suficiente ou não pretenda responder a alguma das questões, assinale a sua resposta na coluna NS (Não Sabe) ou passe para a pergunta seguinte.

**Muito importante:** Preencha totalmente os círculos correspondentes à sua resposta com qualquer cor de caneta:

Certo: ● Errado: ● 7 ○ Y

**Controlo do questionário**

1.1 Controlo numérico do questionário: \_\_\_\_\_

1.2 Instituição de Ensino Superior (IES) \_\_\_\_\_

1.3 Curso: \_\_\_\_\_

1.4 Área científica do seu curso? \_\_\_\_\_

1.5 Código Postal da IES: \_\_\_\_\_ Ilha \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

**Informações básicas e individuais**

2.1 Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

2.2 Nacionalidade: ☐ Cabo-verdiano(a) ☐ Outra \_\_\_\_\_

2.3 Residência habitual - Concelho: \_\_\_\_\_

2.4 Residência no período letivo - Concelho: \_\_\_\_\_

2.5 Data de nascimento: 19 \_\_\_\_ \_\_\_\_

2.6 Estado civil: ☐ Casado(a) ☐ Solteiro (a) ☐ Divorciado (a)

2.7 Número de irmãos: \_\_\_\_\_

2.8 Número de irmãos no ensino superior: \_\_\_\_\_

2.9 Número de filhos: \_\_\_\_\_

3. Qual o tipo de escola secundária que frequentou: ☐ Pública ☐ Privada

4. Possui cartões de débito? 1. Sim ☐ 2. Não ☐

5. Possui cartão de crédito? 1. Sim ☐ 2. Não ☐

6. Possui viatura própria? 1. Sim ☐ 2. Não ☐

7. Qual é a distância entre a sua residência no período letivo e a IES que frequenta, em minutos?

- ☐ Menos de 30 ☐ Entre 30 a 60  
☐ Entre 60 a 120 ☐ Mais de 120

8. \*Na distância indicada no ponto 7, qual o meio de transporte que utiliza? Se for o caso, pode escolher mais do que uma opção:

- ☐ De viatura própria ☐ De autocarro ☐ De bicicleta ☐ A pé  
☐ De Hiace / Táxi ☐ De boleia ☐ Outro: \_\_\_\_\_

9. O seu quarto de dormir é: ☐ Individual ☐ Partilhado

10. Encontra-se deslocado(a) da sua residência habitual? ☐ Sim ☐ Não

11. \*A sua residência, no período letivo, possui:

- 1 Água canalizada? ☐ Sim ☐ Não  
2 - Energia elétrica? ☐ Sim ☐ Não  
3 - Casa de banho? ☐ Sim ☐ Não

12. Qual é a sua principal residência, este ano letivo (escolha uma das hipóteses)?

- ☐ Com os pais / familiares ☐ Em residência universitária  
☐ Em casa própria ☐ Com os colegas  
☐ Em apartamento / quarto arrendado; ☐ Outra: \_\_\_\_\_

13. O ambiente de estudo da sua residência, no período letivo:

- ☐ É bom. Estuda em casa. ☐ É péssima. Estuda na biblioteca ou noutro lugar.  
☐ É razoável. Às vezes estuda em casa ☐ Outra: \_\_\_\_\_

14. Indique o grau de importância da escolha do local onde vive (período letivo), das seguintes razões (escolha uma coluna para cada alínea).



- Muito                      Pouco                      Não  
importante   Importante   importante   importante
- 14.a) Queria minimizar os custos ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐
- 14.b) Queria ser independente ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐
- 14.c) Não havia residência estudantil disponível ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐
- 14.d) A sua casa é noutra cidade / ilha / concelho..... ☐ ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐
- 14.e) A sua família não autorizava outras escolhas... ☐ ..... ☐ ..... ☐ ..... ☐
- 14.f) Existe outra razão? Por favor, indique-a: \_\_\_\_\_

15. Qual é o nível de educação mais elevado obtido pelos seus pais?

a) Mãe: \_\_\_\_\_ b) Pai: \_\_\_\_\_

16. Qual é a profissão dos seus pais?

a) Pai: \_\_\_\_\_ b) Mãe: \_\_\_\_\_

17. Os seus pais têm outras fontes de rendimento além do que recebem do trabalho fixo?

☐ Sim (17.1- Por favor, indique: \_\_\_\_\_) ☐ Não

18. Como classificaria o rendimento do seu agregado familiar?

☐ Alto (Acima de 150.000\$00) ☐ Médio (De 50.000\$00 a 150.000\$00) ☐ Baixo (até 50.000\$00)

19. O status económico da sua família afetou a sua escolha de instituição / curso? ☐ Sim ☐ Não

(Se não passe para a pergunta 21. Se for sim, diga como, escolhendo uma coluna para cada alínea a seguir indicada. Assinala com uma cruz o grau que corresponde à sua resposta.)

	Concorda	Concorda em parte	Discorda	Discorda em parte	Não aplicável
19.a) Aumentou a sua escolha, porque após ter obtido as qualificações académicas necessárias, pôde ir para a instituição que queria (pode pagar).					
19.b) Diminui as suas escolhas, porque apenas pôde ir para uma instituição próxima, para continuar a viver em casa.					
19.c) Diminui a sua escolha, porque apenas pôde ir para uma instituição que lhe ofereceu uma bolsa de estudo.					
19.d) Diminui as suas escolhas, porque as suas despesas de educação não podem exceder um certo limite.					

### Acesso

20. O estabelecimento de ensino que frequenta foi a sua 1ª opção? ☐ Sim ☐ Não

21. O curso que frequenta foi a sua 1ª opção? ☐ Sim ☐ Não

22. Entrou pela primeira vez que se candidatou ao ensino superior? ☐ Sim ☐ Não

22.1 Se não, quantas vezes já o tinha feito anteriormente? \_\_\_\_\_

23. Para além da sua vocação, que outros fatores influenciaram a sua escolha de instituição e de curso no ensino superior? (para cada alínea, escolha uma só coluna)

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
23.a) Família				
23.b) Desempenho académico no ensino secundário				
23.c) Localização				
23.d) Despesa que a família tinha que suportar				

24. Se as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e as privadas tivessem os mesmos cursos:

☐ Escolheria a instituição pública ☐ Escolheria a instituição privada

25. Entrou diretamente no ensino superior, depois de receber o certificado do ensino secundário?

☐ Sim ☐ Não

Se for não, por favor, indique o grau de importância das seguintes razões, assinalando com uma cruz na coluna correspondente à sua resposta:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
25.a) Não passou no concurso de admissão ao ensino superior				
25.b) Não tinha o curso que desejava				
25.c) Não tinha dinheiro para cobrir as despesas				
25.d) Queria trabalhar primeiro				
25.e) Não queria estudar				
25.f) Não entrou devido a razões profissionais				
25.g) Os seus pais não permitiram				
25.h) Dificuldades em deslocar-se à casa depois das aulas				

26. O seu sexo teve impacto na sua escolha de instituição ou curso?

☐ Não (Passe para a pergunta 27) ☐ Sim (Por favor, indique como, escolhendo o grau de concordância, das opções a seguir indicadas)

Concorda Discorda

- 26.a) Teve que frequentar uma escola mais próxima de casa..... ☐ ..... ☐
- 26.b) Teve que frequentar um curso do período diurno ..... ☐ ..... ☐
- 26.c) Teve que frequentar um curso mais aceitável para uma mulher ..... ☐ ..... ☐
- 26.d) Outra: \_\_\_\_\_

27. Se não tivesse ingressado no ensino superior, indique a probabilidade de se encontrar em cada uma das seguintes situações (escolha uma só coluna).

- |  | Muito<br>Provável     | Provável              | Pouco<br>provável     | Nada<br>provável      |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 27.a) Estaria empregada .....                              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 27.b) Estaria a frequentar outra modalidade de formação .. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 27.c) Teria montado um negócio por conta própria .....     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 27.d) Estaria em casa sem trabalhar, nem estudar .....     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

28. Se ocorresse um aumento do valor da propina até 50% do atual valor, como provavelmente reagiria:

- |   | Muito provável        | Provável              | Pouco<br>Provável     | Improvável            |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 28.a) Obteria um empréstimo, caso fosse possível...   | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 28.b) Começaria a trabalhar ou trabalharia mais ..... | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 28.c) Cancelaria a matrícula .....                    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 28.d) Continuar a estudar normalmente.....            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

29. Se ocorresse um aumento das propinas de mais de 50%, como provavelmente reagiria:

- |   | Muito Provável        | Provável              | Pouco Provável        | Improvável            |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 29.a) Obteria um empréstimo, caso fosse possível..... | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 29.b) Começaria a trabalhar ou trabalharia mais ..... | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 29.c) Cancelaria a matrícula por um ano .....         | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 29.d) Continuar a estudar na mesma .....              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

30. Se o valor da propina do ensino superior público fosse igual ao do ensino superior privado:

- ☐ Permaneceria no Público ☐ Permaneceria no privado
- ☐ Mudaria para o público ☐ Mudaria para o privado

### Acesso aos equipamentos e materiais didáticos

31. Meios de comunicação, equipamentos e materiais didáticos:

- 31.1 Tem acesso à internet? ☐ Sim ☐ Não
- 31.2 Possui computador / Portátil / Tablet? ☐ Sim ☐ Não
- 31.3 Conseguiu comprar todos os livros / fotocópias/materiais didáticos este ano letivo?
- ☐ Sim ☐ Não . Se não, como é que conseguiu ultrapassar as necessidades?
- 

### Despesas, fontes de apoio e suporte financeiro

32. No ano anterior, foi contemplado(a) com apoios sociais, bolsas de estudo e/ou subsídio?

- ☐ Sim ☐ Não (Se não, passe para a pergunta 33)

32.1 \*Se for sim, indique a entidade que concedeu e o tipo:

	Reembolsável	Não Reembolsável
<input type="radio"/> Serviço de Ação Social /Universidade / Instituto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/> Direção Geral do Ensino Superior, Ciências e Inovação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/> FICASE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/> Outra (qual? _____)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

32.2 Se for sim, indique o montante mensal que recebeu, em escudos:

- ☐ De bolsas de estudo \_\_\_\_\_ ☐ De subsídio \_\_\_\_\_
- ☐ De outros apoios sociais \_\_\_\_\_

32.3 Recebeu por quanto tempo (em meses)? \_\_\_\_\_

33. Este ano recebe apoio social, bolsas/subsídio? ☐ Sim ☐ Não (Passe para a pergunta 34)

33.1 Se sim, é da mesma instituição e tipo?

- ☐ Sim ☐ Não (Se não, indique o nome da instituição e o tipo de bolsa: \_\_\_\_\_)

33.2 Qual o montante que recebe por mês (este ano letivo)?

- ☐ De bolsas de estudo \_\_\_\_\_ ☐ De subsídio \_\_\_\_\_
- ☐ De outros apoios sociais \_\_\_\_\_

33.3 Se recebeu ou recebe algum tipo de apoio, considera que:

- ☐ Consegue pagar todas as despesas escolares ☐ Paga apenas a propina
- ☐ Não chega para pagar propina ☐ Não chega para todas as despesas

34. Despesas do último ano académico (por favor, indique o valor mais aproximado e a frequência com que a despesa se realizou):

<b>Despesas Correntes</b>	<b>Valor em Escudos (\$)</b>	<b>Mês</b>
34.a) Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente		Por mês
34.b) Telefone, telemóvel e internet		Por mês
34.c) Alimentação		Por mês
34.d) Despesas médicas (seguros, consultas e visitas ao dentista)		Por ano
34.e) Custos de transporte (combustível, transporte público, seguro de carro, etc.)		Por mês
34.f) Pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, cigarros...		Por mês
<b>Despesas de Educação</b>	<b>Valor em \$</b>	<b>Ano</b>
34.g) Propinas		Por Ano
34.h) Taxa de Matrícula		Por ano
34.i) Outras taxas (incluindo seguro, inscrição para exame)		Por ano
34.j) Livros e outros materiais		Por ano
34.k) Equipamentos e visitas de estudos		Por ano
34.l) Outras despesas não incluídas nos itens anteriores		Por ano

35. No último ano, contraiu algum empréstimo, ou qualquer outra obrigação que incorra num pagamento futuro, para ajudar o financiamento dos seus estudos?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não Sabe

35.1\* Se sim, qual a razão do pedido de empréstimo?

☐ Despesas de vida ☐ Propina e outras taxas ☐ Ambos ☐ Outras despesas escolares

35.2\* Se sim, por favor indique a(s) fonte(s) desse(s) empréstimo(s). Indique todas que se apliquem:

☐ Banco / Instituição financeira ☐ Familiares /Amigos  
☐ Outra (especifique \_\_\_\_\_ )

35.3 Indique qual o valor total que prevê ter de dívida pessoal quando terminar o seu curso?

☐ Menos de 50.000\$00 ☐ Entre 51.000\$00 - 100.000\$00  
☐ Entre 101.000\$00 - 150.000\$00 ☐ Entre 151.000\$00 - 200.000\$00  
☐ Entre 201.000\$00 a 250.000\$00 ☐ Acima de 250.000\$00

35.4\* Quem será o responsável por pagar/amortizar a dívida contraída?

☐ Você próprio ☐ Pais ☐ Esposo(a)  
☐ Não sabe ☐ Você com a ajuda dos seus pais e esposo(a) ☐ Outros

36. Se pudesse ter um empréstimo maior, teria contraído? ☐ Sim ☐ Não

36.1\* Se não contraiu empréstimo ou qualquer outro encargo para financiar os seus estudos no último ano, qual a razão? (escolha todas as que se apliquem)

- ☐ Não precisava de um empréstimo      ☐ Não conseguiu obter fiador  
☐ Não estava em condições financeiras para um empréstimo      ☐ Tem medo de contrair dívidas  
☐ Não sabia que havia empréstimo para esse fim      ☐ Outra: \_\_\_\_\_

37. Com base na experiência do último ano académico, ou mesmo deste ano letivo, indique a importância das várias fontes de apoio e suporte financeiro que lhe possibilitaram a frequência do ensino superior (para cada alínea, escolha uma só coluna):

	<b>Muito importante:</b> <i>na ausência deste apoio eu não poderia ter frequentado a universidade</i>	<b>Importante:</b> <i>na ausência deste apoio, eu teria que mudar algumas coisas importantes: por ex. a residência, procurar um trabalho em part-time, ou ir para universidade diferente</i>	<b>Útil:</b> <i>na ausência deste apoio, eu teria continuado a estudar no ensino superior</i>	<b>Não aplicável</b>
37.a) Dinheiro dos pais ou familiares (não o seu próprio agregado familiar) pago à universidade, por exemplo propinas, alimentação, materiais escolares .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....
37.b) Apoio “em género” (i.e., outro além de dinheiro) dos pais ou familiar sob a forma de refeições, alojamento, uso regular de carro, etc.....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....
37.c) Dinheiro ou outros tipos de apoio financeiro provindo do seu próprio agregado familiar.....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....
37.d) Os ganhos de um emprego durante as férias.....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....
37.e) Dinheiro provindo dum empréstimo..	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....
37.f) Apoio financeiro proveniente de subsídios ou bolsas.....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....	..... <input type="radio"/> .....

38. Costuma frequentar a cantina da escola para fazer as suas refeições?

- ☐ Sim      ☐ Não      ☐ Raras vezes

38.1 Indique o motivo: \_\_\_\_\_

39. Frequenta a biblioteca da escola?      ☐ Sim      ☐ Não      ☐ Raras vezes

39.1 Se não, indique o motivo? \_\_\_\_\_

**Situação laboral**

40. Esteve empregado(a) durante o período relativo ao último ano escolar?

☐ Sim ☐ Não

40.1 Se sim, por favor, indique o número de horas que trabalhou em média por semana?

☐ 0 – 10 Horas ☐ 11 – 15 Horas ☐ 16 – 20 Horas ☐ Mais do que 21 horas

40.2 Se sim, quanto obteve de rendimento anual no seu emprego (valor líquido, após os impostos) durante o seu último ano escolar?

☐ 0 a 50.000\$00 ☐ 51.000\$00 a 100.000\$00 ☐ 101.000\$00 a 150.000\$00  
☐ 151.000\$00 a 200.000\$00 ☐ 201.000\$00 a 250.000\$00 ☐ 251.000\$00 a 300.000\$00  
☐ 301.000\$00 a 350.000\$00 ☐ 351.000\$00 a 400.000\$00 ☐ Acima de 401.000\$00

40.3 O valor que recebeu deu para custear as suas despesas pessoais e escolares?

☐ Sim ☐ Não ☐ Uma parte (\_\_\_\_\_ %)

40.4 Se trabalhou durante o período escolar, por favor, indique se concorda ou discorda com as seguintes opiniões:

	Concorda	Concorda em parte	Discorda	Discorda em parte	Não aplicável
a) Poderia terminar os seus estudos mais rapidamente, se não tivesse que trabalhar.					
b) Poderia participar em mais atividades extracurriculares, se não tivesse que trabalhar.					
c) Poderia ter mais aulas se não tivesse que trabalhar.					
d) Poderia ter melhores notas, se não tivesse que trabalhar.					
e) Se não trabalhasse, não poderia estar inscrito na universidade de maneira nenhuma					
f) Não tem que contrair empréstimos desde que trabalha					
g) A experiência de trabalho irá ajudar-lhe a obter uma ocupação após a conclusão do curso					

### Opinião relativamente ao ensino superior

41. Pretende-se recolher a sua opinião sobre o ensino superior. Por favor, indique o seu grau de concordância ou discordância para cada uma das seguintes afirmações (para cada frase, escolha uma só hipótese):

	<i>Concorda completamente</i>	<i>Concorda mais do que discorda</i>	<i>Discorda mais do que concorda</i>	<i>Discorda fortemente</i>
41.a) O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado.....	.....○.....	....○...	....○.....	...○....
41.b) O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.c) As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, respostas às suas necessidades de mão-de-obra qualificada.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.d) O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.e) O regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.f) O regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.g) O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de ensino superior.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.h) O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.i) O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições .....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....
41.j) O Estado deve financiar o ensino superior das universidades privadas.....	.....○.....	....○.....	....○.....	...○....

Obs.) Agradecemos mais sugestões e propostas de melhoria que queira partilhar connosco.

Por favor, deixe o seu contacto/email para eventuais esclarecimentos (opcional):

---

Obrigada pela colaboração.